RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS

MARÇO/2021

Diretoria Executiva

Processo IPMU/060/2021

Sumário

1	INTRODUÇÃO	3
2	CENÁRIO MACROECONÔMICO	3-5
3	CENÁRIO INTERNACIONAL	6-9
4	CENÁRIO DOMÉSTICO	9-10
4.1	Taxa Básica de Juros	10-11
4.2	Inflação	12
4.3	Produto Interno Bruto (PIB)	13-14
4.4	Emprego	14-15
4.5	Contas Públicas	15-16
5	PROJEÇÕES ECONÔMICAS	16-21
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22-25
6.1	Renda Fixa	26-30
6.2	Renda Variável	30-34
6.2.1	Performance	35-42
7	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	43-48
7.1	Evolução dos Investimentos	49-50
7.2	Composição dos Investimentos	51-79
7.3	Rentabilidade da Carteira	80-84
7.4	Rentabilidade por Segmento e Fundo	85-103
7.5	Controle de Risco	104-110
7.6	Value at Risk (VaR)	111-113
7.7	Sharpe	114
7.8	Volatilidade	115
7.9	Meta Atuarial	115-117
7.10	Aplicação por enquadramento	118
7.11	Diversificação por classe de ativos	119-120
7.12	Análise de liquidez	121
7.13	Alocação por gestor	122-123
8	Conclusão	123-125

1- INTRODUÇÃO

Relatório Mensal de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU, referente ao mês de **Março de 2021**, contemplando obrigações da Resolução CMN 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.604/2017, Resolução CMN nº 4.695/2018, Portaria 419/2002, Portaria 185/2015 e Portaria MPS 519/2011, apresentando as operações dos ativos alocados em fundos de investimentos e aderência à Política de Investimentos e Meta Atuarial para o exercício de 2021.

O Relatório Mensal de Investimentos tem por finalidade demonstrar o cenário econômico, as informações relevantes sobre os investimentos e apresentar a evolução patrimonial dos recursos financeiros do IPMU no mês, em consonância com a legislação em vigor, a transparência da gestão e a diligência dos produtos que compõem a carteira de investimentos do IPMU, atendendo ao item 3.2.6 – Política de Investimentos, Manual Pró-Gestão, versão 3.1.

2- CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário geral para o mercado internacional segue positivo, a vacinação continua em curso em uma velocidade cada vez mais acelerada. Algumas reduções de mobilidade adicionais, voluntarias ou mandatórias, foram observadas em fevereiro e março e causarão impactos transitório em atividade. A recuperação cíclica global parece ganhar tração à medida que a vacinação avança. Destacamos que os Estados Unidos (EUA) possuem hoje uma projeção de retomada de sua atividade mais favorável que seus pares, com contribuição relevante para o crescimento global nos próximos anos. Efeitos temporários relacionados a novas paralisações ainda devem ser observados, com consequências para o primeiro e segundo trimestre. Impactos gerados por novas restrições à mobilidade estarão presentes, ainda que em menor intensidade.

O monitoramento da vacinação pelo mundo e o processo gradual de imunização é de grande importância. Aceleração de vacinação global traz viés positivo para países desenvolvidos.

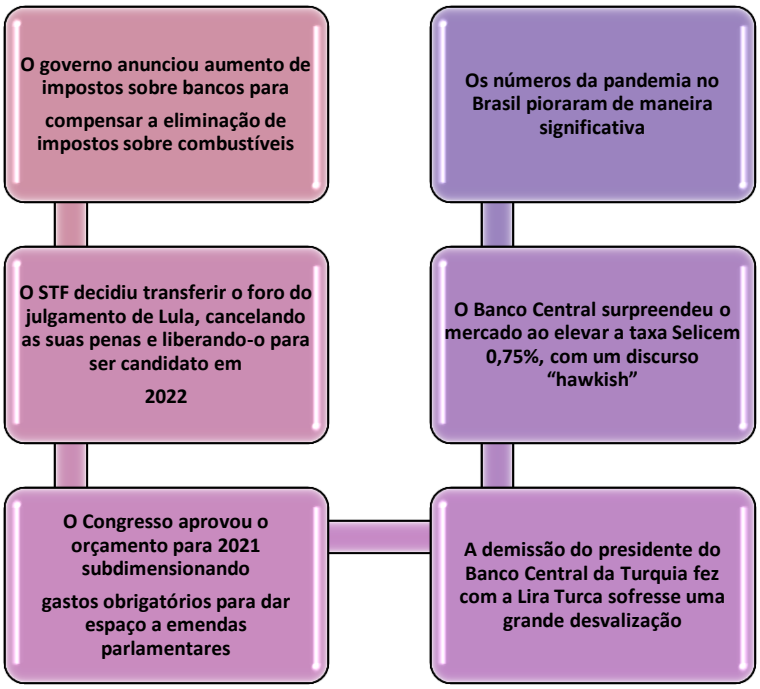
No mês de março, a evolução da pandemia seguiu caminhos distintos entre os países de acordo com o avanço da campanha de vacinação. Por um lado, países como EUA, Reino Unido e Israel, que já possuem um elevado percentual da população vacinada, mostraram arrefecimento substancial da pandemia. Por outro, países que estão mais atrasados no ciclo de vacinação como os países da América do Sul e da Europa, estão vivendo um novo repique da doença, levando os governos a uma nova rodada de restrição na mobilidade. Desta forma, fica demonstrada a relação entre recuperação econômica e progresso na campanha de vacinação. Além disso, vale destacar a proposta do novo pacote de estímulo fiscal nos EUA, focado em investimentos em infraestrutura. A capacidade demonstrada na campanha de vacinação, bem como a introdução de estímulos fiscais robustos sugere que os EUA continuarão a ter performance econômica superior aos demais países.

Ainda em relação ao coronavírus, no Brasil o mês foi marcado pelo recorde no número de mortes em 24 horas e aumento das taxas de ocupação de leitos nos hospitais. No último dia

de março, o país chegou à marca de 17,6 milhões de vacinados contra a Covid-19, o equivalente a 8,32% da população. Na política, o cenário permaneceu instável após o presidente Bolsonaro anunciar uma reforma ministerial com a troca do comando de seis pastas. As incertezas domésticas foram reforçadas pelo agravamento da pandemia em março. Adicionalmente, o risco fiscal continuou a se elevar, com aprovação de despesas sem contrapartidas, manobras para enfraquecer o teto de gastos e aprovação do orçamento para 2021. A incerteza sobre o cenário foi complementada pela restituição dos direitos políticos do ex-presidente Lula, que se torna um candidato na próxima eleição presidencial. Neste cenário, e tendo em vista a mudança das perspectivas inflacionárias, com possibilidade concreta de rompimento do limite superior de tolerância para a inflação, o Copom elevou a taxa Selic em 75bps, indicando outro movimento de mesma magnitude em maio, mas normalização apenas parcial da política monetária. A evolução do cenário demandará a convergência ao menos para a taxa de juro neutra.

Do ponto de vista de estímulos fiscais e monetários, os principais governos e bancos centrais continuam demonstrando cautela a respeito de eventual retirada dos estímulos, em benefício da atividade econômica. A almejada retomada continua se mostrando frágil e ainda há persistente cenário de incertezas quanto ao ritmo do controle da pandemia e da consequente recuperação da atividade econômica. Pressões inflacionárias, em função desses necessários programas, respeitadas as diversidades macroeconômicas e políticas entre os países, promoveram a abertura na curva de juros nos mercados de renda fixa de diversos países ao longo do globo, a exemplo de EUA e Brasil.

Fatos que marcaram os mercados no mês de março/2021



Volatilidade foi a palavra de ordem

O início de março foi marcado pela expectativa da aprovação da PEC emergencial no Brasil, para dar continuidade aos auxílios à população afetada pela pandemia e pela aprovação do pacote de estímulos por parte do governo americano.

Os ativos de mercado financeiro passaram um mês volátil, numa coleção de situações notadamente políticas que levaram desde o Real performar entre as melhores, como as piores moedas do período em diversas ocasiões.

Entre os sinais negativos estiveram o aumento da alíquota de impostos para bancos, aumento dos fechamentos de estados e municípios por conta do recrudescimento da pandemia na sua segunda onda, a retirada das acusações contra o ex-presidente Lula, adiantando o processo eleitoral altamente polarizado, as tentativas de desfiguração da PEC emergencial e a aprovação no congresso de um orçamento perdulário, o qual pesa ao executivo, cortes praticamente impossíveis e maneja despesas obrigatórias de modo a descumprir a lei de responsabilidade fiscal.

No exterior, a demissão do presidente do Banco Central Turco, após a elevação dos juros para 19% aa e o calote da Argentina no FMI.

Do lado econômico, além da aprovação do pacote de US$ 1,9 trilhões nos EUA, o período foi marcado por importantes decisões de política monetária, entre elas a alta de 0,75 pp na decisão do COPOM, os juros mantidos nos EUA, Reino Unido, Japão e Zona do Euro e sinais de manutenção dos programas de alívio quantitativo.

O Banco Central no Brasil não somente elevou os juros, mas também emitiu um sinal mais duro em relação à inflação, contratando mais uma alta de 75 bp para os 45 dias seguintes, porém deixando sinais de cautela com o futuro dos juros no Brasil, contrariando a perspectiva média de elevação para 6,5% aa no final de 2021.

Outro ponto importante foi o sinal emitido pelo FOMC, o comitê de política monetária do Fed, retirando o peso das perspectivas inflacionárias que se desenharam nas últimas semanas no mercado, que teria consequente retirada de estímulos e normalização de juros.

O mês também foi marcado por se completar um ano de pandemia e como mudaram-se as perspectivas desde então.

3- CENÁRIO INTERNACIONAL

A recessão global é uma realidade indiscutível. O estrago econômico da pandemia de Covid-19 é comparável a períodos de guerra, assim como o estímulo fiscal concedido no mundo, principalmente nos países desenvolvidos, que possuem maior capacidade para tal. Na Europa, epicentro da pandemia, o processo de saída da quarentena começou a ocorrer. Alguns países – como Áustria, Alemanha e Dinamarca – já se encontram em estágio mais avançado, mas também

há sinalizações de quando iniciará o processo na Espanha, França e Itália. Os EUA e Reino Unido continuam batalhando para tornar descendente a trajetória do número de novos casos.
A pergunta que ganha cada vez mais relevância é: qual a velocidade de crescimento que devemos observar nas economias que começarem a retomar suas atividades?
Em termos de estímulos econômicos, em países como Alemanha e EUA, os esforços para sustentação de renda e empregos foram enormes e devem ser bem-sucedidos, fazendo com que o recuo da atividade econômica seja menor e a recuperação mais rápida. Na Europa, deveremos observar diferentes velocidades de crescimento, com os países mais endividados com maior dificuldade de se recuperar. A discussão da disparidade de crescimento e capacidade de financiamento entre diferentes países da Zona do Euro seguirá presente e será fonte de atrito nas discussões regionais e nas eleições nacionais futuras.
A diferenciação entre países na Europa traz à tona a menor capacidade de atuação da política monetária no velho continente, em comparação com o que vemos nos EUA, onde as medidas do FED estão sendo muito efetivas em restabelecer condições financeiras mais expansionistas. A autoridade monetária americana vem deixando claro que as condições monetárias expansionistas seguirão por um longo período, evitando o risco de uma retirada precoce dos estímulos, numa sinalização que os juros ficarão próximos a zero pelos anos à frente.
Perspectivas favoráveis com o crescimento mundial se consolidando. É uma combinação de avanço da vacinação, estímulos e controle da pandemia, especialmente nos países desenvolvidos. No Reino Unido, o governo anunciou que pretende manter o plano de reabertura gradual, quando será permitido o funcionamento do comércio não essencial, inclusive bares e restaurantes. Na Área do Euro, a taxa de desemprego ficou inalterada em fevereiro ante janeiro, em 8,3%. Ainda na Europa, o índice de sentimento econômico dos investidores passou de 5 para 13,1 pontos (acima das expectativas de 6,7).
A recuperação econômica nos países desenvolvidos deve continuar reforçando as expectativas de aceleração da inflação nos mercados globais. De um lado, o maior crescimento favorece o comércio internacional e os preços das commodities. De outro, a elevação das curvas de juros associada às preocupações com a inflação pode gerar um ambiente mais volátil e desafiador para as economias emergentes, em particular diante do aumento do endividamento público, colocando em xeque a persistência dos estímulos fiscais e monetários.
O FMI revisou para cima a projeção de crescimento da economia global em 2021, passando de 5,5%, da última atualização em janeiro, para 6,0%. Segundo a instituição, a melhora das projeções é reflexo tanto do suporte fiscal adicional concedido em algumas economias desenvolvidas como do otimismo com a recuperação econômica no segundo semestre do ano, que deve ser viabilizada com o avanço dos programas de vacinação ao redor do mundo. Na análise por países, as principais revisões feitas pelo FMI em suas projeções para o crescimento foram as relacionadas a EUA, Canadá e Reino Unido, com elevações superiores a 1 p.p. na perspectiva de

crescimento em 2021. Já para o próximo ano, os ajustes foram modestos, com a projeção de crescimento global subindo de 4,2% para 4,4%. Em um horizonte mais longo, a instituição argumenta que as políticas de resposta à pandemia provavelmente evitaram deterioração ainda maior dos fundamentos econômicos, mas que, em geral, países emergentes ou de baixa renda agregada têm sido mais afetados e devem sofrer mais consequências adversas no médio prazo.

Nos Estados Unidos e no Reino Unido, a percepção é de que retorno à "normalidade" na saúde pública se aproxima. Mais da metade da população de ambos os países já recebeu ao menos a primeira dose da vacina e todos os adultos estarão elegíveis a serem vacinados nos próximos meses. Como prometido pelo Presidente Biden recentemente, a expectativa é que as pessoas possam voltar a interagir mais ou menos livremente já no terceiro trimestre.

O principal objetivo da política econômica dos países desenvolvidos é evitar a repetição da lenta recuperação econômica vivida após a crise financeira global de 2008-09. Naquela ocasião, por exemplo, após atingir o pico em 2010, o desemprego nos Estados Unidos demorou sete anos para retornar ao nível pré-crise, gerando frustrações entre os eleitores e uma série de temas políticos em vários países, como o Brexit, por exemplo.

De um modo geral, o cenário global segue construtivo. Os pacotes de estímulo e a política monetária devem apoiar o crescimento, sustentando as commodities em patamares elevados de preços. Os riscos de inflação devem se ampliar, levando a algum grau de correção nas curvas de juros longas nos EUA, o que tende a manter a pressão sobre os países emergentes, em especial aqueles com desequilíbrios fiscais ou externos. O movimento de alta de juros nos desenvolvidos segue distante, mas tende a ter seu debate antecipado nos emergentes.

CHINA

Indicadores de confiança da China mostram forte recuperação no terceiro mês do ano. O PMI composto, que incorpora a expectativa da indústria, do setor de serviços e da construção, subiu de 51,6 em fevereiro para 55,3 em março. Isso significa uma aceleração da atividade na passagem do mês, tendo em vista que níveis acima de 50 pontos sugerem expansão econômica. A abertura revela que a maior contribuição para a melhora do indicador se deu no ramo não manufatureiro. A confiança do setor de serviços teve incremento de quase 5 pontos, subindo de 50,8 para 55,2. Dentre outros motivos, a melhora na confiança de serviços foi impulsionada pelo recente afrouxamento das medidas de restrição a mobilidade. Já a confiança do setor de construção atingiu o maior nível desde dezembro de 2018 ao se elevar de 54,7 para 62,3. O índice do setor industrial subiu de 50,6 para 51,9, com destaque para a retomada de novas ordens para exportação. A atividade na China mostra sinais de retomada após a desaceleração econômica ocorrida durante o feriado do ano novo lunar, em fevereiro. O país deve ter crescimento robusto

em 2021, bem acima da meta de 6% estabelecida pelo governo e a despeito da sinalização de retirada gradual dos estímulos adotados em resposta à crise.

A economia chinesa não deve trazer surpresas negativas nos próximos meses. Ao contrário, os resultados seguirão fortes, levando em conta a abertura quase total da economia – diante do controle da pandemia – os efeitos defasados de estímulos do ano passado, a demanda externa aquecida e, agora, os planos para vacinar parcela relevante da população.

Segundo já anunciado, o déficit fiscal como proporção do PIB passará de 3,7% em 2020 para 3,2% neste ano. O governo chinês também buscará manter a alavancagem constante, o que significa que o crédito deverá mostrar expansão mais próxima ao PIB nominal. Dessa forma, não se deve observar uma reversão rápida e expressiva da política econômica, que seguirá dando suporte para o crescimento. Ainda assim, o ritmo de retomada parece confortável para o governo, o que abre espaço para controlar os riscos financeiros, dada a elevada alavancagem, focando inclusive nas finanças dos governos locais. A intensidade da retirada dos estímulos – já em curso – ainda é incerta e será dosada conforme a economia chinesa e mundial se aproximem da normalidade.

EUROPA

O Banco Central Europeu (BCE) manteve a política de juros e de compra de ativos. O BCE manteve o patamar da taxa de depósito em (-0,5%), da taxa de refinanciamento em 0,0% e da taxa de empréstimo em 0,25%. O Programa Pandêmico de Compras Emergenciais - PEPP foi mantido em € 1,85 trilhão em compra de ativos, com horizonte de compras até março de 2022 ou até o BCE julgar que a crise atual tenha se encerrado. Os demais programas de estímulos também não sofreram alteração. A novidade ficou por conta do comprometimento em aumentar as compras de ativos nos próximos meses e favorecer as condições financeiras. Para os analistas as medidas de restrição terão impacto menor sobre a atividade em relação ao que foi observado na primeira onda. Ainda assim, os estímulos serão mantidos por período prolongado.

Desempenho do PMI composto na Área do Euro sugere retomada mais forte da atividade econômica no final do primeiro trimestre. O índice PMI composto da Área do Euro acelerou de 48,8 para 53,2 pontos entre fevereiro e março. O resultado reportado ficou acima do divulgado na prévia do período (52,5). Na abertura, o componente de serviços continuou avançando, ao oscilar de 45,7 para 49,6 pontos, patamar também superior ao dado preliminar. A alta do indicador agregado ocorreu de forma generalizada entre os países, com destaque para Alemanha, cujo patamar é o maior dos últimos três anos.

O Banco Central Europeu (BCE) divulgou a ata de sua última reunião de política monetária, revelando discussão extensa sobre as compras mensais de ativos. Após surpreender o mercado

ao afirmar que faria um aumento significativo no ritmo de compras mensais, o documento divulgado detalha o debate ocorrido na reunião do começo de março. Naquela ocasião, os membros do comitê avaliaram os impactos da elevação das taxas de juros longas sobre as condições financeiras na Zona do Euro, argumentando que um aperto em tais condições poderia atrasar a convergência da inflação para a meta. A conclusão foi um comprometimento em alterar o ritmo mensal do Programa Pandêmico de Compras Emergenciais (PEPP) de forma a manter o grau de estímulo monetário elevado. Nas próximas reuniões, mais detalhes devem ser divulgados com relação a essa aceleração nas compras. O comitê já esclareceu que não pretende alterar o tamanho total do programa (de € 1,85 trilhão em compra de ativos, com horizonte de compras até março de 2022 ou até o BCE julgar que a crise atual tenha se encerrado) e nem exercer um controle específico sobre a curva de juros. Dada o momento mais frágil do ciclo econômico na Zona do Euro, acreditamos que os estímulos na região serão mantidos por um período prolongado.

EUA

Os estímulos fiscais devem continuar impulsionando a economia dos EUA. O Congresso aprovou o pacote fiscal de US$ 1,8 trilhão em março, dos quais US$ 1,1 trilhão serão desembolsados ainda em 2021. E o Presidente Biden anunciou um novo programa de investimentos em infraestrutura (especialmente em transportes e energia), metas ambiciosas de redução da emissão de carbono e programas sociais. Os detalhes ainda não haviam sido divulgados, mas se aprovado pelo Congresso, o novo programa envolveria gastos totalizando US$ 2 a 3 trilhões nos próximos 8 anos, a serem financiados principalmente pela elevação do imposto de renda sobre as empresas de 21% para 28% (revertendo parcialmente o corte de impostos durante o governo Trump, de 35% para 21%).

O Fed manteve a taxa de juros entre 0% e 0,25% e indicou que a maior parte do comitê enxerga a manutenção da taxa de juros nesse patamar até o final de 2023. Sobre a atividade econômica, o Banco Central Americano reconheceu que, após uma moderação na recuperação no final de 2020, os indicadores mais recentes apresentaram recuperação. Também houve elevação das projeções dos membros do comitê para o crescimento econômico deste ano, o que deve incorporar o novo pacote fiscal recentemente aprovado. Apesar disso, o comitê afirma que ainda há uma grande disparidade de crescimento entre os setores, tendo em vista o impacto adverso assimétrico causado pela pandemia. Sobre a política monetária, o plano segue sendo de manter o patamar atual da taxa de juros e o programa de compra de ativos de US$ 120 bilhões mensais até que haja um avanço substancial em direção ao alcance das metas de pleno emprego e do objetivo para a inflação. Mas, de acordo com a distribuição de projeções dos membros do comitê, a maioria

prevê que esse avanço não se dará antes de 2023, colocando uma perspectiva de postura acomodatícia por um tempo prolongado.

Ata do FOMC reforça que a política monetária continuará acomodatícia nos EUA, mas reconhece melhora da atividade econômica. Na última reunião, os membros do colegiado mantiveram a taxa de juros básica e o programa de compras de ativos inalterados, além de terem apontando, em suas projeções, que não haverá elevação de juros antes de 2024, embora as previsões de inflação já alcancem a meta de 2% em 2021. No documento, o Fed reforça a sinalização de que não pretende iniciar uma normalização da política monetária antes de ter certeza de que a economia está se recuperando de forma robusta. A avaliação dos membros do FOMC é a de que o balanço de riscos para a inflação e o emprego está equilibrado: por um lado, porque houve forte recuperação recente da atividade econômica dos EUA, foram aprovados robustos estímulos fiscais e os efeitos da vacinação podem ser mais expansionistas do que o esperado. Por outro, porque a pandemia continua exercendo riscos significativos sobre o cenário econômico.

De acordo com o Presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, isso significa que a normalização da taxa de juro ocorrerá apenas depois que a inflação se estabilize de forma sustentada um pouco acima da meta de 2%, fazendo com que a inflação média flutue simetricamente ao redor de 2% e que a economia retorne ao pleno emprego. Por esta definição, em fevereiro, ainda faltavam serem criados pelo menos 9,5 milhões de empregos antes de se discutir seriamente a possibilidade de início da normalização da taxa de juros.

No entanto, os mesmos diretores não projetam alta de juro pelo menos até o final de 2023. Em outras palavras, os próprios diretores do Fed acreditam que as condições para o início da normalização de juro serão atingidas em 2022, mas mesmo assim preveem que a taxa básica ficará em zero em todo o horizonte das projeções.

A confiança da indústria teve aceleração em março. O índice ISM de manufatura, uma importante métrica de confiança da indústria nos EUA, passou de 60,8 em fevereiro para 64,7 no mês (índices acima de 50 pontos sinalizam expansão). O resultado mais forte do que as expectativas foi fruto da melhora dos indicadores de novas encomendas, produção e emprego. Por sua vez, a indústria americana tem enfrentado atrasos e escassez de insumos por conta da pandemia. Combinados com a forte demanda, esses fatores repercutiram sobre o componente de preços, que alcançou o patamar de 85,6. A vacinação acelerada e a expansão fiscal devem dar suporte ao avanço da atividade nos próximos meses.

Melhora no mercado de trabalho nos EUA em março refletiu avanços na imunização, ao mesmo tempo em que estímulos fiscais devem garantir continuidade dessa retomada nos próximos meses. O mercado de trabalho norte-americano gerou 916 mil vagas. Esse patamar, que é o maior desde agosto do ano passado, surpreendeu positivamente, diante da expectativa de criação de 650 mil postos. Os maiores ganhos no período ocorreram nos setores de lazer e

hotelaria, educação e construção. Com isso, dos 22,4 milhões de postos perdidos entre março e abril de 2020, 11,1 milhões foram recuperados desde então. A taxa de desemprego, por sua vez, caiu de 6,2% para 6,0%. Trata-se da menor taxa desde março de 2020, mas que ainda se encontra acima da projeção recentemente indicada pelo Fed para este ano, de 4,5%.

Estímulos nos EUA podem ser ampliados, mas financiamento com aumento de impostos está no radar. Em audiência realizada na Câmara dos Representantes dos EUA, a secretária do Tesouro norte-americano, Janet Yellen, afirmou que os planos do governo Biden para a retomada econômica pós-pandemia, que envolvem medidas de até US$ 3 trilhões, deverão incluir mais estímulos, especialmente investimentos em infraestrutura. Ao mesmo tempo, ela também sugeriu que será necessário elevar receitas, por meio de aumento de impostos para grandes empresas e altas rendas – e que pequenas companhias não serão afetadas. Já o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, reafirmou no mesmo evento que o Fed continuará fornecendo todo o apoio necessário à economia, cuja recuperação segue distante de ser concluída, segundo seu discurso.

ARGENTINA

Economia argentina registrou contração de 9,9% em 2020. O PIB da Argentina cresceu 4,5% na passagem do terceiro para o quarto trimestre, em linha com o esperado. Essa alta na margem refletiu a maior flexibilização das medidas de distanciamento social no final do ano, em Buenos Aires e em outras cidades do país. Em 2020 como um todo, o consumo privado e o investimento tiveram quedas de 13,1% e 13,0%, respectivamente. As exportações recuaram 17,7% e as importações 18,1%. Ainda pelo lado da demanda, o consumo do governo registrou contração de 4,7% em relação a 2019. Já pelo lado da oferta, somente os serviços de utilidade pública e de intermediação financeira tiveram resultados positivos, ao passo que hotéis e restaurantes tiveram o desempenho mais negativo, com queda de 49,2%. Para 2021, perspectiva de expansão de 4,0% do PIB argentino.

4- CENÁRIO DOMÉSTICO

No Brasil, após um longo ciclo de quedas da Selic, iniciado em outubro de 2016, em que a taxa saiu de 14,25% para 2,00%, em agosto de 2020, o BCB deu início a um ciclo de alta, com elevação de 0,75%, acima da expectativa majoritária de mercado, que era de 0,50%. Além disso, o BCB já sinalizou nova subida na próxima reunião do COPOM, de mais 0,75%, demonstrando a preocupação da autoridade monetária em não perder a ancoragem das expectativas inflacionárias. Também pesa sobre essa decisão, tida inicialmente como um pouco mais agressiva frente às expectativas de mercado, a velocidade da escalada inflacionária e o risco fiscal ainda alto.

Em momentos de elevada incerteza, a convicção nas projeções do cenário central se reduz. Por um lado, o forte crescimento global, a aceleração na vacinação, a ausência de crise de crédito ou no balanço de pagamentos e a poupança formada durante a pandemia apontam para retomada da economia quando as restrições à mobilidade se reduzirem. Os dados do mercado de trabalho e de arrecadação, observados durante o período de menores restrições à mobilidade, amparam essa visão. Por outro lado, as incertezas fiscais têm elevado os prêmios de risco, piorado as condições financeiras e impedido que haja estabilização da taxa de câmbio, adicionando incerteza ao cenário.

Mas, a retomada pode não se materializar pelo aumento das incertezas fiscais. A PEC na qual foi aprovada a nova rodada do auxílio emergencial trouxe algumas medidas positivas para equacionar a questão fiscal no médio prazo. O auxílio deverá ser focalizado e limitado ao exercício de 2021, preservando o arcabouço fiscal. O cenário base de vários analistas preveem a manutenção do teto dos gastos, mas a incerteza em relação à trajetória da dívida pública tem afetado o câmbio e a curva de juros. Essa deterioração das condições financeiras, se persistente, terá impactos adversos sobre a inflação e o crescimento.

Queda das vendas de veículos em março aponta para desaceleração do consumo das famílias no curto prazo. Foram emplacados 189,4 mil veículos, segundo os dados da Fenabrave. Trata-se de uma queda de 13,9% em relação a fevereiro, na série dessazonalizada, explicada principalmente pelo recuo das vendas de veículos leves (-14,9%). As vendas de veículos pesados, por sua vez, avançaram 2,6% no período. O resultado reflete o menor patamar de confiança das famílias com o recrudescimento da pandemia. Para aos analistas, os próximos dados seguirão refletindo a piora temporária do cenário, com retomada do crescimento principalmente no segundo semestre, favorecida pela aceleração na imunização da população.

Queda da confiança do comércio reflete a piora da pandemia. O Índice de Confiança do Comércio, divulgado pela FGV, apresentou queda de 18,5 pontos em março, atingindo o menor nível desde maio do ano passado. Houve uma piora de 25,7 pontos no indicador de expectativas, ao passo que a o componente de situação atual perdeu 10,6 pontos neste mês. Esse recuo ocorreu em todos os segmentos do comércio, que perceberam queda no volume de vendas e esperam um

cenário mais desafiador à frente, diante do agravamento da pandemia e das novas medidas de restrição à mobilidade, segundo a FGV.

Fiscal e atividade

- Um dos principais riscos ao cenário de atividade segue sendo o desdobramento da pandemia no Brasil, com piora acentuada em fevereiro/março, o que gerará impacto negativo no segundo trimestre de 2021.
- No que toca ao fiscal, foi aprovada uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que possibilitará a realização de novos auxílios emergências até o limite de 44 bilhões de reais gastos extra teto. Isto está em linha com nosso cenário que indicava alguma alteração no arcabouço fiscal vigente hoje, porém não o suficiente para gerar ambiente de total descontrole fiscal.
- Será importante seguir vigilante e analisando cada nova discussão que permeia o tema fiscal, orçamento e possíveis consequências para demais variáveis macroeconômicas.

Inflação e Selic

- A inflação segue pressionada, com itens relacionados a alimentos, commodities e industriais mostrando viés de alta. Os últimos dados trazem novas surpresas para cima, o que vem motivando alterações nas projeções de mercado.
- Levando em consideração a análise do balanço de riscos para inflação, atividade e fiscal, o Banco Central retirou o *forward guidance* na reunião do COPOM do mês de janeiro e elevou a taxa básica de juros para 2,75% em março, iniciando um processo de normalização gradual da política monetária. Ressaltamos que a comunicação do BC é de uma normalização parcial, com objetivo de encerrar o ciclo ainda com a taxa Selic em nível estimulativo, mesmo que em velocidade mais elevada do que a prevista anteriormente.

BRASIL

O cenário econômico brasileiro vem se deteriorando desde meados de fevereiro e as estatísticas começam a mostrar essa tendência. A incerteza atual prenuncia um segundo trimestre de contração econômica e uma retomada mais lenta de junho em diante. A fragilidade fiscal não permite agora o nível de apoio à economia dado em 2020, o que deverá ter impacto no emprego e no investimento. A ambiguidade fiscal e o cenário de recuperação anêmica devem limitar as chances de apreciação do Real, influenciado também pela força do Dólar em nível global, levando a inflação para bem acima da sua meta.

Vacinas. A campanha de vacinação avança entre os grupos prioritários definidos pelo governo federal, notadamente os idosos. Dada a capacidade de vacinação da rede SUS e seus parceiros, a disponibilidade da vacina é a principal incerteza sobre o ritmo da campanha nas próximas semanas. Apesar da expectativa de grande disponibilidade de vacinas mais à frente, a vacinação

dos grupos de maior risco nas próximas semanas ainda é incerta, podendo só ser concluída em final de maio.

O país passa pelo pior momento da pandemia e o número de mortos ultrapassou 310 mil neste sábado (27/03), depois de ter registrado pela terceira vez mais de 3 mil falecimentos em 24 horas, segundo o consórcio de imprensa que compila dados das secretarias estaduais de saúde. Foram vacinadas 15,2 milhões de pessoas com a primeira dose, ou 7,2% da população. Apenas 2,2% já receberam a segunda.

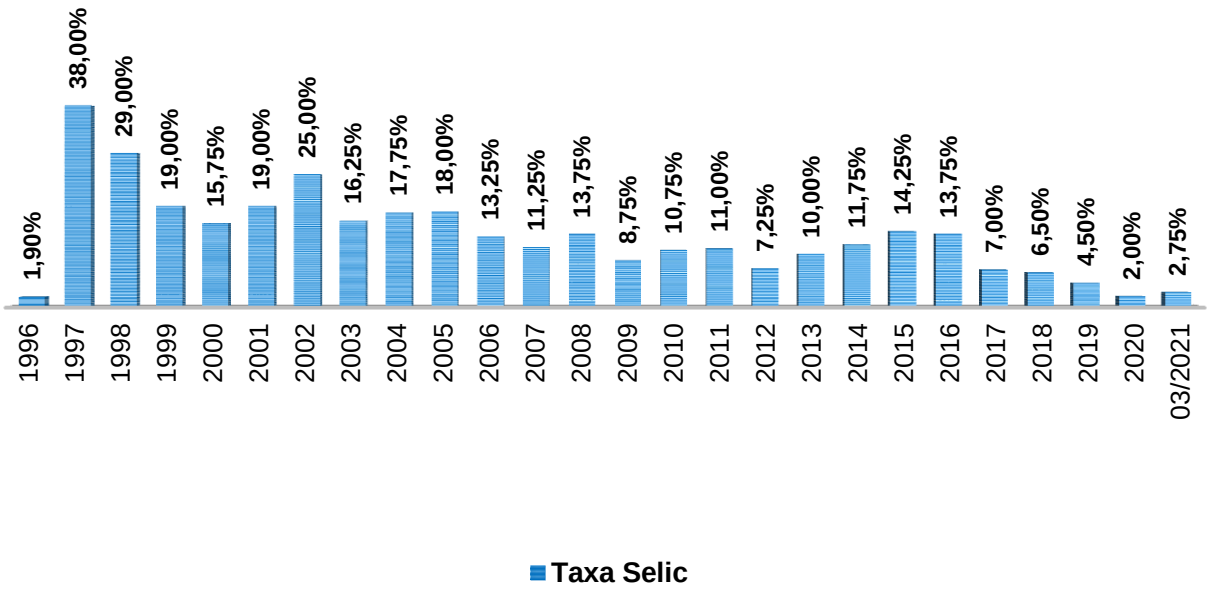
Riscos para o teto. Com a piora da pandemia no último mês, vimos uma maior pressão por gastos, como imaginávamos. Uma das consequências dessa pressão foi a aprovação de um orçamento irrealista para 2021, de acordo com os especialistas. O orçamento deve ser corrigido com a revisão de emendas de relator, além de vetos presidenciais.

Dados de março mostraram fraco desempenho da indústria automobilística. Segundo a Anfavea, a produção de veículos teve queda de 12,2% em relação a fevereiro na série com ajuste sazonal, puxada pela retração da fabricação de automóveis e veículos comerciais leves. O setor foi afetado no mês tanto pelo desabastecimento de peças como pela evolução da pandemia, os quais levaram a paradas nas linhas de montagem. Com isso, a produção voltou a se situar 10,2% abaixo do patamar pré-crise. Na mesma direção, a venda de veículos em março recuou 11,5% de acordo com os dados da Fenabrave, também na série ajustada sazonalmente. O nível de emplacamentos se situa 19,8% abaixo do nível pré-crise. As vendas de veículos foram negativamente afetadas pelo recrudescimento das medidas de isolamento social em março. Assim, o desempenho do setor nos próximos meses seguirá dependendo da volta da mobilidade, diretamente afetada pelo ritmo da vacinação.

4.1- Taxa Básica de Juros

O Banco Central surpreendeu as expectativas do mercado ao elevar a taxa básica de juros em 75 pontos-base. Em decisão unânime, a autoridade monetária decidiu por aumentar a taxa Selic de 2,00% para 2,75% ao ano. O Banco Central avaliou que o cenário já não prescreve um grau de estímulo extraordinário e decidiu, assim, iniciar um processo de normalização parcial. Os principais motivos para a reavaliação foram o forte crescimento do PIB no quarto trimestre de 2020 e a elevação de expectativas e de projeções de inflação, que atualmente se situam acima da meta estabelecida para o ano de 2021. Para a próxima reunião, o Banco Central indicou um aperto monetário de mesma magnitude. Segundo o comitê, "uma estratégia de ajuste mais célere do grau de estímulo tem como benefício reduzir a probabilidade de não cumprimento da meta de inflação deste ano, assim como manter a ancoragem das expectativas para horizontes mais longos". O documento reforça que a incerteza a respeito do cenário econômico segue acima da usual, principalmente em relação aos efeitos sobre a atividade do aumento de restrições de mobilidade

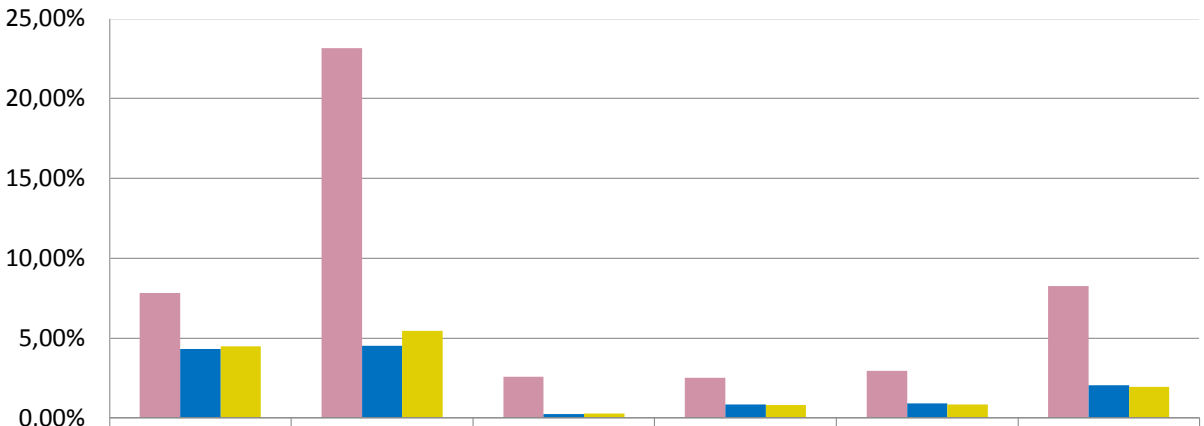
em resposta ao crescimento do número de casos de Covid-19 no país. Esperamos que o ciclo de elevação da taxa de juros continue nas próximas reuniões, com a Selic alcançando 5,25% ao final deste ano.



4.2- Inflação

IPCA de março tem variação mensal de 0,93% e acumula alta de 6,1% nos últimos 12 meses. Apesar do resultado elevado, houve surpresa para baixo em relação à nossa projeção (1,00%) e ao consenso de mercado (mediana em 1,03%). Dentre as principais surpresas, destaque para a menor variação de etanol, que mostrou os primeiros sinais de arrefecimento inflacionário após as fortes altas no começo do ano, e para a leve deflação de alimentos. No sentido contrário, o subgrupo de alimentação fora do domicílio registrou aceleração relevante nessa leitura, provavelmente refletindo algum repasse da alta de custos com alimentos por parte de restaurantes e outros serviços de alimentação. Com relação aos núcleos de inflação, que são métricas que excluem ou suavizam a variação de preços de itens voláteis, houve pequena queda na margem, mas as principais medidas acompanhadas pelo Banco Central seguem em patamar elevado.

De maneira geral, o cenário inflacionário segue desafiador. Para os analistas, a inflação continuará pressionada nos próximos meses, em especial caso não haja recuo do preço de *commodities* em reais e as dificuldades enfrentadas por diversas cadeias industriais em adquirir matérias-primas persistam, pressionando os preços ao consumidor.



	2019	2020	jan/2021	fev/2021	mar/2021	2021
IGPM	7,82%	23,14%	2,58%	2,53%	2,94%	8,26%
IPCA	4,31%	4,52%	0,25%	0,86%	0,93%	2,05%
INPC	4,48%	5,45%	0,27%	0,82%	0,86%	1,96%

4.3- FOCUS Relatório de Mercado

Relatório do Banco Central Mercado financeiro eleva projeção para a inflação em 2021 pela 12ª vez seguida e vê alta de 4,81% do IPCA.

Economistas consultados pelo Banco Central estimam ainda crescimento de 3,18% para o PIB em 2021 e Selic de 5,00% ao fim do ano. O mercado financeiro elevou, pela 12ª semana consecutiva, a projeção para a inflação este ano, desta vez de 4,71% para 4,81%. Os dados constam do relatório Focus divulgado pelo Banco Central no dia 26/03.

Para 2022, as apostas se mantiveram inalteradas, com expectativa de alta de 3,51% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Antes do início das revisões para cima, o mercado esperava inflação de 3,32% neste ano, depois da alta de 4,52% dos preços registrada em 2020. A meta do Banco Central para a inflação em 2021 é de 3,75%, com uma banda de tolerância de 1,5 ponto percentual, para cima ou para baixo.

Com relação ao desempenho da economia brasileira, após contração de 4,1% em 2020 em meio à pandemia de coronavírus, economistas consultados pela autoridade monetária preveem uma expansão de 3,18% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021, levemente abaixo do crescimento de 3,22% esperado na semana passada. Esta é a quarta revisão para baixo seguida no indicador.

Houve queda ainda nas projeções para 2022, com o mercado estimando expansão de 2,34% da atividade, contra 2,39% anteriormente.

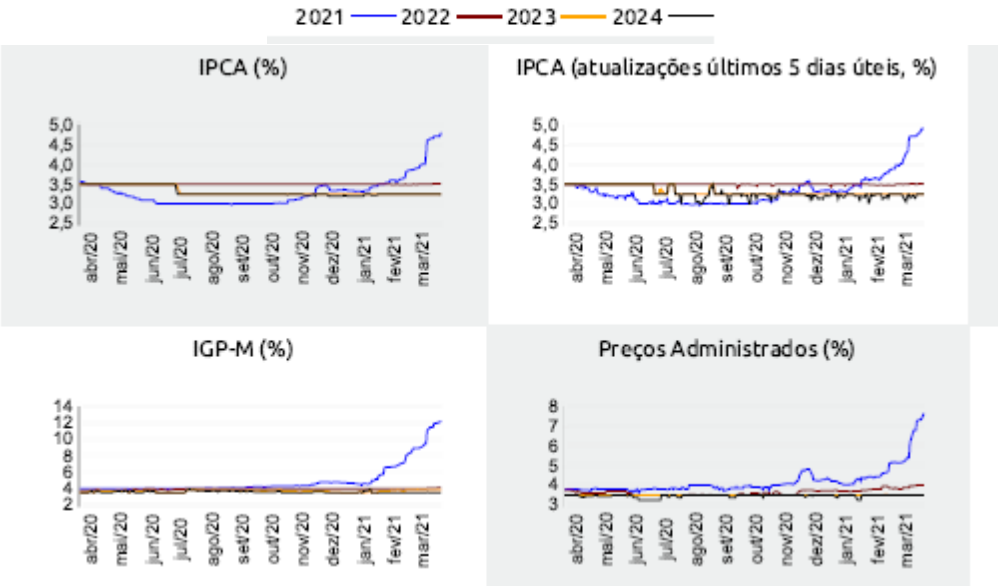
No câmbio, as expectativas apontam para o dólar cotado a R$ 5,33 em dezembro deste ano (ante estimativa prévia de R$ 5,30), e a R$ 5,26 ao fim de 2022 (contra R$ 5,25 no levantamento anterior).

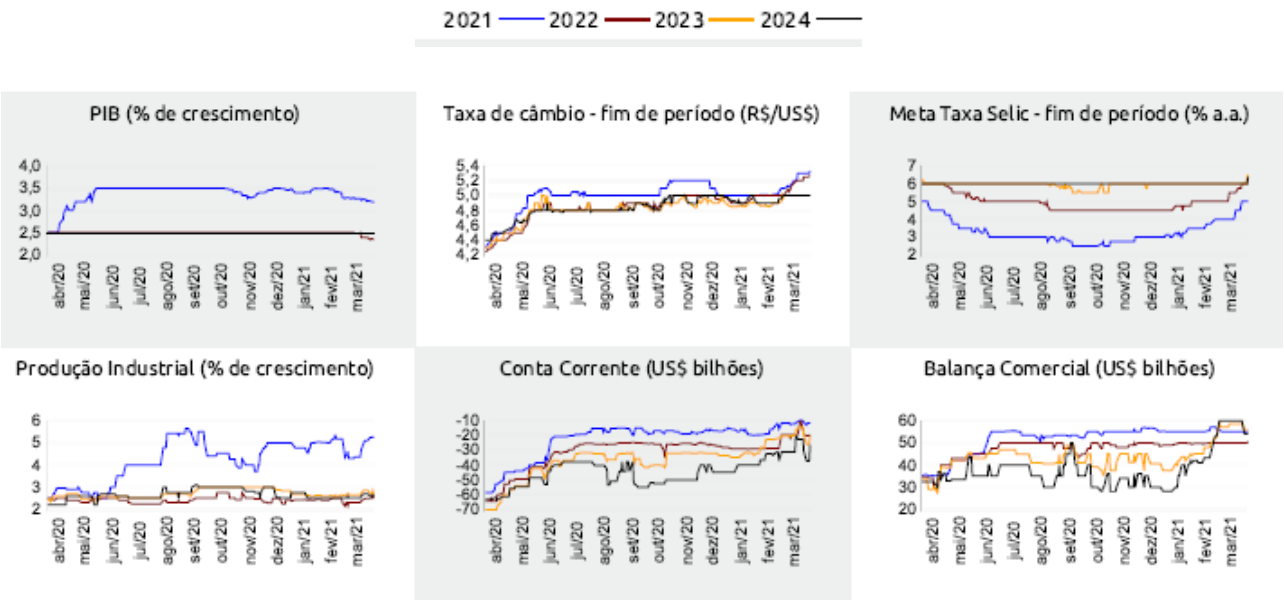
Por fim, no que tange às estimativas para a taxa básica de juros, elas se mantiveram em 5,00% em dezembro deste ano, subindo para 6,00% até dezembro do ano que vem.

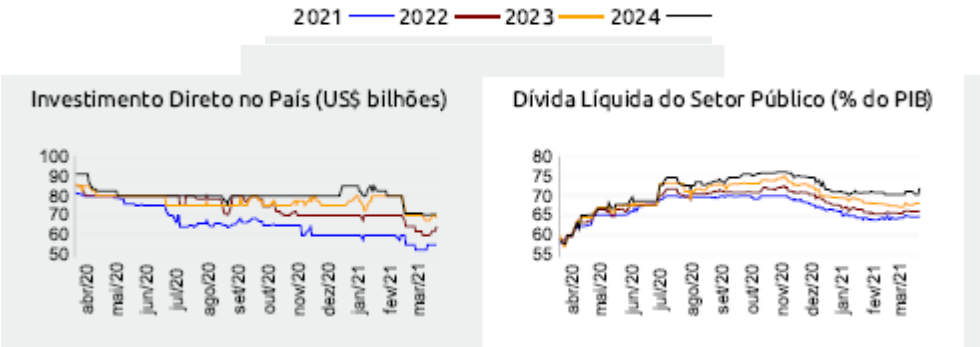
BANCO CENTRAL DO BRASIL | Focus Relatório de Mercado

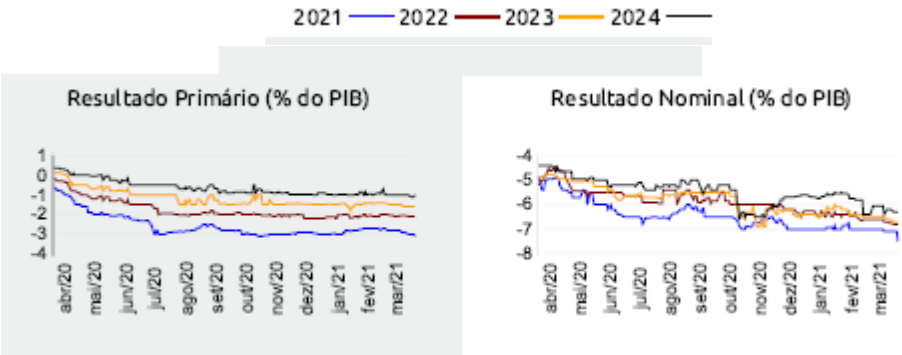
Expectativas de Mercado

Mediana - Agregado	2021						2022					
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *		Resp. **	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *		Resp. **
IPCA (%)	3,87	4,71	4,81	▲	(12)	123	3,50	3,51	3,51	=	(1)	118
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	3,99	4,75	4,90	▲	(8)	41	3,50	3,50	3,50	=	(1)	40
PIB (% de crescimento)	3,29	3,22	3,18	▼	(4)	71	2,50	2,39	2,34	▼	(1)	65
Taxa de câmbio - fim de período (R$/US$)	5,10	5,30	5,33	▲	(1)	108	5,03	5,25	5,26	▲	(5)	101
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	4,00	5,00	5,00	=	(1)	115	5,00	6,00	6,00	=	(1)	110
IGP-M (%)	8,88	11,89	12,20	▲	(12)	77	4,00	4,07	4,10	▲	(3)	65
Preços Administrados (%)	5,15	7,26	7,64	▲	(7)	33	3,85	4,00	4,00	=	(1)	31
Produção Industrial (% de crescimento)	4,30	5,10	5,24	▲	(4)	12	2,30	2,48	2,50	▲	(3)	11
Conta Corrente (US$ bilhões)	-12,00	-11,50	-12,00	▼	(2)	17	-19,70	-19,70	-19,70	=	(4)	15
Balança Comercial (US$ bilhões)	55,10	55,00	55,00	=	(3)	16	50,00	50,00	50,50	▲	(1)	14
Investimento Direto no País (US$ bilhões)	55,00	55,00	55,00	=	(1)	15	64,40	60,00	64,40	▲	(1)	13
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	64,55	64,69	64,80	▲	(1)	16	65,65	66,00	66,20	▲	(1)	14
Resultado Primário (% do PIB)	-2,80	-3,00	-3,10	▼	(3)	19	-2,00	-2,09	-2,10	▼	(2)	17
Resultado Nominal (% do PIB)	-7,00	-7,10	-7,50	▼	(1)	15	-6,60	-6,75	-6,80	▼	(3)	14




2021 2022 2023 2024
PIB (% de crescimento)
Taxa de câmbio - fim de período (R$/US$)
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)
Produção Industrial (% de crescimento)
Conta Corrente (US$ bilhões)
Balança Comercial (US$ bilhões)

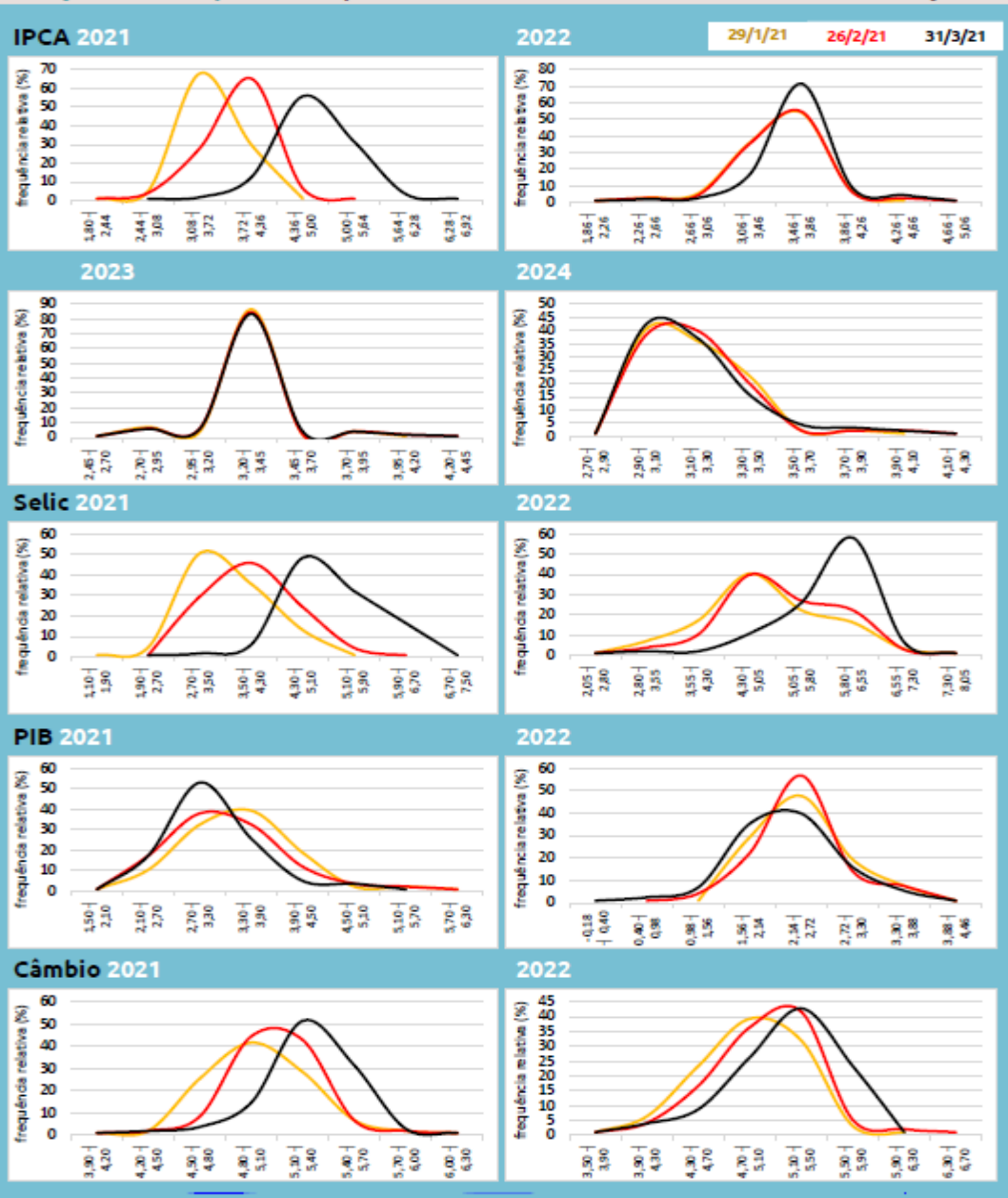

2021 2022 2023 2024
Investimento Direto no País (US$ bilhões)
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)


2021 2022 2023 2024
Resultado Primário (% do PIB)
Resultado Nominal (% do PIB)

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Distribuições de Frequência Expectativas de Mercado — **março de 2021**

29/1/21 26/2/21 31/3/21



Mediana Agregado	IPCA				Selic				PIB				Câmbio			
	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024
29/1/21	3,53	3,50	3,25	3,25	3,50	5,00	6,00	6,00	3,50	2,50	2,50	2,50	5,01	5,00	4,86	4,90
26/2/21	3,87	3,50	3,25	3,25	4,00	5,00	6,00	6,00	3,29	2,50	2,50	2,50	5,10	5,03	5,00	5,00
31/3/21	4,81	3,52	3,25	3,25	5,00	6,00	6,50	6,38	3,17	2,33	2,50	2,50	5,35	5,25	5,00	5,00

Obs.: o formato dos gráficos, a partir de uma mesma base de dados, **pode sofrer alterações em edições futuras**, caso os intervalos sejam alterados em virtude da maior ou menor amplitude da distribuição. Os números nos eixos das abscissas indicam as amplitudes dos intervalos, abertos à esquerda.

Distribuições de Frequência | Expectativas de Mercado

5- Aplicações Financeiras

Os mercados tiveram movimentos de alta ao longo de março impulsionados pelo avanço das campanhas de vacinação ao redor do mundo e pelo processo de reabertura da economia americana concomitante com a aprovação do seu novo pacote fiscal. O mês foi marcado também pela continuação das altas nas taxas de juros globais, lideradas pela curva norte-americana. O movimento gerou reações diferentes por parte dos formadores de política monetária no mundo.

O Federal Reserve conservou o discurso de que essa elevação reflete perspectivas melhores de crescimento para a economia. Nesse sentido, manteve o grau de estímulo monetário em sua última reunião e continuou a indicar estabilidade na taxa de juros até 2023 em suas projeções. O Banco Central Europeu, por sua vez, continuou a demonstrar maior preocupação com o aperto das condições financeiras.

Dessa forma, aumentou o ritmo de compras de ativos, mantendo o volume total do programa.

Nos Estados Unidos, o congresso aprovou o novo pacote fiscal de US$ 1,9 trilhão, incluindo uma nova rodada de distribuição de cheques para as famílias e ajuda a estados e municípios. Mesmo com tamanho estímulo ainda em curso, o foco da discussão política logo se voltou para mais um pacote de aumento de gastos públicos – o de infraestrutura.

A proposta inicial buscará investimentos em torno de US$ 2,3 trilhões, com foco na infraestrutura americana.

Espera-se que a sua aprovação seja mais conturbada que o último pacote, devido aos já elevados déficits fiscais e ao fato de que parte desses novos gastos terão de ser compensados com aumento de impostos.

Quanto à pandemia, o ritmo de vacinação nos EUA seguiu acelerado e crescente, permitindo a continuidade do processo de reabertura da economia em diversos estados.

Assim, dados econômicos na margem já indicam aceleração na atividade e o segundo trimestre tende a ser pontuais no número de casos conforme as economias reabram, mas o sucesso da campanha de vacinação deve limitar o aumento nas hospitalizações e mortes.

Na Europa, o ritmo de vacinação segue lento. O bloco continua a enfrentar problemas de entregas e distribuição e tem discutido proibir exportações para acelerar a imunização local. Além disso, notícias sobre efeitos colaterais da vacina da AstraZeneca fizeram com que alguns países suspendessem sua aplicação. Essa demora na vacinação tem permitido que as novas cepas se alastrem pelo continente e voltem a demandar medidas mais restritivas. A aceleração no número de novos casos em importantes países como a Alemanha e a França levaram ao retorno de medidas severas de restrição à mobilidade, retardando a retomada econômica nesses países.

Na elaboração de nossas teses de investimentos, consideramos que o alto nível de ociosidade nos fatores de produção globais e a execução dos planos de vacinação ao longo do ano devem possibilitar um período de forte crescimento dos principais blocos econômicos. Os pacotes fiscais

adotados foram capazes de suportar a renda das famílias, que possuem níveis relativamente altos de poupança e deverão impulsionar o consumo quando a mobilidade for retomada. Adicionalmente, os Bancos Centrais seguem indicando que serão cautelosos na retirada dos estímulos. Dessa forma, analistas acreditam que as taxas de juros globais mais elevadas não causarão um aperto nas condições financeiras que coloque em risco a trajetória de recuperação. Seguem trabalhando com um cenário base positivo para ativos de risco globais no médio prazo. Consideram que os fatores externos que merecem maior atenção são:

(i) cronogramas de distribuição de vacinas de cada país;
(ii) desdobramentos das novas cepas e novas medidas de restrição à mobilidade que possam vir a ser necessárias;
(iii) negociações em torno do pacote de infraestrutura americano e aumento de impostos;
(iv) postura dos formuladores de políticas frente à elevação dos juros globais, assim como aos dados de atividade e inflação;
(v) novas indicações de medidas econômicas e geopolíticas do governo americano.

No Brasil, os mercados permaneceram com volatilidade elevada ao longo dos contínuos ruídos políticos. No começo do mês, a PEC Emergencial foi aprovada, contribuindo para o cumprimento do teto de gastos no médio prazo. Apesar disso, a falta de uma postura consistente por parte do Executivo quanto ao equilíbrio das contas públicas mantém a incerteza elevada e fomenta preocupações quanto à política econômica no curto prazo. Nessa linha, o texto do orçamento - que foi aprovado com claras subavaliações das despesas obrigatórias - aumenta a probabilidade de uma deterioração fiscal à frente, caso seja sancionado integralmente pelo Presidente. Ainda, contribuindo também para o aumento da temperatura política, uma decisão recente do STF tornou o ex-presidente Lula elegível novamente. No cenário econômico, os dados continuaram a mostrar maiores pressões inflacionárias, com a manutenção dos núcleos em níveis acima daqueles compatíveis com o cumprimento da meta de inflação. Nesse sentido, o Copom decidiu elevar em 75 pontos base a meta da taxa Selic, iniciando o ciclo de alta de juros em ritmo mais acelerado do que o esperado pelo mercado. Adicionalmente, o comunicado antevê uma alta de igual magnitude na próxima reunião. Levando em consideração essa comunicação, bem como os riscos fiscais e políticos citados, o mercado já precifica um ciclo de altas relevante a frente.
Quanto à pandemia, o rápido aumento no número de novos casos levou os sistemas de saúde em diversos estados ao colapso. Com o agravamento do quadro sanitário, medidas extremamente severas de restrição foram adotadas no país, com destaque para os estados do Sul e de São Paulo. Com a adoção de novas restrições, é de se esperar que o ritmo de recuperação da economia desacelere na margem e cresça a demanda por mais uma extensão dos auxílios emergenciais e

de outros pacotes de socorro a diversos setores da economia. Na ponta positiva, o ritmo de vacinação ao longo do mês acelerou significativamente e há a perspectiva de vacinação dos grupos de risco até meados do ano.

A adoção de gastos extraordinários para contornar os impactos causados pela pandemia, assim como a queda na arrecadação decorrente das restrições à atividade, elevaram o nível de endividamento do país, que já se encontrava em patamares alarmantes antes da crise. Os analistas consideram essencial que o arcabouço institucional – Lei de Responsabilidade Fiscal, Teto de Gastos, entre outros – seja mantido. Dada a delicada situação das contas públicas brasileiras e os riscos internos citados, consideram que os desdobramentos políticos e econômicos, assim como o quadro sanitário, merecem atenção especial no país.

5.1 Renda Fixa

Globalmente, o mês de março apresentou continuação da alta nos juros dos títulos de renda fixa. A perspectiva de forte recuperação da economia americana permanece, e tem se consolidado com o processo de vacinação e o potencial de estímulos fiscais adicionais. Por outro lado, o Banco Central americano indicou que deve manter as taxas de juros em níveis muito baixos por um período longo, mesmo com uma alta transitória da inflação.

As curvas de juros refletiram as expectativas de inflação mais alta. O mês de março mostra mais uma vez as inflações implícitas de curto prazo subindo, razão pela qual o IMA-B5 apresentou performance positiva. Em 12 meses, o IMA-B e seus componentes foram o destaque positivo pelo mesmo motivo.

O mês apresentou alta significativa em toda a curva de juros, motivado por indicadores de inflação acima das expectativas, aumento dos casos de covid no Brasil e consequente discussão sobre mais estímulos por parte do governo, e uma peça orçamentária aprovada no Congresso com base em premissas irreais, especialmente na previsão de despesas discricionárias. Além disso, o Banco Central iniciou ciclo de aperto monetário com uma alta de 0,75% na Selic, sinalizando nova alta de mesma magnitude na reunião de maio.

Apesar do tom mais duro sinalizado pelo tamanho da alteração na taxa de juros, o discurso presente na ata e dito pelos dirigentes é de que o Banco Central pretende agir mais rápido para que não precise levar a Selic a patamares muito elevados, levando a uma normalização parcial da taxa de juros. Neste contexto, as estratégias no mercado de renda fixa apresentaram resultados neutros, e o destaque ficou para a redução de operações existentes, como a posição comprada em inclinação de inflação implícita e estratégias de arbitragem na curva de juros nominais, que alcançaram o retorno esperado.

As taxas de juros subiram ao longo de toda a curva de juros após o Copom decidir surpreender o mercado com uma elevação da taxa Selic de 75 pontos-base, sinalizando outro movimento igual na próxima reunião. Essa decisão mostra uma autoridade monetária genuinamente preocupada em não perder a ancoragem das expectativas de inflação para 2022. Esta postura mais agressiva do BC tem como base três premissas, especificadas no comunicado pós-Copom e, principalmente, na ata da reunião:

- Câmbio mais desvalorizado, por volta de R$ 5,70
- Retomada da atividade econômica com o avanço da vacinação e
- Risco fiscal ainda alto

O câmbio também foi negativamente afetado pela deterioração do cenário político e pelas incertezas sobre a sustentabilidade do equilíbrio fiscal. Antes da reunião do Copom, o Banco Central atuou de maneira assertiva no mercado, que havia se deteriorado com a perspectiva da volta de Lula ao cenário eleitoral. Essas intervenções, combinadas com a decisão de subir a Selic em 75 pontos-base, conseguiram manter a estabilidade do Real. No entanto, após a aprovação de um orçamento pouco ortodoxo pelo Congresso, a moeda deteriorou-se novamente, fechando o mês com desvalorização de 2,9%.

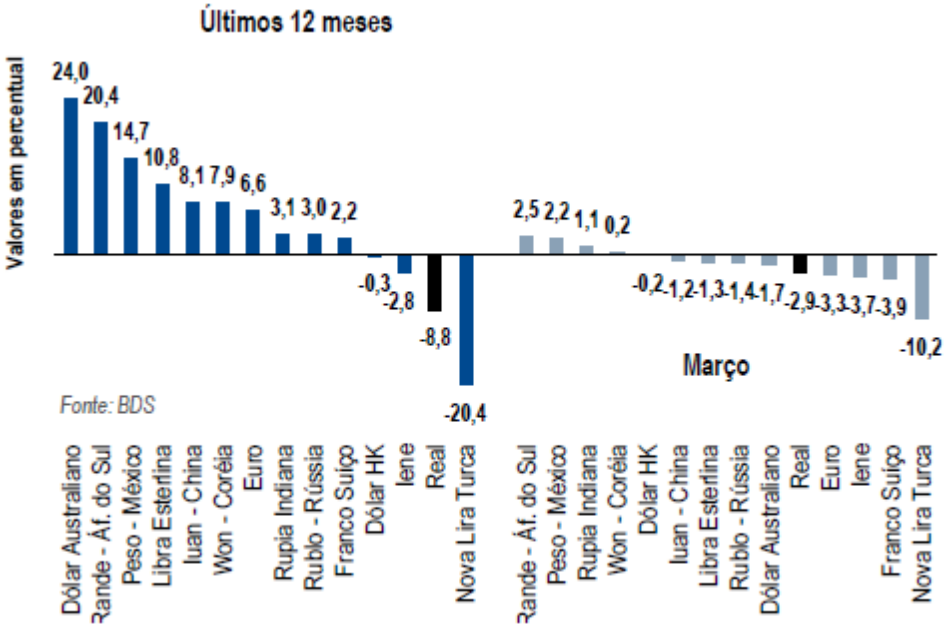
Os mercados de juros seguiram em tendência de alta no mês de março. Os vetores por trás da abertura dos juros no mundo desenvolvido seguem essencialmente otimistas, com destaque para retomada econômica global e aceleração das perspectivas de inflação. Para os países emergentes, o cenário é mais desafiador. A concorrência com juro mais elevado nos EUA expõe as fragilidades desses países, especialmente no Brasil, onde vemos uma grande vulnerabilidade fiscal. Voltamos a carregar uma posição tomada em juros nominais nos EUA e estamos mantendo uma posição, ainda que menor, tomada em juros nominais no Brasil. No câmbio, o papel de destaque dos EUA na retomada econômica tem suportado o valor de sua moeda.

Ambiente de maior incerteza impacta todos os vencimentos de longo prazo do IMA

Os títulos de longo prazo que compõem o IMA, índice da ANBIMA que reflete a carteira dos títulos públicos em mercado, foram os que registraram a maior perda no mês, com resultado negativo em todas as maturidades que compõem as carteiras de maior duration. O agravamento da pandemia de Covid-19 e suas consequências na atividade econômica e nas contas públicas, sobretudo em um contexto de aumento da inflação, fizeram piorar as expectativas de longo prazo dos investidores, o que se refletiu na abertura das taxas de NTN-B e especialmente de NTN-Fs. Um indicativo disso foram as taxas de colocação em março das NTN-Fs com vencimentos em janeiro 2027, 2029 e 2031, nas quais todos esses papéis foram vendidos com prêmios maiores em relação aos leilões de meses anteriores.

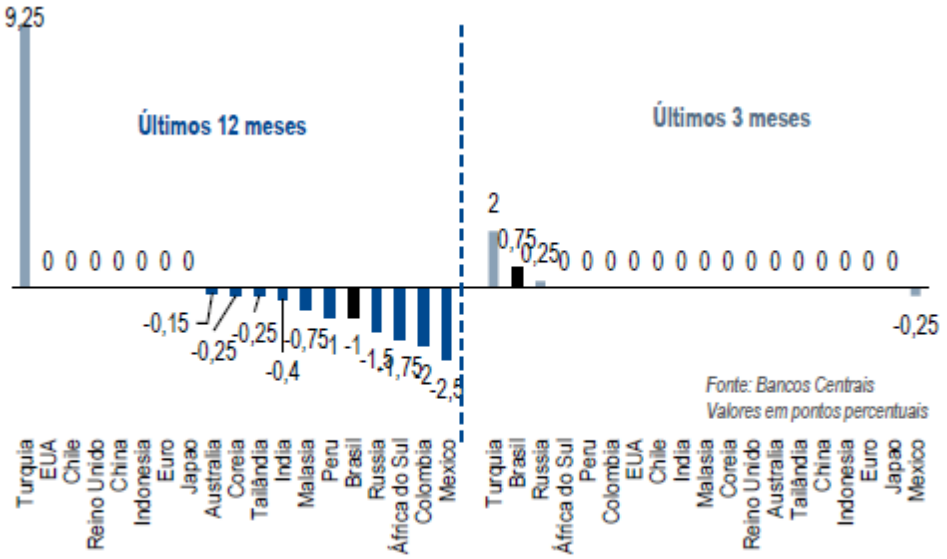
Moedas (contra o dólar)

O Real acompanhou mais um mês ruim para moedas de economias emergentes, continuando a ser a pior moeda nos últimos 12 meses.

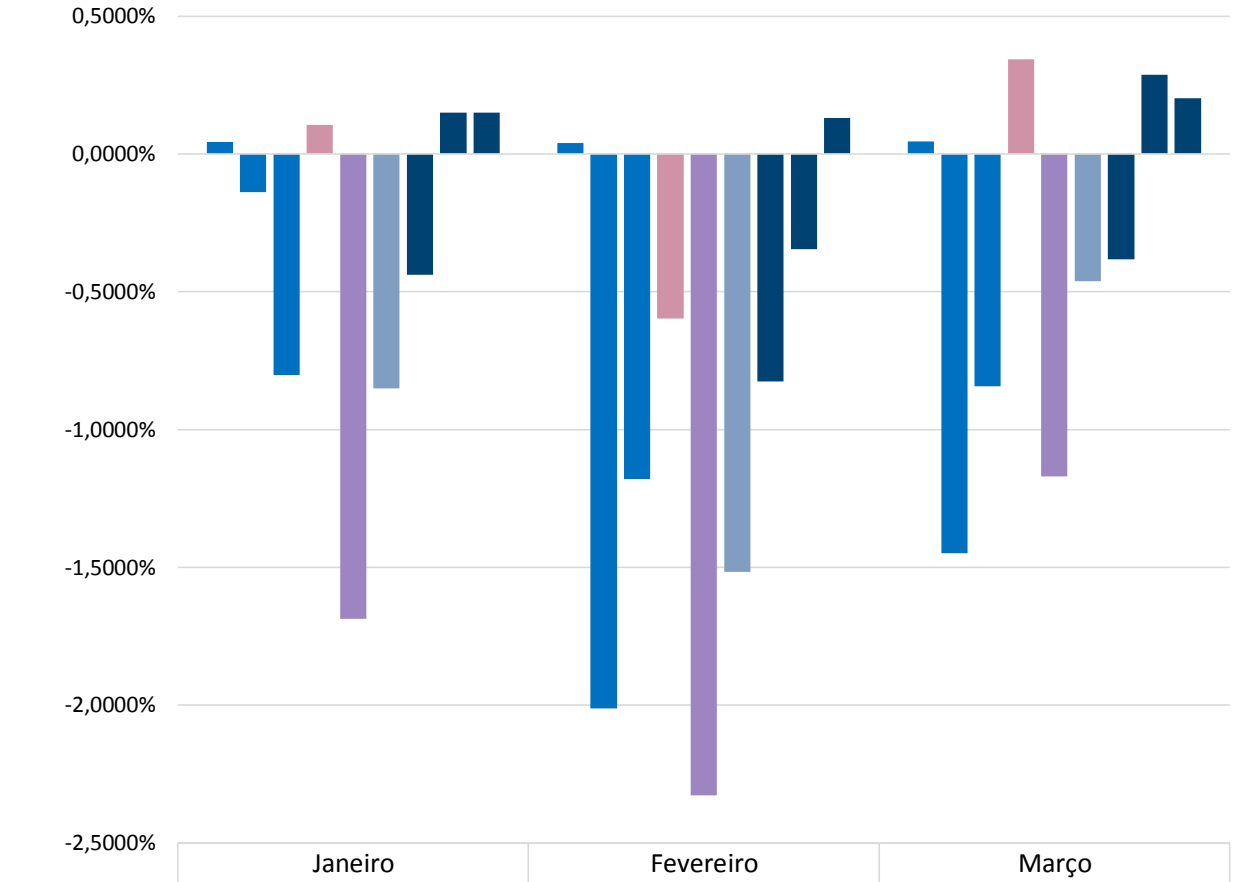


Taxas básicas de juros - variação

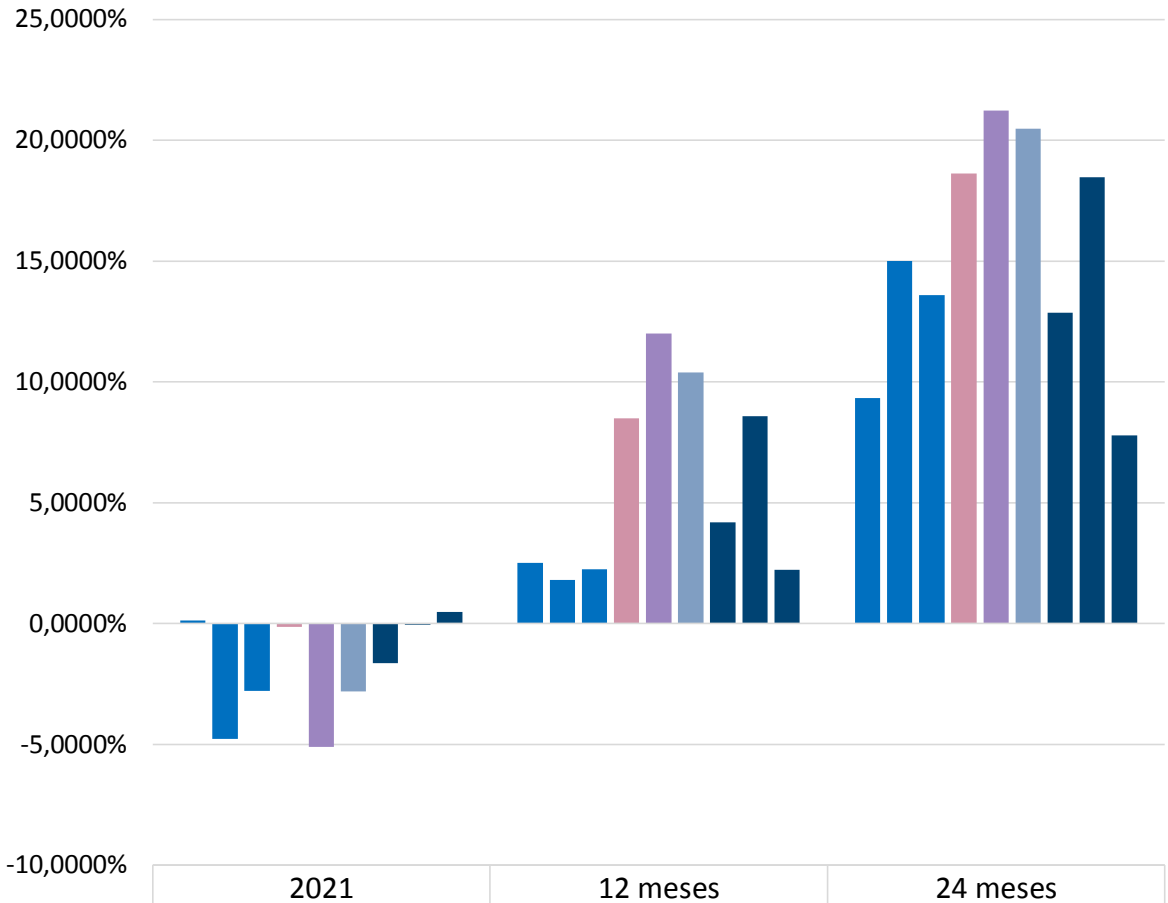
Praticamente todos os Bancos Centrais interromperam o processo de corte de juros no último trimestre. A Turquia promoveu mais um choque de juros para estancar o processo inflacionário.



5.1.1 Performance



	Janeiro	Fevereiro	Março
IRFM1	0,0435%	0,0394%	0,0443%
IRFM 1+	-0,1390%	-2,0109%	-1,4494%
IRFM Total	-0,8026%	-1,1789%	-0,8430%
IMA-B 5	0,1059%	-0,5967%	0,3431%
IMA-B 5+	-1,6874%	-2,3277%	-1,1696%
IMA-B Total	-0,8514%	-1,5168%	-0,4610%
IMA-Geral	-0,4386%	-0,8252%	-0,3817%
IDKA 2	0,1500%	-0,3447%	0,2881%
CDI	0,1500%	0,1300%	0,2011%



	2021	12 meses	24 meses
IRFM1	0,1273%	2,5050%	9,3300%
IRFM 1+	-4,7739%	1,8107%	15,0103%
IRFM Total	-2,7984%	2,2518%	13,5935%
IMA-B 5	-0,1500%	8,4995%	18,6326%
IMA-B 5+	-5,0990%	12,0100%	21,2365%
IMA-B Total	-2,8055%	10,3856%	20,4754%
IMA-Geral	-1,6371%	4,1766%	12,8599%
IDKA 2	-0,0456%	8,5732%	18,4690%
CDI	0,4859%	2,2225%	7,7800%

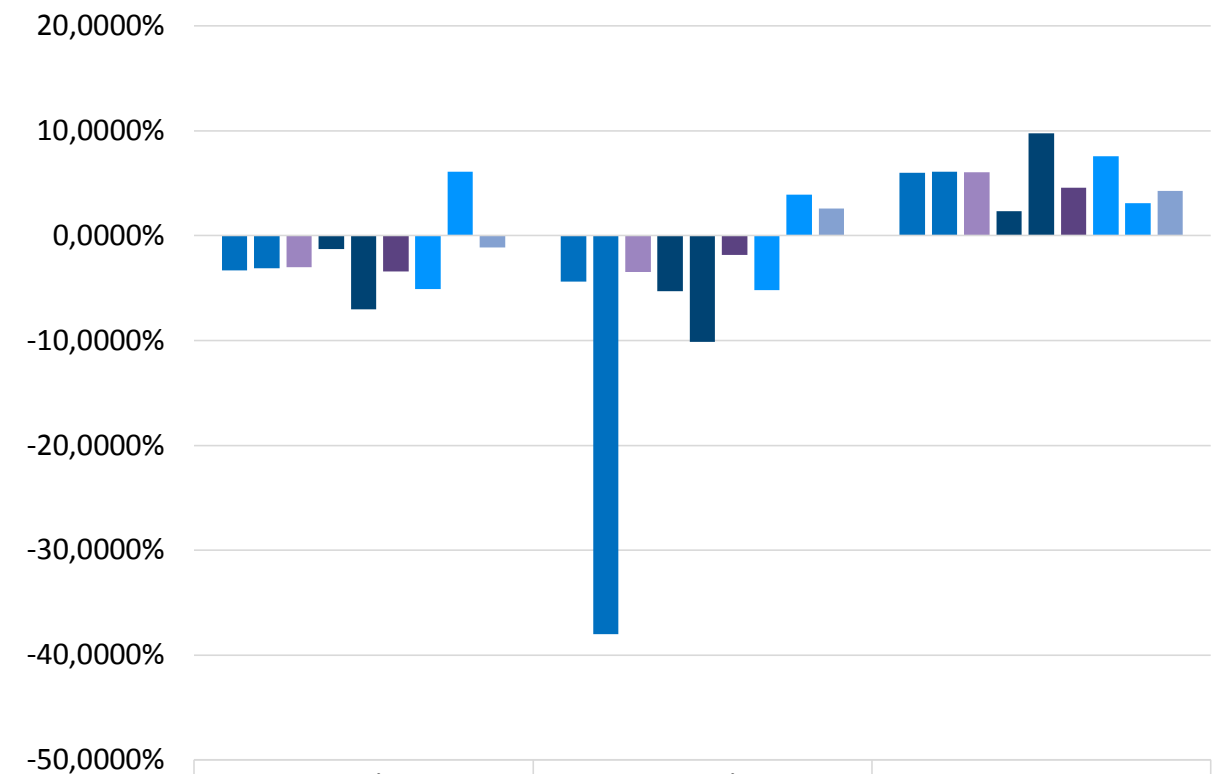
5.2 Renda Variável

As bolsas internacionais tiveram um mês positivo, principalmente pelo otimismo em relação ao avanço do processo de vacinação nos EUA, e pelas novas rodadas de pacotes fiscais, que devem favorecer uma forte recuperação da economia.

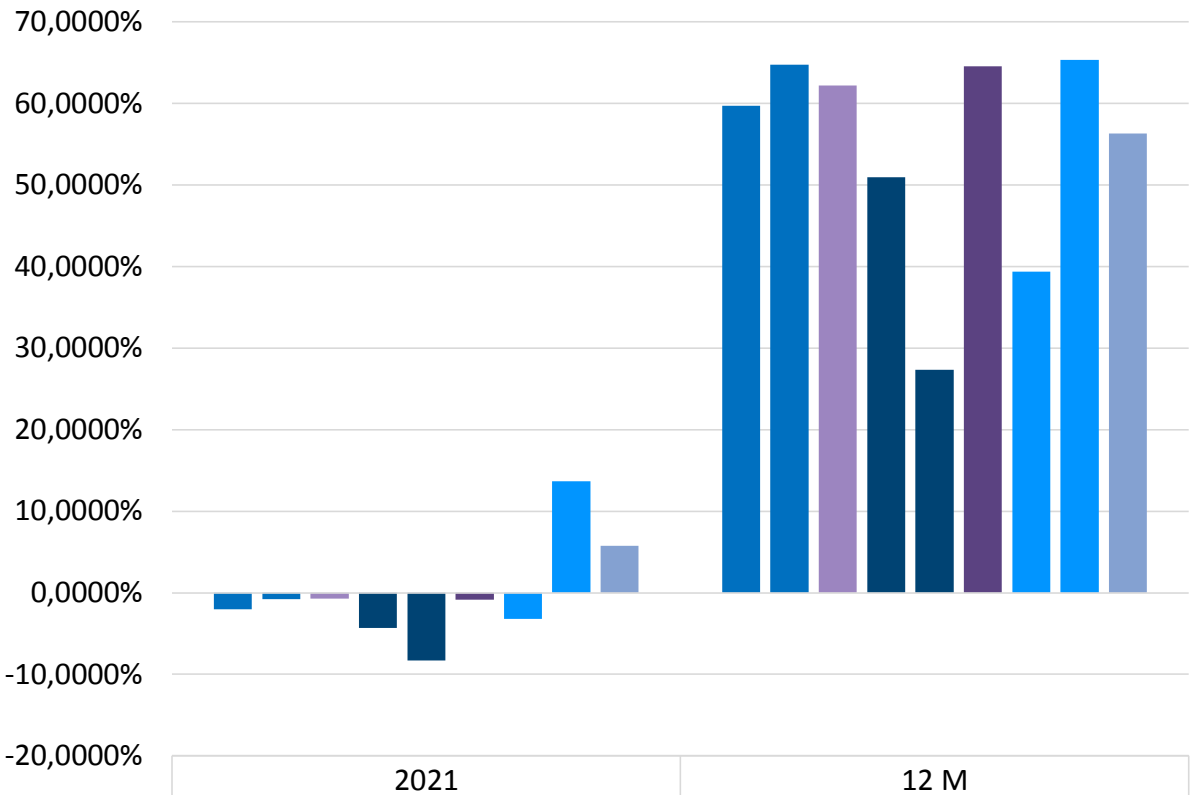
Março foi um mês positivo para as bolsas dos mercados mundiais. O cenário externo continua sendo de muito estímulo monetário e fiscal. Os prospectos de vacinação e de retomada da atividade no segundo semestre aliados a uma maior tolerância dos bancos centrais por inflação, no curto prazo, vêm trazendo as taxas de juros globais para patamares mais altos. Esse movimento, contudo, tem demonstrado características de normalização e ainda não afetaram as perspectivas de crescimento mundial. No Brasil, o ambiente político segue conturbado. A piora das condições sanitárias, com um aumento exponencial da doença no país, acontece em um momento de discussão orçamentária ampliando os riscos de piora fiscal à frente. Em commodities, o petróleo teve mais um mês levemente negativo caindo entre 1% e 3% nos mercados internacionais. As commodities metálicas tiveram uma performance mista. O minério de ferro fechou em queda, as cotações de aço subiram. O níquel e o cobre caíram. A celulose fechou em alta no mercado chinês.

O mercado doméstico de ações vinha operando no campo positivo ao longo do mês, mesmo com a deterioração do cenário político. No entanto, a sinalização de pouca disciplina fiscal, representada pela aprovação de um orçamento pouco ortodoxo por parte do Congresso, fez com que a bolsa devolvesse parte dos ganhos, mas foi capaz de se recuperar, seguindo as bolsas globais. Do ponto de vista de valuation, a bolsa brasileira continua tendo um potencial de alta

5.2.1 Performance

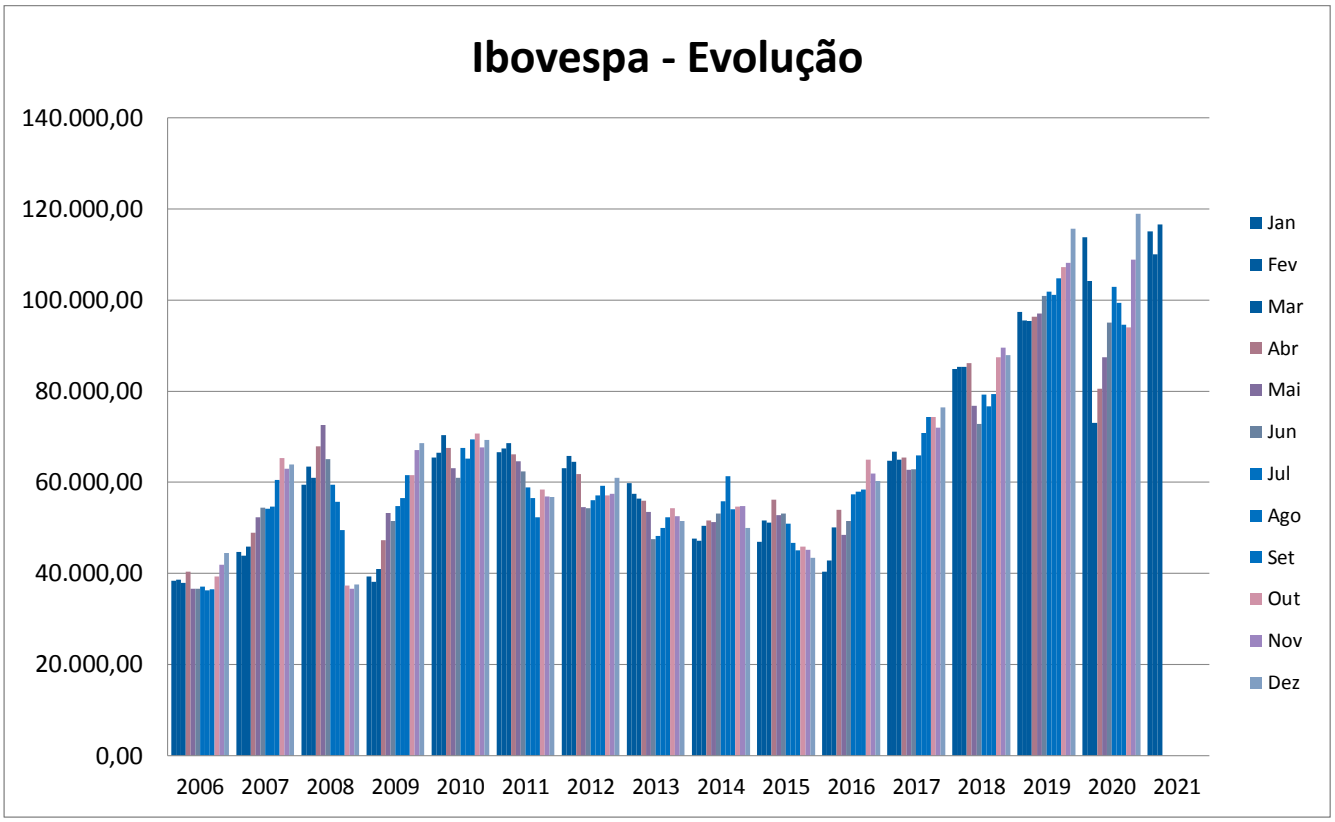


	Janeiro	Fevereiro	Março
Ibovespa	-3,3200%	-4,3700%	6,0000%
IBRX-50	-3,1000%	-38,0000%	6,0800%
IBRX-100	-3,0300%	-3,4500%	6,0400%
Iconsumo	-1,2800%	-5,2900%	2,3200%
Imobiliário	-7,0300%	-10,1100%	9,7400%
Small Caps	-3,4300%	-1,8400%	4,5600%
Idividendos	-5,0800%	-5,2100%	7,5700%
BDRX	6,1100%	3,9300%	3,0800%
S&P 500	-1,1100%	2,6100%	4,2400%

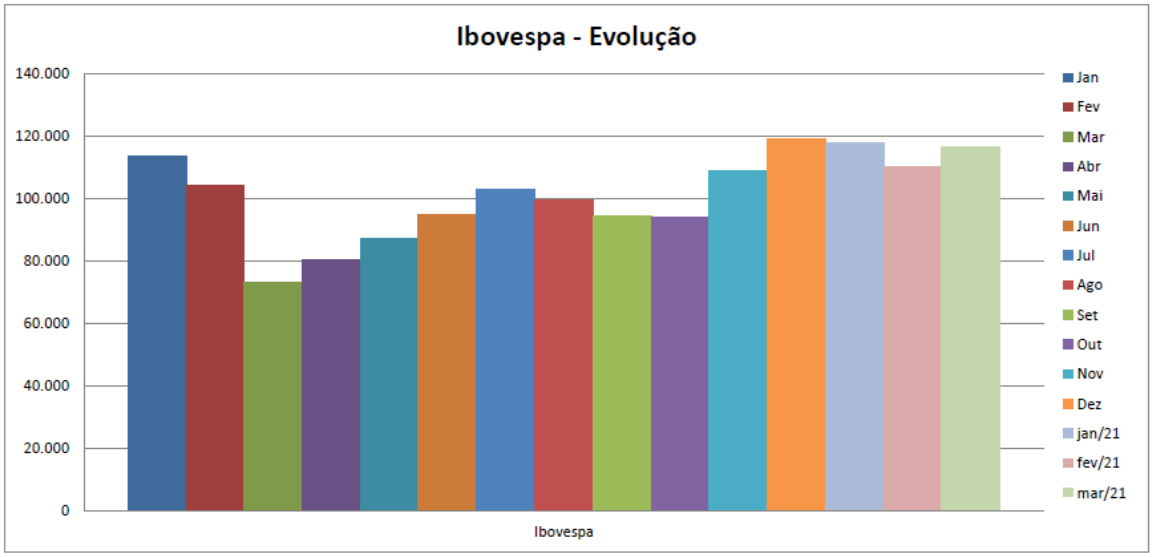


	2021	12 M
Ibovespa	-2,0000%	59,7300%
IBRX-50	-0,8000%	64,7300%
IBRX-100	-0,7200%	62,1700%
Iconsumo	-4,3400%	50,9400%
Imobiliário	-8,2900%	27,3500%
Small Caps	-0,8800%	64,5800%
Idividendos	-3,2100%	39,3500%
BDRX	13,6700%	65,3400%
S&P 500	5,7730%	56,3230%

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2006	38.382,80	38.610,39	37.951,97	40.363,42	36.560,04	36.630,66	37.077,12	36.232,22	36.449,40	39.262,79	41.931,84	44.473,71
2007	44.641,60	43.892,31	45.804,66	48.956,39	52.268,46	54.392,06	54.182,50	54.637,24	60.465,06	65.317,70	63.006,16	63.886,10
2008	59.490,40	63.489,30	60.968,07	67.868,46	72.592,50	65.017,58	59.505,17	55.680,41	49.541,27	37.256,84	36.595,87	37.550,31
2009	39.300,79	38.183,31	40.925,87	47.289,53	53.197,73	51.465,46	54.765,72	56.488,98	61.517,89	61.545,50	67.044,44	68.588,41
2010	65.401,77	66.503,27	70.371,54	67.529,73	63.046,51	60.935,90	67.515,40	65.145,45	69.429,78	70.673,30	67.705,40	69.304,81
2011	66.574,88	67.383,22	68.586,70	66.132,86	64.620,08	62.403,64	58.823,45	56.495,12	52.324,42	58.338,39	56.874,98	56.754,08
2012	63.072,31	65.811,73	64.510,97	61.820,26	54.490,41	54.354,63	56.097,05	57.061,45	59.175,86	57.068,18	57.474,57	60.952,08
2013	59.761,49	57.424,29	56.352,09	55.910,37	53.506,08	47.457,13	48.234,49	50.011,75	52.338,19	54.256,20	52.482,49	51.507,16
2014	47.638,99	47.094,40	50.414,92	51.626,69	51.239,34	53.168,22	55.829,41	61.288,15	54.115,98	54.628,60	54.724,00	50.007,41
2015	46.907,68	51.583,09	51.150,16	56.229,38	52.760,47	53.080,88	50.864,77	46.625,52	45.059,34	45.868,81	45.120,36	43.349,96
2016	40.405,99	42.793,86	50.055,27	53.910,50	48.471,70	51.526,92	57.308,20	57.901,10	58.367,04	64.924,51	61.906,35	60.227,28
2017	64.670,78	66.662,10	64.984,06	65.403,24	62.711,47	62.899,97	65.920,36	70.835,05	74.293,50	74.308,49	71.970,99	76.402,08
2018	84.912,70	85.353,60	85.365,56	86.115,50	76.753,61	72.762,52	79.220,44	76.677,53	79.342,43	87.423,55	89.504,03	87.887,27
2019	97.393,75	95.584,35	95.414,56	96.353,33	97.030,32	100.967,20	101.812,13	101.134,61	104.745,32	107.219,83	108.233,28	115.645,34
2020	113.760,57	104.171,57	73.019,76	80.505,89	87.402,59	95.055,82	102.912,00	99.369,00	94.603,00	93.952,00	108.928,88	119.017,24
2021	115.067,00	110.035,00	116.663									



IBOVESPA - SÉRIE HISTÓRICA NO FECHAMENTO MENSAL															
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	jan/21	fev/21	mar/21
Ibovespa	113.761	104.172	73.020	80.506	87.403	95.056	102.912	99.369	94.603	93.952	108.893	119.017	117.839	110.035	116.633

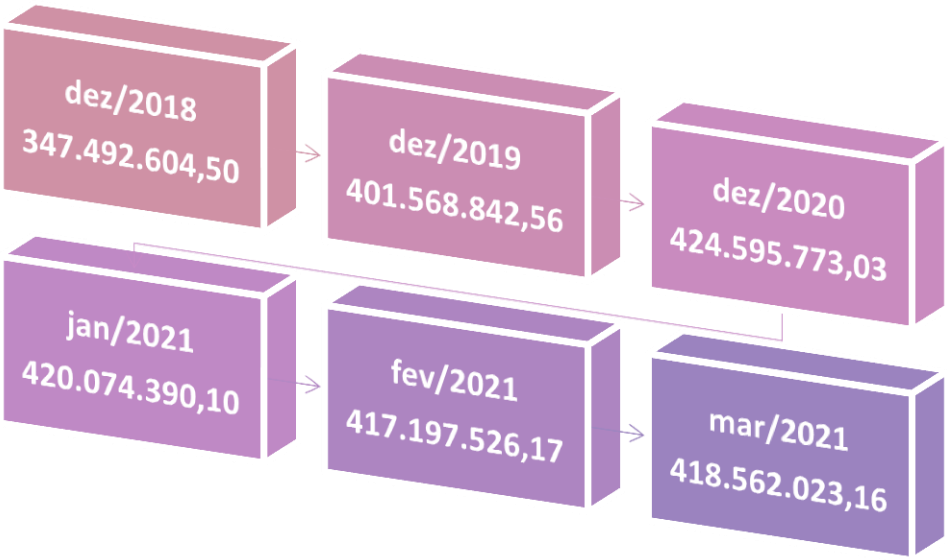


6- CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

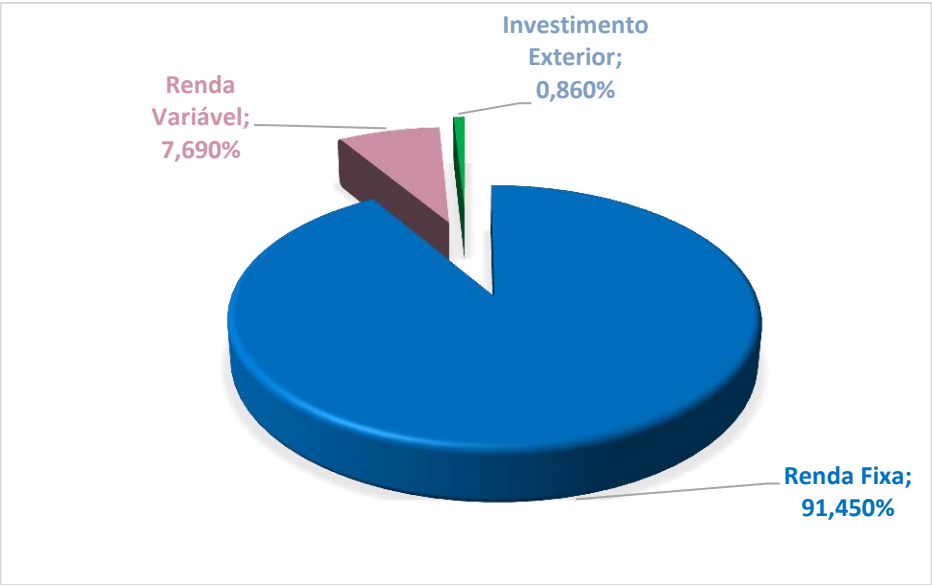
O saldo das aplicações financeiras do IPMU em 2020 sofreu com a volatilidade do mercado financeiro, devido à evolução da crise Covid 19 a nível mundial e com a questão fiscal no caso mercado doméstico.

Iniciando 2021, no primeiro mês do ano, as aplicações financeiras também sofreram com a volatilidade do mercado. O IPMU encerrou 2019 com patrimônio de **R$ 401.568.842,56** (quatrocentos e um milhões quinhentos e sessenta e oito mil oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). No enceramento de 2020 o patrimônio era de **R$ 424.595.773,03** (quatrocentos e vinte e quatro milhões quinhentos e noventa e cinco mil setecentos e setenta e três reais e três centavos). Já no primeiro mês de 2021, teve desvalorização e encerrou o mês de janeiro em **R$ 420.074.390,10** (quatrocentos e vinte milhões setenta e quatro mil trezentos e noventa reais e dez centavos). No segundo mês de 2021, também apresentou desvalorização e encerrou o mês de fevereiro em **R$ 417.197.526,17** (quatrocentos e dezessete milhões cento e noventa e sete mil quinhentos e vinte e seis reais e dezessete centavos). No terceiro mês de 2021, apresentou valorização e encerrou o mês de março em **R$ 418.562.023,16** (quatrocentos e dezoito milhões quinhentos e sessenta e dois mil vinte e três reais e dezesseis centavos).

O Patrimônio do IPMU apresentou percentual positivo no mês de março **0,43%** com rentabilidade consolidada no montante de **R$ 1.771.496,99** (um milhão setecentos e setenta e um mil quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e nove centavos).



A composição da carteira de investimentos do IPMU no encerramento do mês atende aos requisitos previstos em Lei e cumpre a Política Anual de Investimentos, elaborada pelos membros do Comitê de Investimentos, aprovada pelos membros do Conselho de Administração e ratificada pelos membros do Conselho Fiscal.



A carteira de investimentos do IPMU está segregada entre os segmentos de renda fixa (91,45%), renda variável (7,69%) e alocação no investimento no exterior (0,86%), dentro dos limites permitidos pela Resolução CMN nº 3922/2010 e compatível com os requisitos estabelecidos na Política de Investimentos – PAI 2021.

Os investimentos do IPMU demonstram uma "gestão moderada", com exposição em fundos compostos por 100% títulos públicos, diversificados em vértices de curto, médio e longo prazo.

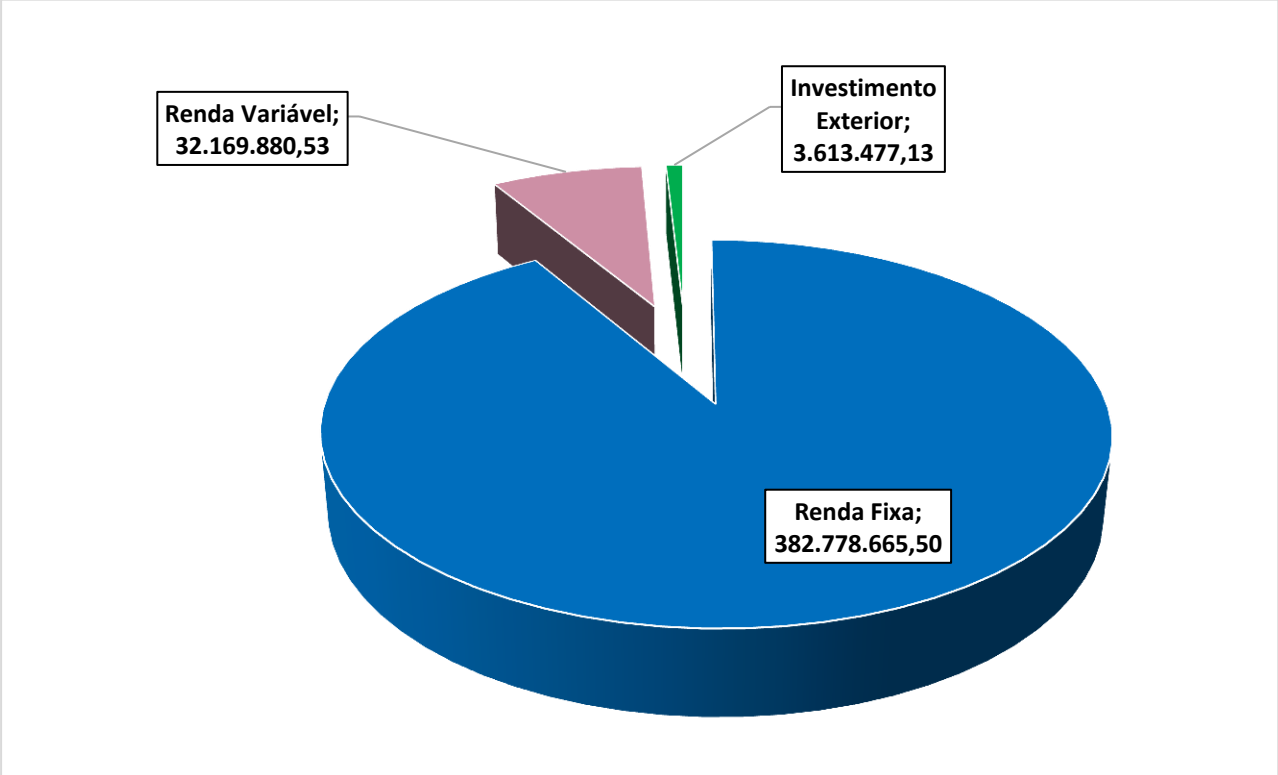
Os investimentos em **Renda Fixa** estão diversificados, com concentração em maior volume em "IPCA" seguido de "IMA-B Total". De forma geral, apresentando resultados compatíveis com o desempenho do mercado.

O maior percentual dos fundos que compõe a "Carteira de investimentos" do IPMU possui gestão ativa, visando uma alocação dinâmica nos vértices "IMA-B". Trabalhando tanto nos vértices da família IMA (IMA-B, IMA-B5 e IMA-B 5+), quanto nas taxas "Pré-Fixadas" mais curtas e inflação, buscando o melhor retorno, com o menor risco envolvido.

A maioria dos fundos de **Renda Fixa** (11 fundos no fechamento do mês de março) da carteira de investimentos do IPMU são fundos "renda fixa ativa", onde o gestor pode atuar de forma mais abrangente, comprando e vendendo títulos públicos ou privados dos mais variados vértices.

O Comitê de Investimentos tem acompanhado de perto a desempenho desses fundos, de forma que aquele que apresente melhor desempenho receba novos aportes, enquanto aqueles que apresentem desempenho ruim sejam alvo de resgates.

Os investimentos em **Renda Variável** estão distribuídos em "Small Caps", "Infraestrutura" e "BDR", 06 fundos no encerramento do mês de março. Dado ao momento político econômico que passamos em 2020, continuamos a ter grande volatilidade nos ativos de Renda Variável, apresentando preços mais ajustados do que no início da pandemia do Covid-19 em março/2020, mas ainda atrativo para uma alocação gradual, pensando em um horizonte de médio e longo prazo, estratégia adotada pelo Comitê de Investimentos que elevou a aplicação no segmento de **0,00%** do PL em 2019 para **7,18%** do PL no final de 2020 e encerrou o terceiro mês de 2021 em **8,55%.**



	dez/19	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21
Artigo 7º – Inciso I – Alínea A (até 100%)	**15,69%**	**15,94%**	**16,29%**	**16,12%**	**16,23%**
4.400 NTN-C 01.04.2021 (IGPM)	4,90%	5,39%	5,64%	5,82%	5,95%
11.150 NTN-B 15.08.2024 (IPCA)	10,79%	10,55%	10,65%	10,30%	10,28%
Artigo 7º – Inciso I – Alínea B (até 100%)	**61,30%**	**49,20%**	**49,44%**	**49,19%**	**48,91%**
BB Previdenciário RF Alocação Ativa	15,15%	14,16%	14,23%	14,20%	14,09%
BB Previdenciário RF TP XI 2022	1,64%	1,60%	1,62%	1,59%	1,59%
BB Previdenciário RF IMA-B 5+	4,22%	2,23%	2,22%	2,18%	2,15%
Caixa FI Brasil IMA-B	14,68%	13,52%	13,55%	13,43%	13,33%
Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica	16,66%	14,43%	14,58%	14,61%	14,61%
Caixa FI Brasil IMA-B 5+	8,95%	3,26%	3,24%	3,18%	3,14%
7º – Inciso IV (até 40%)	**23,03%**	**27,68%**	**27,30%**	**27,06%**	**26,32%**
Itaú Alocação Ativa	11,34%	15,15%	15,33%	14,73%	13,98%
Santander Ativo Renda Fixa (150)	7,12%	3,19%	2,55%	2,93%	3,00%
BB RF Retorno Total	0,00%	2,90%	2,92%	2,91%	2,89%
Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica	4,15%	4,11%	4,13%	4,12%	4,08%
Caixa FIC Brasil RF Ativa	0,42%	1,91%	1,94%	1,94%	1,94%
Santander Ativo Renda Fixa (350)	0,00%	0,42%	0,43%	0,43%	0,43%
Artigo 8º – Inciso II - A (até 20%)	**0,00%**	**7,18%**	**6,98%**	**7,31%**	**7,69%**
Caixa Small Caps Ativo	0,00%	3,62%	3,53%	3,76%	3,93%
Caixa Infraestrutura	0,00%	3,56%	3,45%	3,55%	3,76%
Artigo 9º – Inciso II - A (até 10%)	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,46%**
Caixa Multigestor Global Equities	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,20%
Santander Global Equities	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,26%
Artigo 9º – Inciso III - A (até 10%)	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,32%**	**0,37%**
BB Ações ESG Global	0,00%	0,00%	0,00%	0,04%	0,04%
Caixa Ações BDR Nível I	0,00%	0,00%	0,00%	0,28%	0,33%

6.1- Evolução dos Investimentos

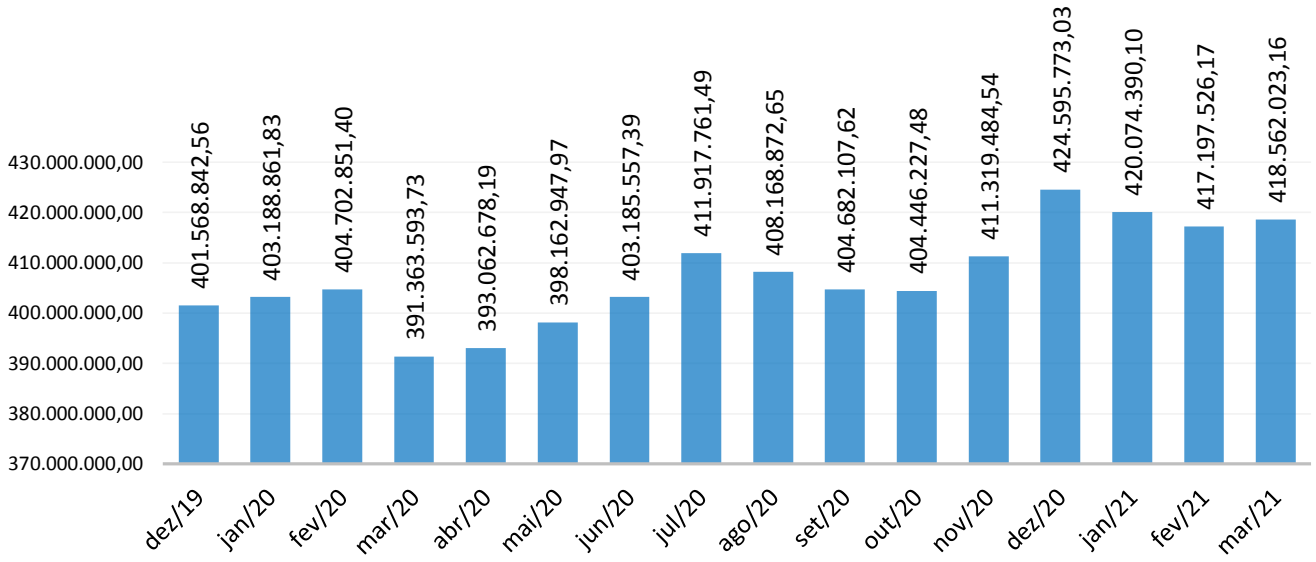
A evolução dos investimentos do IPMU dos últimos meses reflete a desvalorização acentuada no primeiro trimestre de 2020, a recuperação apresentada nos trimestres seguintes de 2020. Destaca-se um crescimento contínuo, não havendo períodos de retração ou declínio, porém houve diminuição do patrimônio de fevereiro para março de 2020, resultado devido à volatilidade dos mercados financeiros em decorrência do Coronavirus.

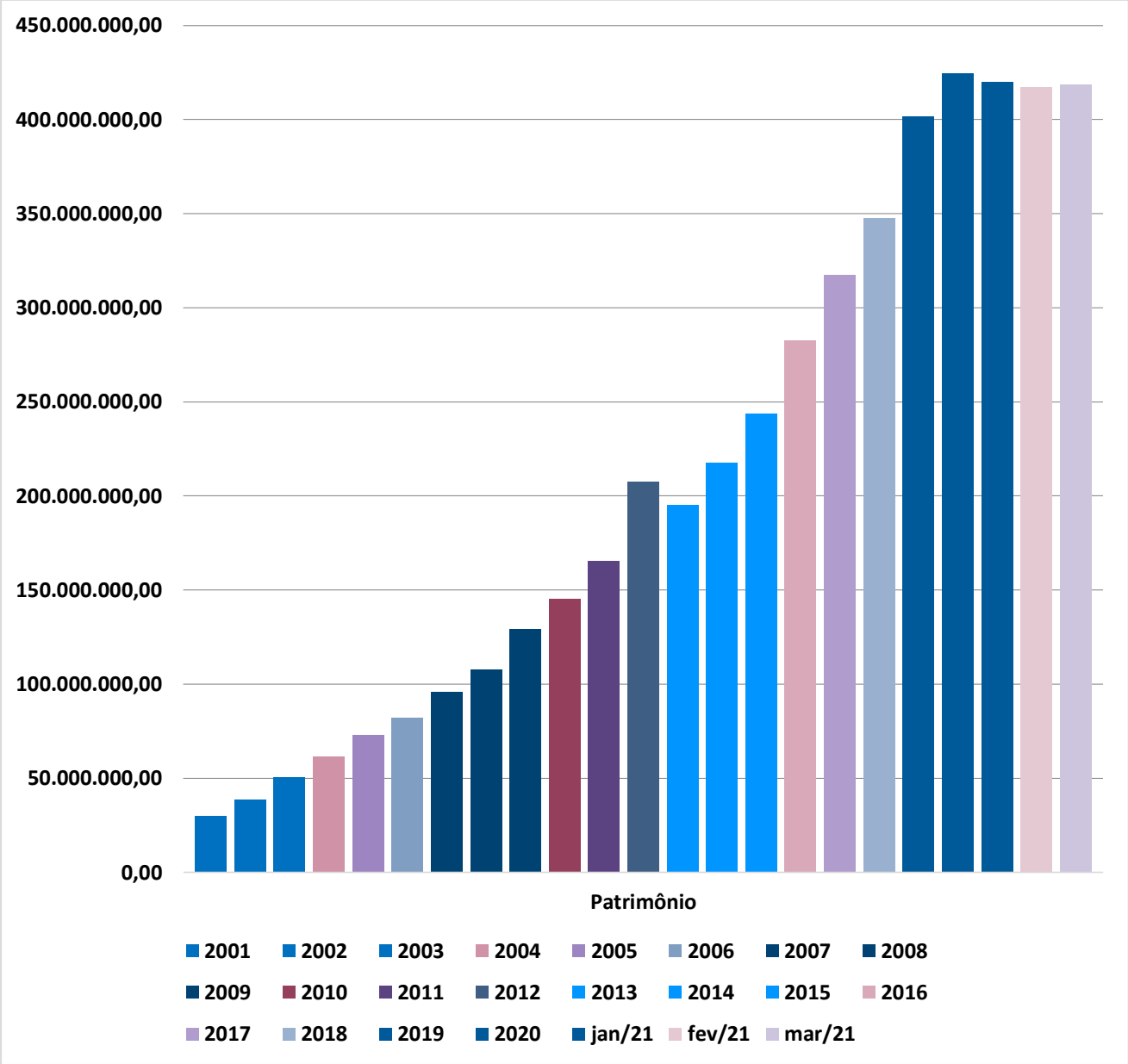
O início de 2021 não foi favorável aos investimentos, devido à continuidade das incertezas na recuperação das economias (externas e doméstica) em decorrência da Covid-19 e no cenário doméstico as perspectivas de controle fiscal.

A carteira de investimentos do IPMU, após a retração de março/2020, apresentou a partir de abril/2020 retomada no crescimento de seu patrimônio até o mês de julho/2020. Nos meses de agosto, setembro e outubro de 2020 ocorreram algumas retrações. Finalizando 2020, os meses de novembro e dezembro de 2020 foram de fortes valorizações.

De acordo com os analistas, existe a possibilidade de haver novos períodos de retração no patrimônio do IPMU, reproduzindo a volatilidade dos mercados, considerando que a carteira de investimentos apresenta exposição em ativos de alta volatilidade, principalmente os que apresentam vértices mais longos.

Com a diversificação nos ativos que compõem os investimentos do IPMU, as retrações poderão ser menores, com a possibilidade de rápida recuperação, mesmo que de forma gradual, como o que ocorreu em 2020.



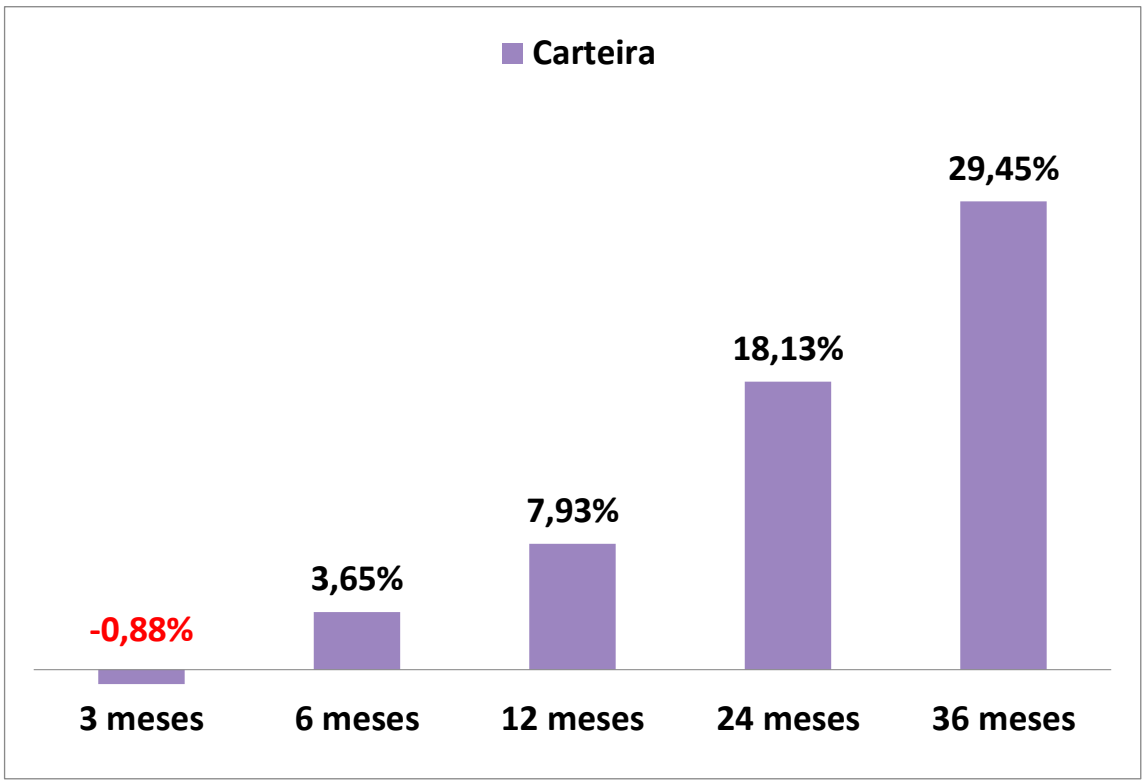

450.000.000,00
400.000.000,00
350.000.000,00
300.000.000,00
250.000.000,00
200.000.000,00
150.000.000,00
100.000.000,00
50.000.000,00
0,00
Patrimônio
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
jan/21
fev/21
mar/21

O retorno acumulado na carteira de investimentos do IPMU em 2020 não superou a "meta atuarial" devido as conjunturas dos mercados financeiros que foram fortemente afetados pela pandemia do Covid 19. Esta situação permanece em 2021.

A rentabilidade nominal no período de jan/mar de 2021 foi de **-0,88%**. Negativa em relação a meta atuarial de **3,27%**, refletindo ainda os impactos da crise da Pandemia do Covid 19 que é denominado nos investimentos como "Risco Sistemático ou Conjuntural".

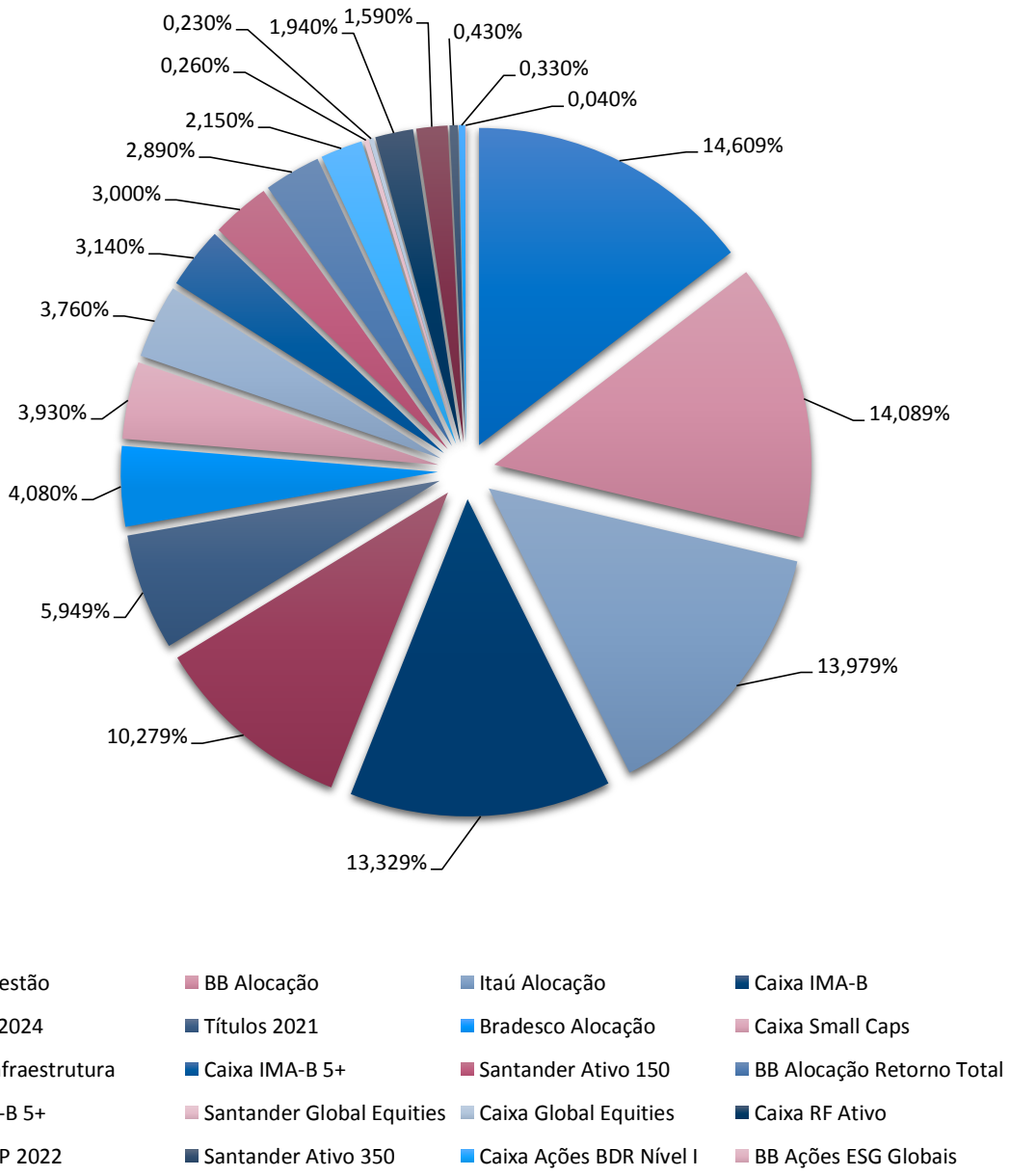
Desde 2020 vivemos momentos de grande volatilidade causada por uma crise sanitária, que reflete na economia, diante das incertezas quanto ao fim da pandemia. Com dificuldade de estabelecimento de expectativas confiáveis, os prêmios de riscos tendem a crescer e os mercados ficam com fortes volatilidades.

No Brasil tem fatores/aspectos com forte influencia sobre os mercados: situação das contas públicas, questões políticas, questões fiscais, continuidade de auxílios emergências, crescimento da inflação e a postura de autoridade monetária do Banco Central.



6.2- Composição dos Investimentos

A Carteira de Investimentos do **Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU** é composta por **17(dezessete)** fundos de investimentos e por uma Carteira de Títulos Públicos com vencimento para 2021 e Títulos com vencimento para 2024.



	2018	% PL	2019	% PL	2020	% PL	mar/21	% PL
Artigo 7º – Inciso I – Alínea A (até 100%)	**56.911.029,10**	**16,38%**	**62.877.843,20**	**15,66%**	**67.704.345,18**	**15,95%**	**67.942.474,78**	**16,23%**
4.400 NTN-C 01.04.2021 (IGPM)	18.268.012,89	5,26%	19.674.136,21	4,90%	22.901.635,47	5,39%	24.919.190,45	5,95%
11.150 NTN-B 15.08.2024 (IPCA)	38.643.016,21	11,12%	43.203.706,99	10,76%	44.802.709,71	10,55%	43.023.284,33	10,28%
Artigo 7º – Inciso I – Alínea B (até 100%)	**187.536.780,59**	**53,97%**	**246.181.192,14**	**61,30%**	**208.876.680,80**	**49,19%**	**204.668.144,87**	**48,90%**
BB Previdenciário RF Alocação Ativa	67.731.632,55	19,49%	60.841.715,28	15,15%	60.105.619,51	14,16%	58.977.897,35	14,09%
BB Previdenciário RF TP XI 2022	6.077.820,45	1,75%	6.588.229,70	1,64%	6.786.833,43	1,60%	6.659.506,66	1,59%
BB Previdenciário RF IMA-B 5+	0,00	0,00%	16.942.925,22	4,22%	9.470.364,98	2,23%	8.985.805,63	2,15%
Caixa FI Brasil IMA-B	51.302.817,33	14,76%	58.967.972,55	14,68%	57.419.792,55	13,52%	55.775.873,12	13,33%
Santander IMA-B 5 TP	56.439.335,60	16,24%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Bradesco TP 2019	5.985.174,66	1,72%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica	0,00	0,00%	66.906.584,92	16,66%	61.257.318,74	14,43%	61.145.351,00	14,61%
Caixa FI Brasil IMA-B 5+	0,00	0,00%	35.933.764,47	8,95%	13.836.751,59	3,26%	13.123.711,11	3,14%
7º – Inciso IV (até 40%)	**103.044.794,81**	**29,65%**	**92.509.807,22**	**23,04%**	**117.515.392,17**	**27,68%**	**110.168.045,85**	**26,32%**
Itaú Alocação Ativa	20.637.682,40	5,94%	45.542.889,62	11,34%	64.309.650,37	15,15%	58.521.598,62	13,98%
Bradesco RF Referenciado DI	14.305.456,59	4,12%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Santander Ativo Renda Fixa (150)	0,00	0,00%	28.602.454,46	7,12%	13.524.859,82	3,19%	12.552.538,99	3,00%
BB RF Retorno Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12.308.791,34	2,90%	12.095.825,90	2,89%
Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica	0,00	0,00%	16.667.821,83	4,15%	17.441.174,91	4,11%	17.080.959,13	4,08%
Caixa Gestão Ativa	66.688.027,43	19,19%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Caixa FIC Brasil RF Ativa	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8.128.183,61	1,91%	8.119.287,79	1,94%
Santander Institucional DI (350)	1.413.628,39	0,41%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Santander Ativo Renda Fixa (350)	0,00	0,00%	1.696.641,31	0,42%	1.802.732,12	0,42%	1.797.835,42	0,43%
Artigo 8º – Inciso II - A (até 20%)	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**30.499.354,88**	**7,18%**	**32.169.880,53**	**7,69%**
Caixa Small Caps Ativo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	15.384.565,17	3,62%	16.429.761,60	3,93%
Caixa Infraestrutura	0,00	0,00%	0,00	0,00%	15.114.789,71	3,56%	15.740.118,93	3,76%
Artigo 9º – Inciso II - A (até 10%)	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**2.048.115,41**	**0,49%**
Caixa Multigestor Equities	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	969.586,92	0,23%
Santander Multigestor Equities	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.078.528,49	0,26%
Artigo 9º – Inciso III - A (até 10%)	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**1.565.361,72**	**0,37%**
BB Ações ESG Globais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	180.318,35	0,04%
Caixa Ações BDR Nível I	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.385.043,37	0,33%
Consolidado	**347.492.604,50**		**401.568.842,56**		**424.595.773,03**		**418.562.023,16**	

	dez/19	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21
Artigo 7º – Inciso I – Alínea A	**62.877.843,20**	**67.704.345,18**	**68.437.663,50**	**67.262.310,24**	**67.942.474,78**
4.400 NTN-C 01.04.2021 (IGPM)	19.674.136,21	22.901.635,47	23.699.739,06	24.278.152,22	24.919.190,45
11.150 NTN-B 15.08.2024 (IPCA)	43.203.706,99	44.802.709,71	44.737.924,44	42.984.158,02	43.023.284,33
Artigo 7º – Inciso I – Alínea B	**246.181.192,14**	**208.876.680,80**	**207.683.254,41**	**205.241.026,93**	**204.668.144,87**
BB Previdenciário RF Alocação Ativa	60.841.715,28	60.105.619,51	59.773.622,95	59.227.330,16	58.977.897,35
BB Previdenciário RF TP XI 2022	6.588.229,70	6.786.833,43	6.806.254,37	6.633.504,73	6.659.506,66
BB Previdenciário RF IMA-B 5+	16.942.925,22	9.470.364,98	9.309.744,42	9.093.967,01	8.985.805,63
Caixa FI Brasil IMA-B	58.967.972,55	57.419.792,55	56.918.813,69	56.041.953,04	55.775.873,12
Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica	66.906.584,92	61.257.318,74	61.272.811,39	60.961.825,85	61.145.351,00
Caixa FI Brasil IMA-B 5+	35.933.764,47	13.836.751,59	13.602.007,59	13.282.446,14	13.123.711,11
7º – Inciso IV	**92.509.807,22**	**117.515.392,17**	**114.611.850,89**	**112.858.036,16**	**110.168.045,85**
Itaú Alocação Ativa	45.542.889,62	64.309.650,37	64.395.782,60	61.434.045,35	58.521.598,62
Santander Ativo Renda Fixa (150)	28.602.454,46	13.524.859,82	10.696.247,48	12.213.271,59	12.552.538,99
BB RF Retorno Total	0,00	12.308.791,34	12.251.412,18	12.137.679,97	12.095.825,90
Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica	16.667.821,83	17.441.174,91	17.340.142,68	17.174.041,85	17.080.959,13
Caixa FIC Brasil RF Ativa	0,00	8.128.183,61	8.134.971,72	8.092.807,66	8.119.287,79
Santander Ativo Renda Fixa (350)	1.696.641,31	1.802.732,12	1.793.294,23	1.806.189,74	1.797.835,42
Artigo 8º – Inciso I - A	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Artigo 8º – Inciso II - A	**0,00**	**30.499.354,88**	**29.341.621,30**	**30.509.320,53**	**32.169.880,53**
Caixa Small Caps Ativo	0,00	15.384.565,17	14.849.339,25	15.687.650,01	16.429.761,60
Caixa Infraestrutura	0,00	15.114.789,71	14.492.282,05	14.821.670,52	15.740.118,93
Artigo 8º – Inciso II - B	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.048.115,41**
Artigo 8º – Inciso III - B	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.048.115,41**
Artigo 9º – Inciso I - A	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Artigo 9º – Inciso II - A	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.048.115,41**
Caixa Multigestor Equiteis	0,00	0,00	0,00	0,00	969.586,92
Santander Global Equiteis	0,00	0,00	0,00	0,00	1.078.528,49
Artigo 9º – Inciso III - A	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.326.832,31**	**1.565.361,72**
BB Ações ESG Globais	0,00	0,00	0,00	173.820,26	180.318,35
Caixa Ações BDR Nível I	0,00	0,00	0,00	1.153.012,05	1.385.043,37
Consolidado	**401.568.842,56**	**424.595.773,03**	**420.074.390,10**	**417.197.526,17**	**418.562.023,16**

6.3- Rentabilidade da Carteira

O patrimônio do IPMU apresentou variação negativa no primeiro e no segundo mês de 2021, mas positivo no mês de março/2021, refletindo a grande volatilidade dos mercados financeiros devido a continuidade da pandemia do "coronavírus" iniciada em 2020:

	2019	2020	jan/21	fev/21	mar/21
Artigo 7º – Inciso I – Alínea A	**9.110.878,13**	**8.167.617,55**	**733.318,32**	**-37.311,17**	**680.164,54**
4.400 NTN-C 01.04.2021 (IGPM)	2.439.031,27	4.388.740,14	798.103,59	578.413,16	641.038,23
11.150 NTN-B 15.08.2024 (IPCA)	6.671.846,86	3.778.877,41	-64.785,27	-615.724,33	39.126,31
Artigo 7º – Inciso I – Alínea B	**36.414.065,78**	**9.609.488,66**	**-1.193.426,39**	**-2.269.635,44**	**-572.882,06**
BB Previdenciário RF Alocação	7.951.700,44	2.933.535,04	-331.996,56	-546.292,79	-249.432,81
BB Previdenciário RF TP XI 2022	880.460,40	528.972,92	19.420,94	-157,60	26.001,93
BB Previdenciário RF IMA-B 5+	1.781.510,38	527.439,76	-160.620,56	-215.777,41	-108.161,38
Caixa FI Brasil IMA-B	12.406.155,22	3.365.820,00	-500.978,86	-876.860,65	-266.079,92
Caixa FIC Brasil Gestão	10.218.557,49	4.350.733,82	15.492,65	-310.985,54	183.525,15
Caixa FI Brasil IMA-B 5+	3.175.681,85	-2.097.012,88	-234.744,00	-319.561,45	-158.735,03
7º – Inciso IV	**2.576.201,88**	**3.470.116,34**	**-63.541,28**	**-298.814,73**	**-7.990,31**
Itaú Alocação Ativa	1.962.978,40	1.581.760,75	86.132,23	38.262,75	87.553,27
Santander Ativo Renda Fixa (150)	42.454,46	647.405,36	1.387,66	-12.975,89	11.267,40
BB RF Retorno Total		308.791,34	-57.379,16	-113.732,21	-41.854,07
Bradesco FIC FI Alocação	501.583,81	776.884,47	-101.032,23	-166.100,83	-93.082,72
Caixa FIC Brasil RF Ativa		108.183,61	6.788,11	-42.164,06	26.480,13
Santander Ativo Renda Fixa (350)	69.185,21	47.090,81	562,11	-2.104,49	1.645,68
Artigo 8º – Inciso II - A	**0,00**	**3.953.354,88**	**-1.157.733,58**	**-1.248.300,77**	**1.660.560,00**
Caixa Small Caps Ativo	0,00	2.046.565,17	-535.225,92	-369.689,24	742.111,59
Caixa Infraestrutura	0,00	1.906.789,71	-622.507,66	-878.611,53	918.448,41
Artigo 9º – Inciso II - A	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-36.884,59**
Caixa Multigestor Equities	0,00	0,00	0,00	0,00	-30.413,08
Santander Global Equities	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.471,51
Artigo 9º – Inciso III - A	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.240,27**	**48.529,41**
Caixa Small Caps Ativo	0,00	0,00	0,00	1.228,22	6.498,09
Caixa Infraestrutura	0,00	0,00	0,00	3.012,05	42.031,32

Consolidado	**48.101.145,79**	**25.200.577,43**	**-1.681.382,93**	**-3.849.821,84**	**1.771.496,99**

Variações	Dezembro/2020	Valorização	Desvalorização	Acumulado	Março/2021
Títulos Públicos	**67.704.345,18**	**2.056.681,29**	**-680.509,60**	**1.376.171,69**	**67.942.474,78**
4.400 NTN-C 01.04.2021 (IGPM)	22.901.635,47	2.017.554,98	0,00	2.017.554,98	24.919.190,45
11.150 NTN-B 15.08.2024 (IPCA)	44.802.709,71	39.126,31	-680.509,60	-641.383,29	43.023.284,33
Fundos 100% Títulos Públicos	**208.876.680,80**	**244.440,67**	**-4.280.384,56**	**-4.035.943,89**	**204.668.144,87**
BB Previdenciário Alocação	60.105.619,51	0,00	-1.127.722,16	-1.127.722,16	58.977.897,35
BB Previdenciário Títulos 2022	6.786.833,43	45.422,87	-157,60	45.265,27	6.659.506,66
BB Previdenciário IMA-B 5+	9.470.364,98	0,00	-484.559,35	-484.559,35	8.985.805,63
Caixa Brasil IMA-B 5+	13.836.751,59	0,00	-713.040,48	-713.040,48	13.123.711,11
Caixa Brasil Gestão Estratégica	61.257.318,74	199.017,80	-310.985,54	-111.967,74	61.145.351,00
Caixa Brasil IMA-B	57.419.792,55	0,00	-1.643.919,43	-1.643.919,43	55.775.873,12
Fundo Renda Fixa DI	**117.515.392,17**	**260.079,34**	**-630.425,66**	**-370.346,32**	**110.168.045,85**
Bradesco FIC FI Alocação	17.441.174,91	0,00	-360.215,78	-360.215,78	17.080.959,13
BB Previdenciário Retorno Total	12.308.791,34	0,00	-212.965,44	-212.965,44	12.095.825,90
Caixa Brasil RF Ativa	8.128.183,61	33.268,24	-42.164,06	-8.895,82	8.119.287,79
Itaú Institucional Alocação	64.309.650,37	211.948,25	0,00	211.948,25	58.521.598,62
Santander RF Ativo (350)	1.802.732,12	2.207,79	-2.104,49	103,30	1.797.835,42
Santander RF Ativo (150)	13.524.859,82	12.655,06	-12.975,89	-320,83	12.552.538,99
Fundo Renda Variável	**30.499.354,88**	**1.660.560,00**	**-2.406.034,35**	**-745.474,35**	**32.169.880,53**
Caixa Small Cap Ativo	15.384.565,17	742.111,59	-904.915,16	-162.803,57	16.429.761,60
Caixa Infraestrutura	15.114.789,71	918.448,41	-1.501.119,19	-582.670,78	15.740.118,93
Fundo Renda Variável	**0,00**	**0,00**	**-36.884,59**	**-36.884,59**	**2.048.115,41**
Caixa Multigestor Equities	0,00	0,00	-30.413,08	-30.413,08	969.586,92
Santander Global Equities	0,00	0,00	-6.471,51	-6.471,51	1.078.528,49
Fundo Renda Variável	**0,00**	**52.769,68**	**0,00**	**52.769,68**	**1.565.361,72**
BB Ações ESG Globais	0,00	7.726,31	0,00	7.726,31	180.318,35
Caixa Ações BDR Nível I	0,00	45.043,37	0,00	45.043,37	1.385.043,37
Consolidado	**424.595.773,03**	**4.274.530,98**	**-8.034.238,76**	**-3.759.707,78**	**418.562.023,16**

6.4- Controle de Risco

O risco está associado ao grau de incerteza sobre um investimento no futuro, havendo diversas formas de mensurá-lo. Em geral, há uma forte relação entre o risco e o retorno de um ativo: quanto maior o risco, maior a probabilidade de um retorno (ou perda) mais elevado.

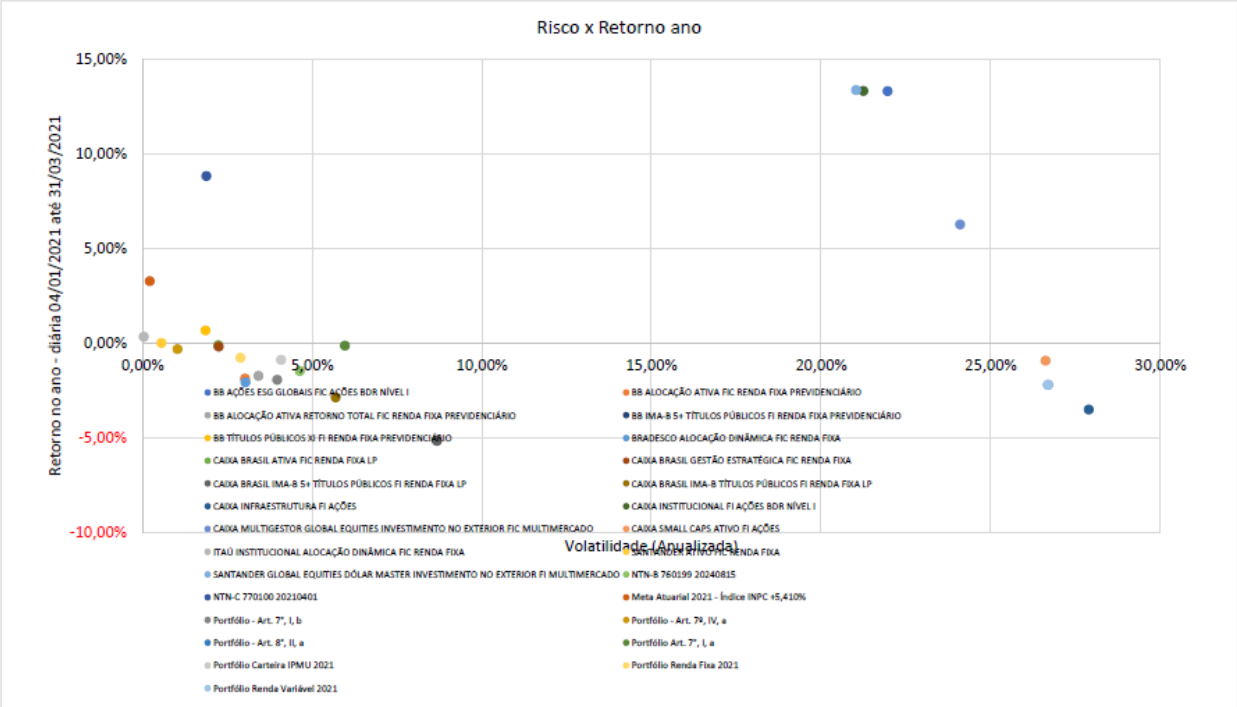
Qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de riscos que podem afetar adversamente o seu retorno. Dessa forma, os responsáveis pela gestão financeira dos recursos do IPMU devem exercer o acompanhamento e controle sobre esses riscos.

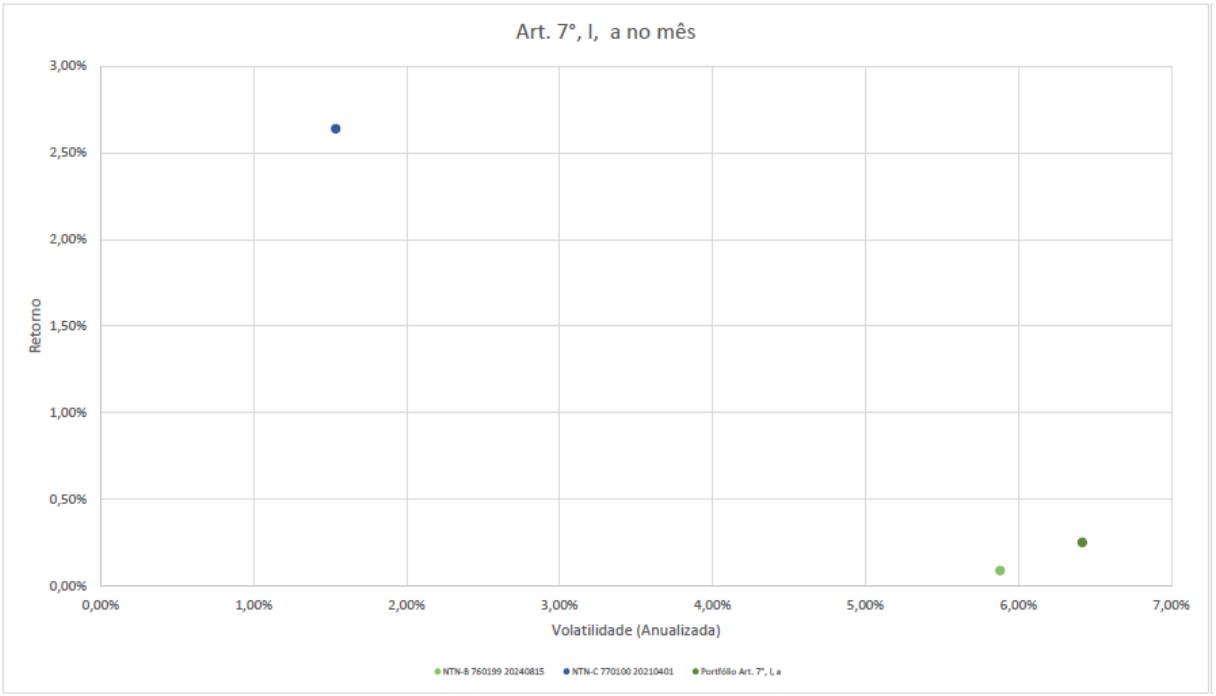
Com relação ao risco de mercado (risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro) corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimentos, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado (taxa de juros, preços de ações e outros índices). É ligado às oscilações do mercado financeiro.

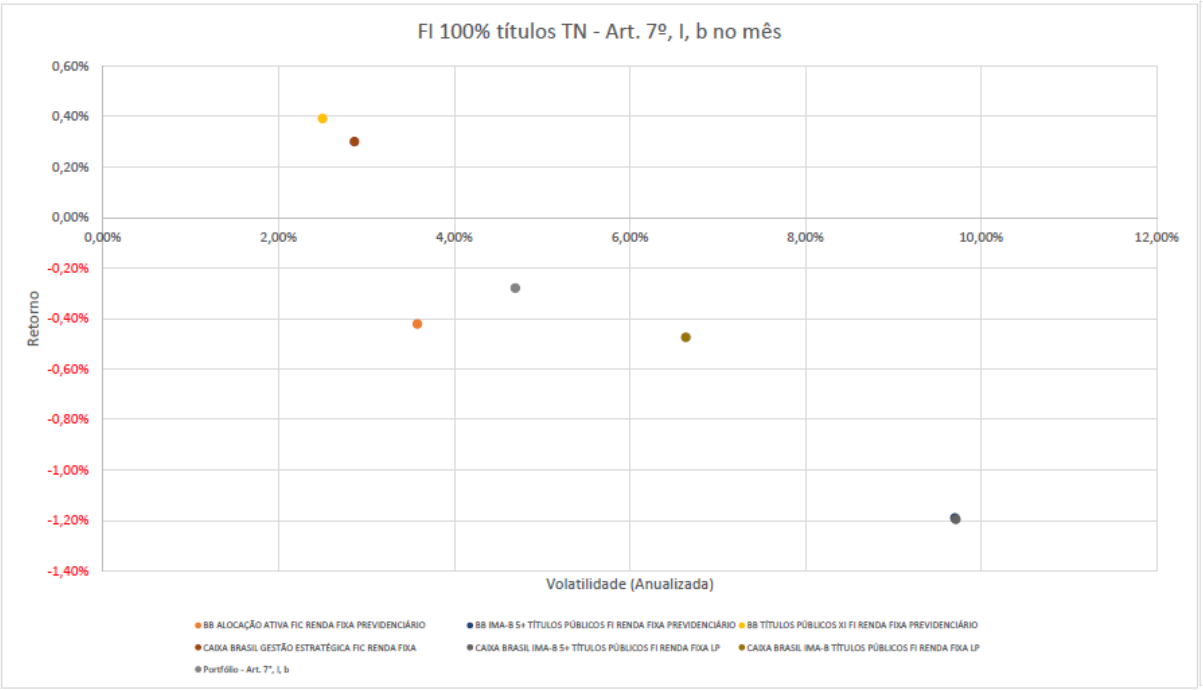
O gráfico representa as métricas dessa correlação para a Carteira e para os principais índices. Pontos mais acima no gráfico representam um retorno mais elevado, enquanto pontos mais à direita indicam maior risco.

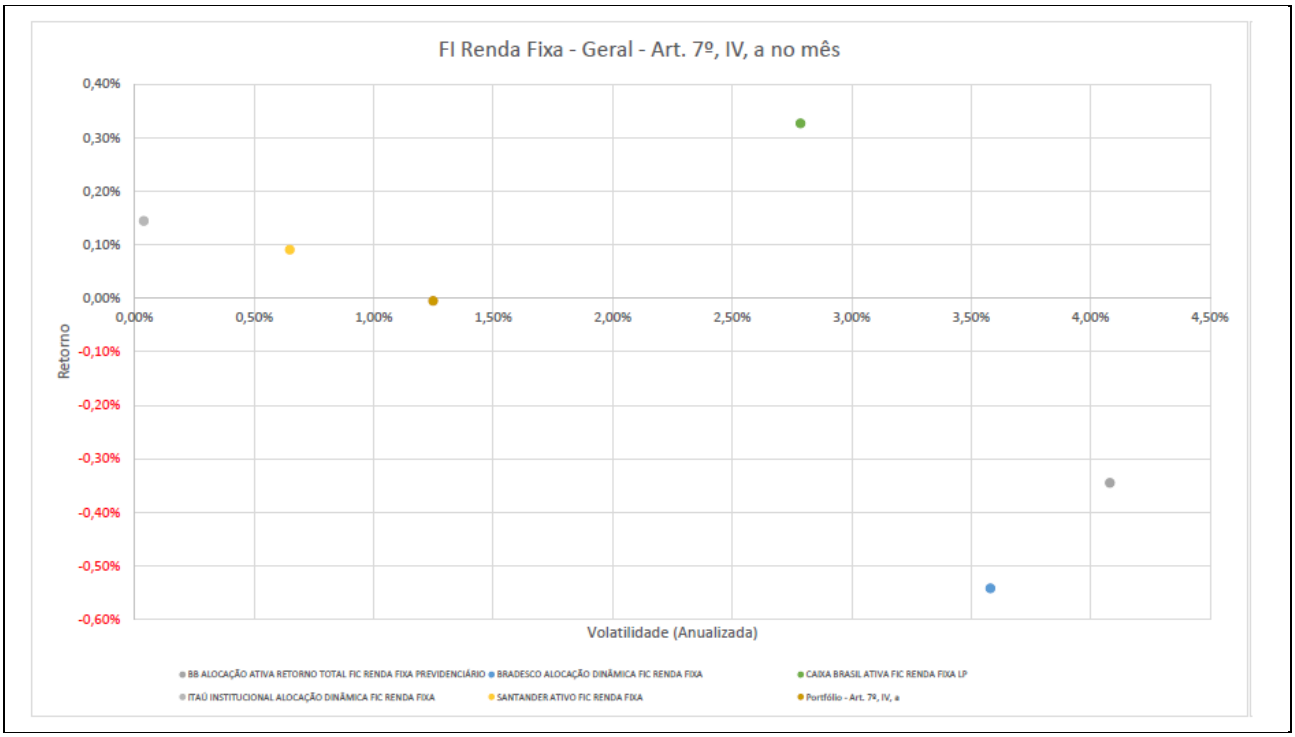
Conforme análise dos dados, observamos que carteiras mais arriscadas estão com um baixo retorno e que carteiras conservadoras estão conseguindo melhor destaque nesta crise que vem abatendo nos mercados financeiros desde março/2020 devido a pandemia do Covid-19.
Os riscos da Carteira de Investimentos do IPMU são baixos e a diversificação tornou-se mais do que uma opção para os investidores, tornou-se uma obrigação. Quem não diversificar os investimentos corre o risco de ter resultados insatisfatórios que podem comprometer uma carteira ou um fundo de investimentos.

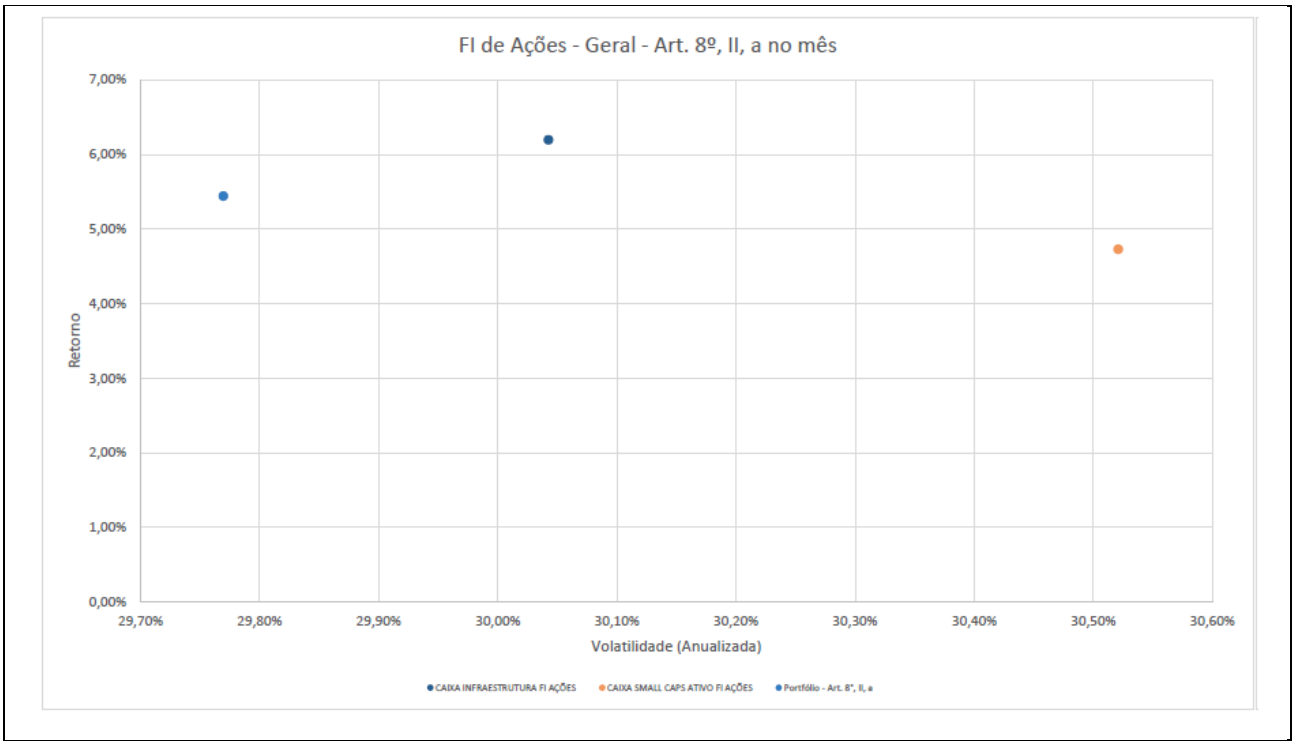
Risco x Retorno no mês
Retorno no mês - diária 01/03/2021 até 31/03/2021
7,00%
6,00%
5,00%
4,00%
3,00%
2,00%
1,00%
0,00%
-1,00%
-2,00%
0,00%
5,00%
10,00%
15,00%
20,00%
25,00%
30,00%
35,00%
Volatilidade (Anualizada)
BB AÇÕES ESG GLOBAIS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BB TÍTULOS PÚBLICOS XI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I
CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA
SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA
SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO
NTN-B 760199 20240815
NTN-C 770100 20210401
Meta Atuarial 2021 - Índice INPC +5,410%
Portfólio - Art. 7º, I, b
Portfólio - Art. 7º, IV, a
Portfólio - Art. 8º, II, a
Portfólio Art. 7º, I, a
Portfólio Art. 9º-A, III - Fundo de Ações BDR Nível 1
Portfólio Carteira IPMU 2021
Portfólio Renda Fixa 2021
Portfólio Renda Variável 2021

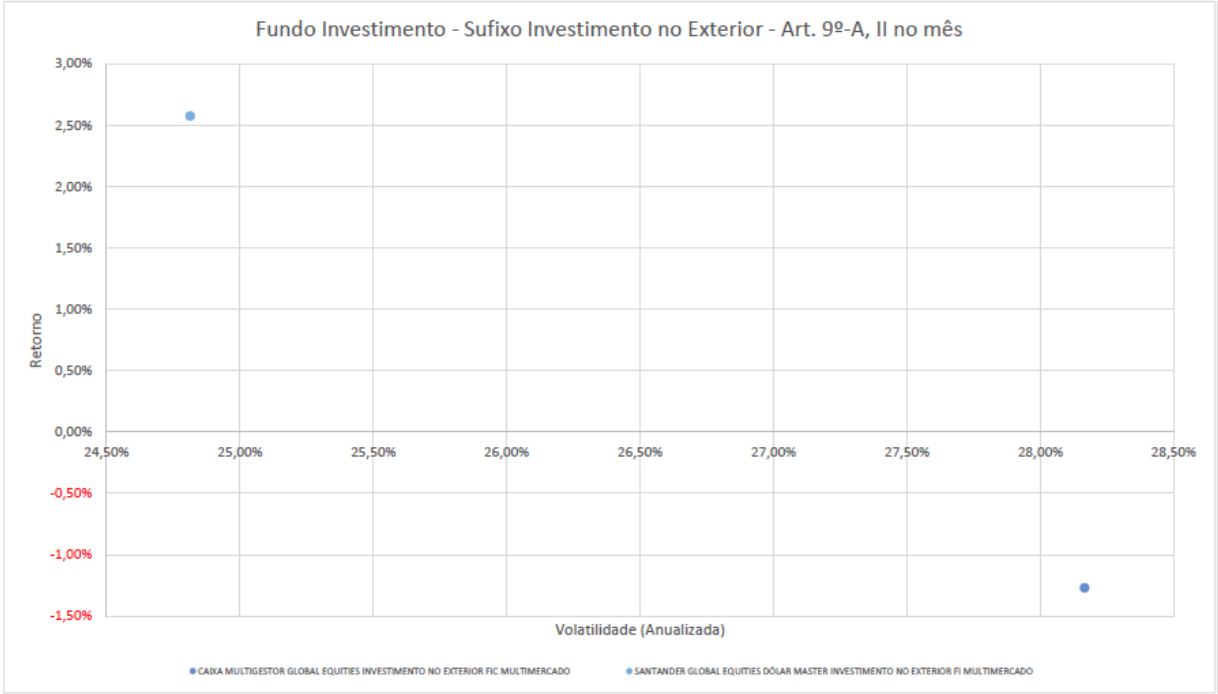

Risco x Retorno ano
Retorno no ano - diária 04/01/2021 até 31/03/2021
15,00%
10,00%
5,00%
0,00%
-5,00%
-10,00%
0,00%
5,00%
10,00%
15,00%
20,00%
25,00%
30,00%
Volatilidade (Anualizada)
BB AÇÕES ESG GLOBAIS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BB TÍTULOS PÚBLICOS XI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I
CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA
SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA
SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO
NTN-B 760199 20240815
NTN-C 770100 20210401
Meta Atuarial 2021 - Índice INPC +5,410%
Portfólio - Art. 7º, I, b
Portfólio - Art. 7º, IV, a
Portfólio - Art. 8º, II, a
Portfólio Art. 7º, I, a
Portfólio Carteira IPMU 2021
Portfólio Renda Fixa 2021
Portfólio Renda Variável 2021

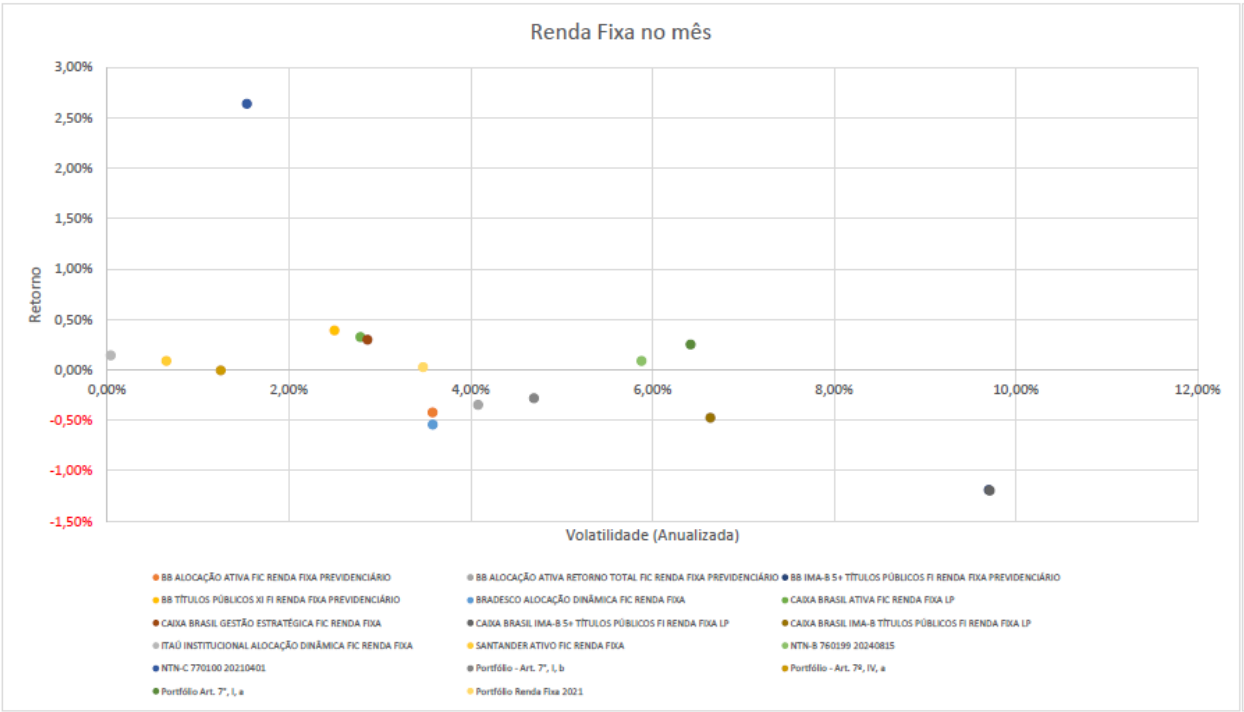

Art. 7°, I, a no mês
3,00%
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
Retorno
0,00%
1,00%
2,00%
3,00%
4,00%
5,00%
6,00%
7,00%
Volatilidade (Anualizada)
NTN-B 760199 20240815
NTN-C 770100 20210401
Portfólio Art. 7°, I, a

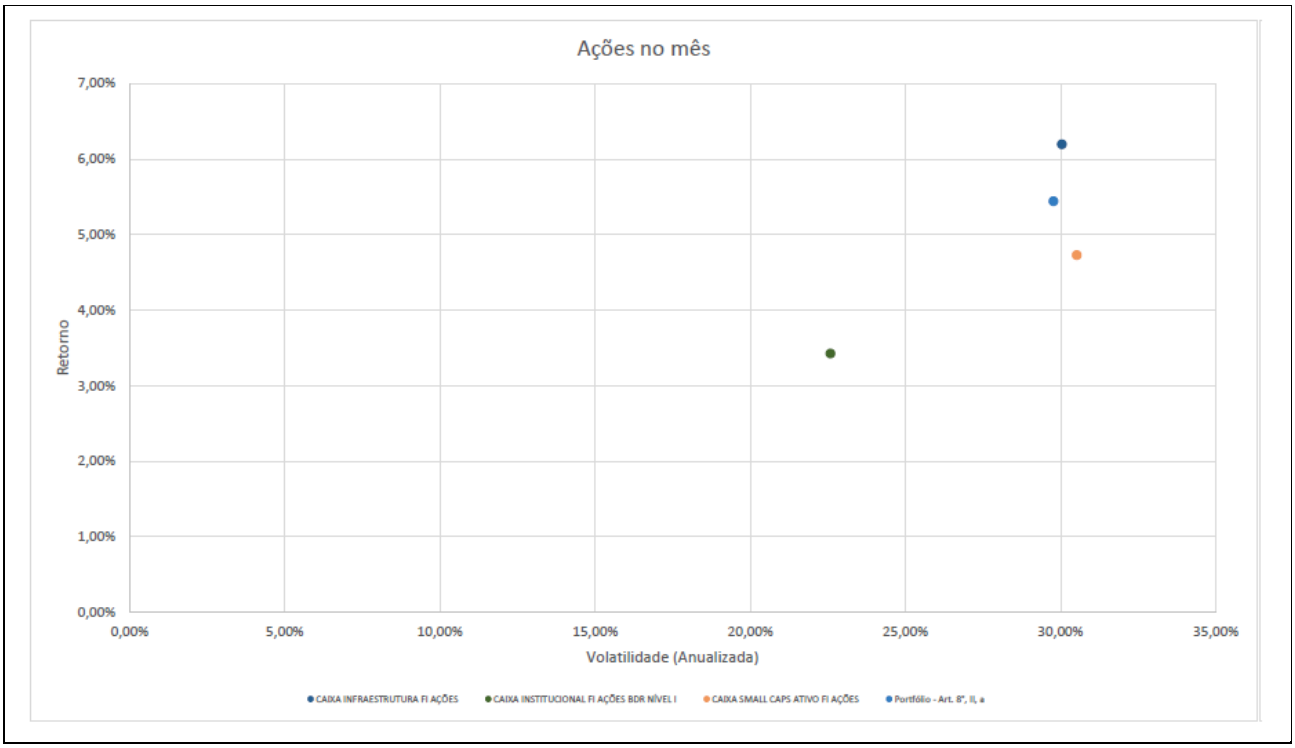

FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b no mês
0,60%
0,40%
0,20%
0,00%
-0,20%
-0,40%
-0,60%
-0,80%
-1,00%
-1,20%
-1,40%
Retorno
0,00%
2,00%
4,00%
6,00%
8,00%
10,00%
12,00%
Volatilidade (Anualizada)
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BB TÍTULOS PÚBLICOS XI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
Portfólio - Art. 7°, I, b

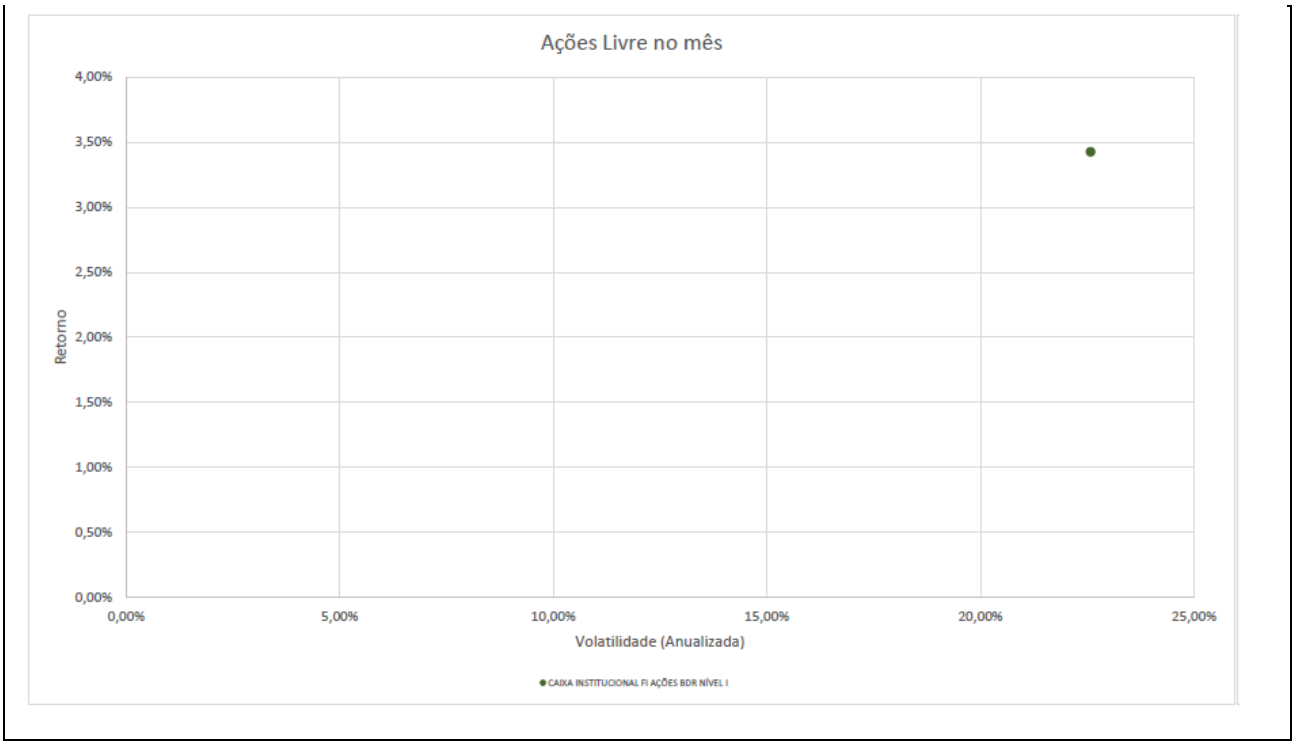

FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV, a no mês
Retorno
Volatilidade (Anualizada)
0,40%
0,30%
0,20%
0,10%
0,00%
-0,10%
-0,20%
-0,30%
-0,40%
-0,50%
-0,60%
0,00%
0,50%
1,00%
1,50%
2,00%
2,50%
3,00%
3,50%
4,00%
4,50%
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA
SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA
Portfólio - Art. 7º, IV, a

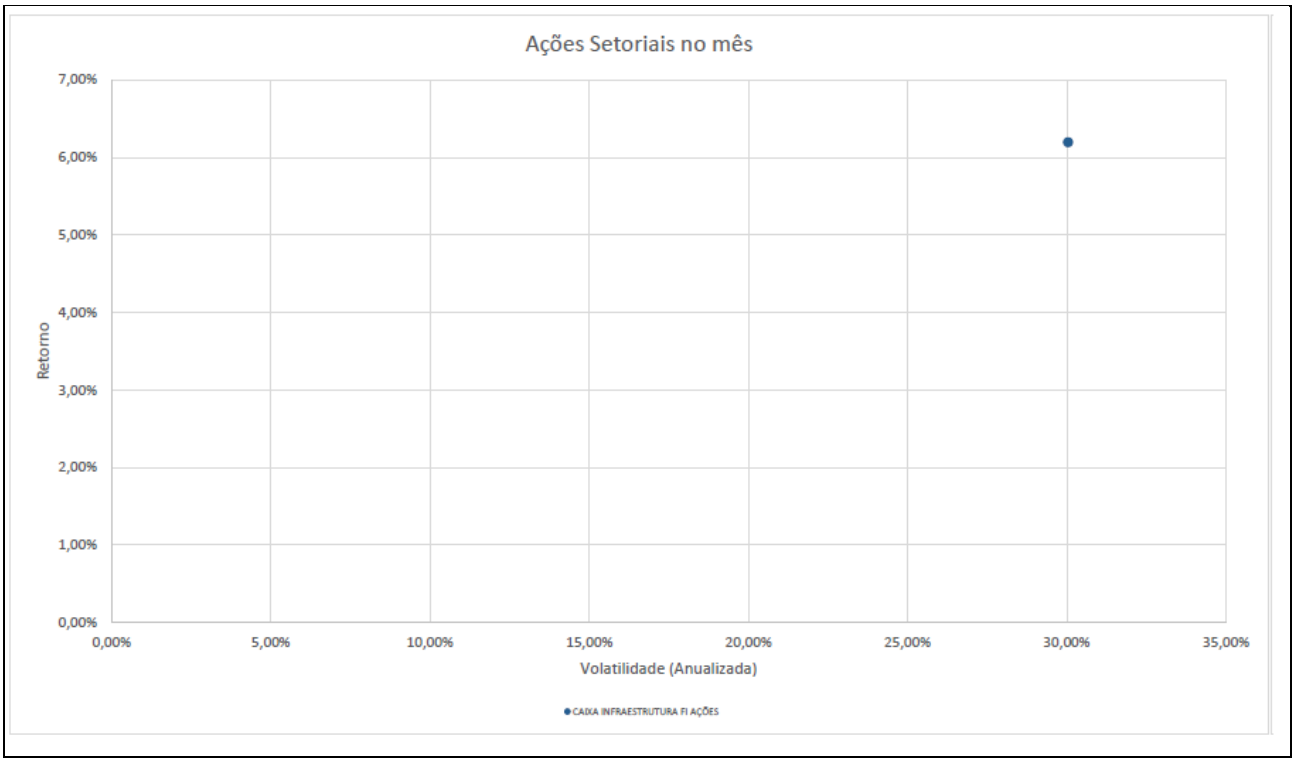

FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, a no mês
Retorno
Volatilidade (Anualizada)
7,00%
6,00%
5,00%
4,00%
3,00%
2,00%
1,00%
0,00%
29,70%
29,80%
29,90%
30,00%
30,10%
30,20%
30,30%
30,40%
30,50%
30,60%
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES
Portfólio - Art. 8º, II, a


Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9º-A, II no mês
Retorno
3,00%
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
-0,50%
-1,00%
-1,50%
24,50%
25,00%
25,50%
26,00%
26,50%
27,00%
27,50%
28,00%
28,50%
Volatilidade (Anualizada)
CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO
SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO


Renda Fixa no mês
Retorno
3,00%
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
-0,50%
-1,00%
-1,50%
0,00%
2,00%
4,00%
6,00%
8,00%
10,00%
12,00%
Volatilidade (Anualizada)
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BB TÍTULOS PÚBLICOS XI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA
SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA
NTN-B 760199 20240815
NTN-C 770100 20210401
Portfólio - Art. 7º, I, b
Portfólio - Art. 7º, IV, a
Portfólio Art. 7º, I, a
Portfólio Renda Fixa 2021


Ações no mês
7,00%
6,00%
5,00%
4,00%
3,00%
2,00%
1,00%
0,00%
Retorno
0,00%
5,00%
10,00%
15,00%
20,00%
25,00%
30,00%
35,00%
Volatilidade (Anualizada)
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES
Portfólio - Art. 8º, II, a


Ações Livre no mês
4,00%
3,50%
3,00%
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
Retorno
0,00%
5,00%
10,00%
15,00%
20,00%
25,00%
Volatilidade (Anualizada)
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I



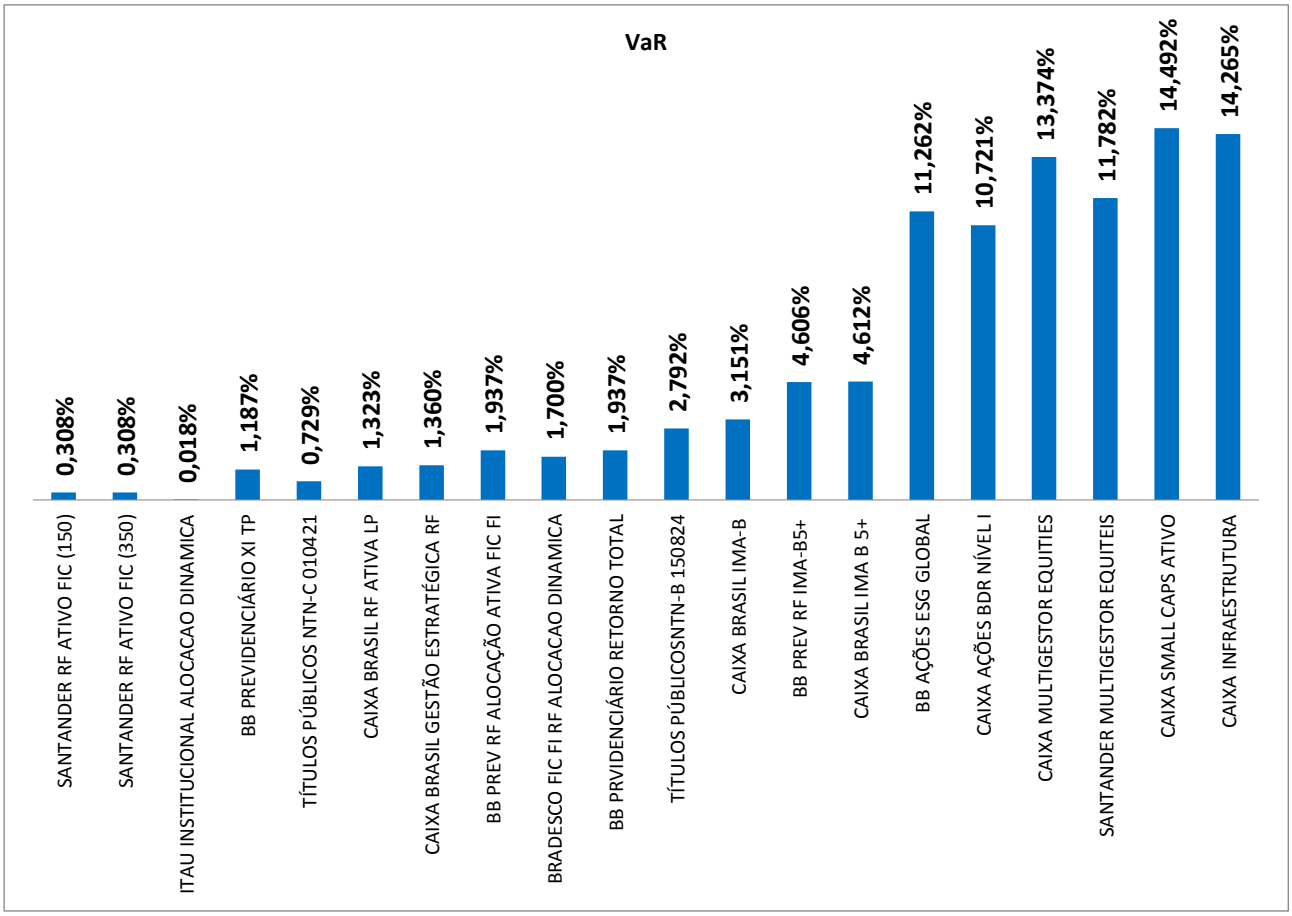
6.5- Value at Risk (VaR)

O VaR, ou Value at Risk, é um indicador de risco que estima a perda potencial máxima de um investimento para um período de tempo, com um determinado intervalo de confiança. Ou seja, através de um cálculo estatístico, o VaR mostra a exposição ao risco financeiro que um ou mais ativos possuem em determinado dia, semana ou mês.

Sintetiza a maior perda esperada para a Carteira no intervalo de um dia. Seu cálculo baseia-se na média e no desvio padrão dos retornos diários da Carteira, e supõe que estes seguem uma distribuição normal.

O VaR da carteira de investimentos no segmento de renda fixa e no segmento de renda variável estão em conformidade com as estratégias de risco traçadas na Política de Investimentos – PAI 2021.

O VaR apresentado pela carteira de investimentos do IPMU (quando a análise recai em nos fundos de investimentos de maneira individual) é reflexo das oscilações do mercado, mantando-se a volatilidade e suas incertezas. Observamos os reflexos da oscilação do mercado, com alguns retornos negativos, tantos nos fundos de renda fixa quando nos fundos de renda variável. Apesar disso, há um leve otimismo quanto a retomada, podendo proporcionar maior rentabilidade para os investimentos do IPMU.



6.6- Sharpe

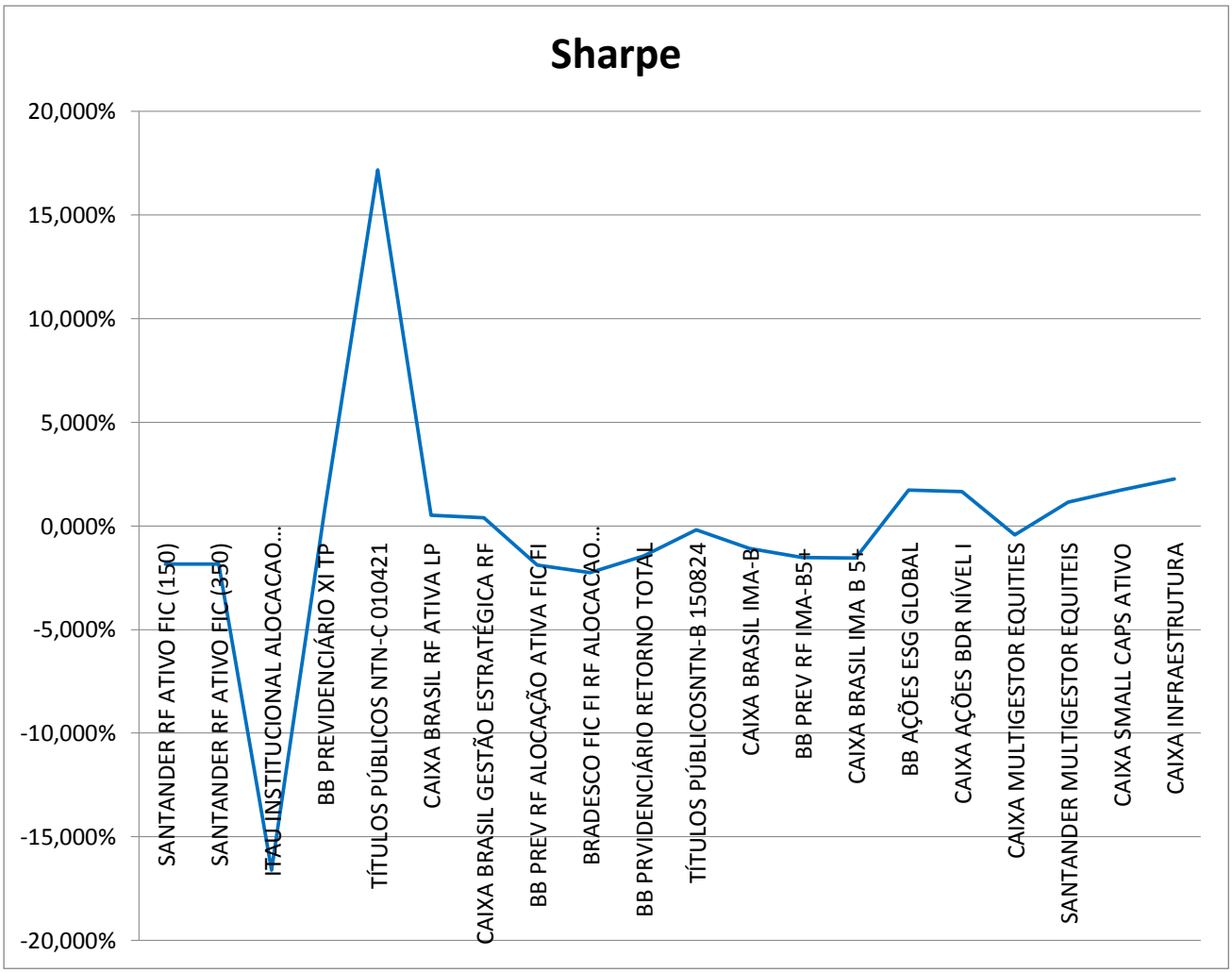
O **Índice Sharpe** é um indicador que mede o retorno excedente de uma aplicação financeira em relação a outra aplicação livre de risco.

Quantifica a relação entre a Volatilidade da Carteira e seu retorno excedente a um ativo livre de risco, nesse caso, a Selic. Assim, esse indicador aponta o percentual de rentabilidade que a Carteira teve acima da Selic devido à sua maior exposição ao risco. Logo, quanto maior o Sharpe, melhor o desempenho da Carteira, enquanto valores negativos significam que a Selic superou a rentabilidade da Carteira no período.

Quanto mais alto for o Índice de Sharpe de um investimento, mais consistente terá sido o seu retorno no passado. Uma aplicação que tenha um ótimo rendimento, mas alta volatilidade, terá um Sharpe mais baixo.

O Índice de Sharpe é um indicador que leva em consideração a relação entre duas variáveis de grande importância nos investimentos: Risco e Retorno. Esse índice mostra a eficiência do gestor de um fundo de investimento, por exemplo, ao apresentar o quanto de risco a mais ele precisa se

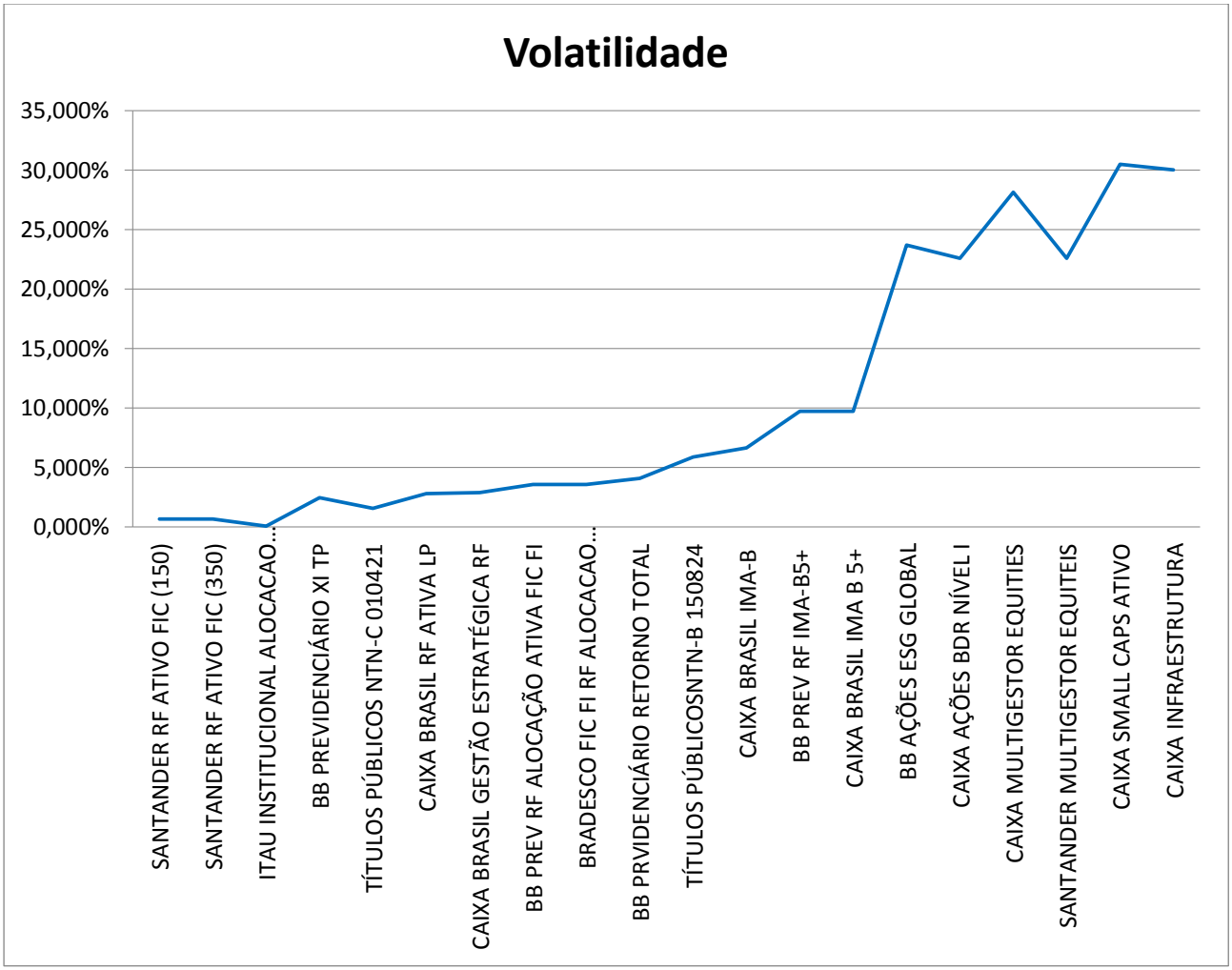
expor para obter mais rendimento. Ao ser necessário assumir mais risco para alcançar um mesmo rendimento de um investimento menos arriscado, admite-se que a eficiência nesse caso está comprometida.



6.7- Volatilidade

A volatilidade é uma medida estática que mede o risco de um ativo, de acordo com a intensidade frequência de sua oscilação de preço em um determinado período.

Por meio dela, é possível entender o histórico de um ativo, qual a probabilidade de ele subir ou cair, de acordo com o período preestabelecido, e qual será a estimativa de oscilação do seu preço no futuro. Se o preço de um ativo for muito volátil, por exemplo, é sinal de que sua cotação, em relação às flutuações do mercado, oscila muito, tornando sua compra arriscada, mas, por outro lado, proporciona maior possibilidade de lucro no curtíssimo prazo.



6.8 Meta Atuarial

A Portaria MF nº 464/2018, que estabelece as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPSs, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizadas nas Avaliações Atuariais seja o menor percentual dentre o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos e a taxa de juros parâmetro.

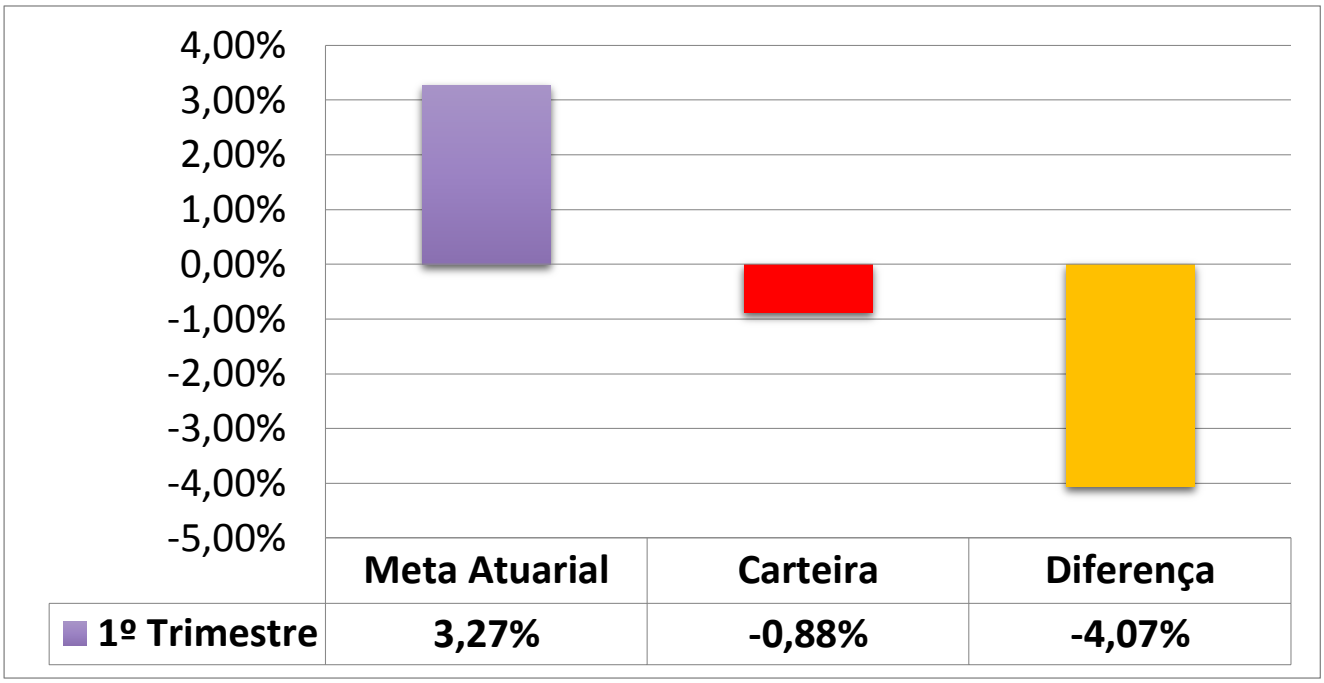
Meta atuarial (ou mínimo **atuarial**) é a rentabilidade mínima que um **RPPS** precisa auferir para que não haja perdas **atuariais** causadas pelo descasamento entre a hipótese utilizada (taxa de juros **atuarial**) e a rentabilidade alcançada.

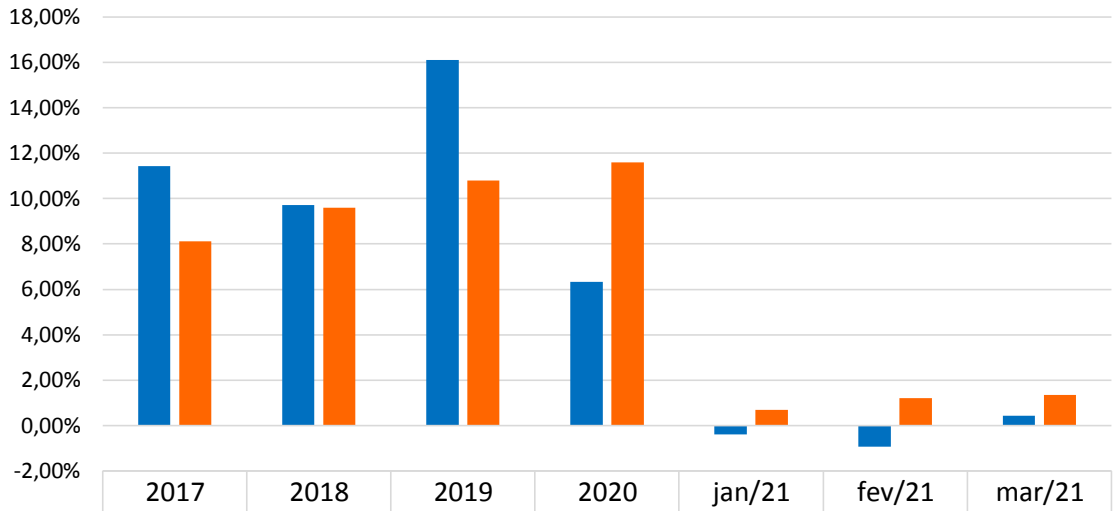
Para o exercício de 2021, considerando o resultado da duração o passivo do IPMU a taxa de juros definida é de 5,41% + INPC.

O desempenho da carteira no início de 2021 não foi positivo, refletindo a instabilidade do mercado financeiro em consequência da pandemia do Covid 19.

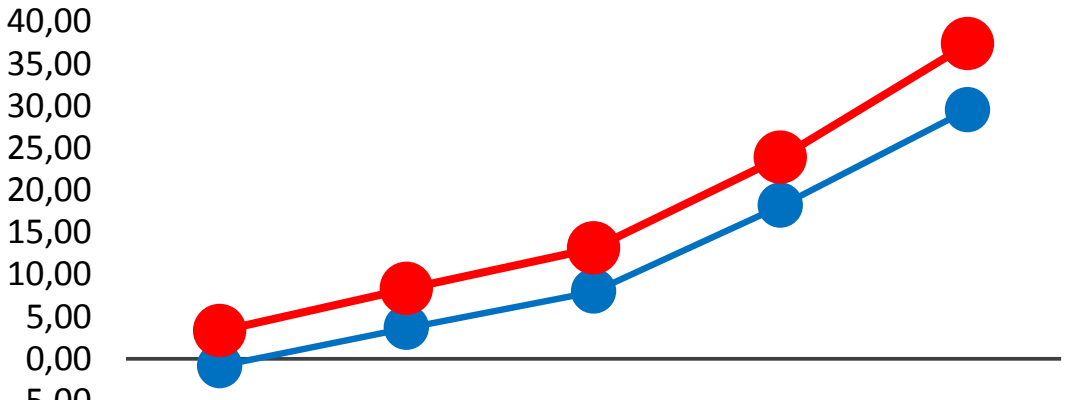
A rentabilidade consolidada da carteira do IPMU no fechamento do 1º Trimestre de 2021 período foi negativa em (**-0,8820%**) distante da meta atuarial (INPC + 5,41% a.a.) que encerrou em **3,2739%.**

Mesmo com os avanços nos cenários econômicos e financeiros após março/2020, observa-se que a melhora perdeu velocidade, o que pode ser evidenciado pelos dados do mercado de trabalho, do setor industrial e do PIB de diversos países. A retomada se mostra mais lenta do que o esperado, refletindo no resultado dos investimentos, principalmente nos meses de agosto, setembro e outubro de 2020.





	2017	2018	2019	2020	jan/21	fev/21	mar/21
Patrimônio	11,43%	9,72%	16,10%	6,34%	-0,39%	-0,92%	0,43%
Meta Atuarial	8,12%	9,59%	10,78%	11,60%	0,69%	1,20%	1,35%



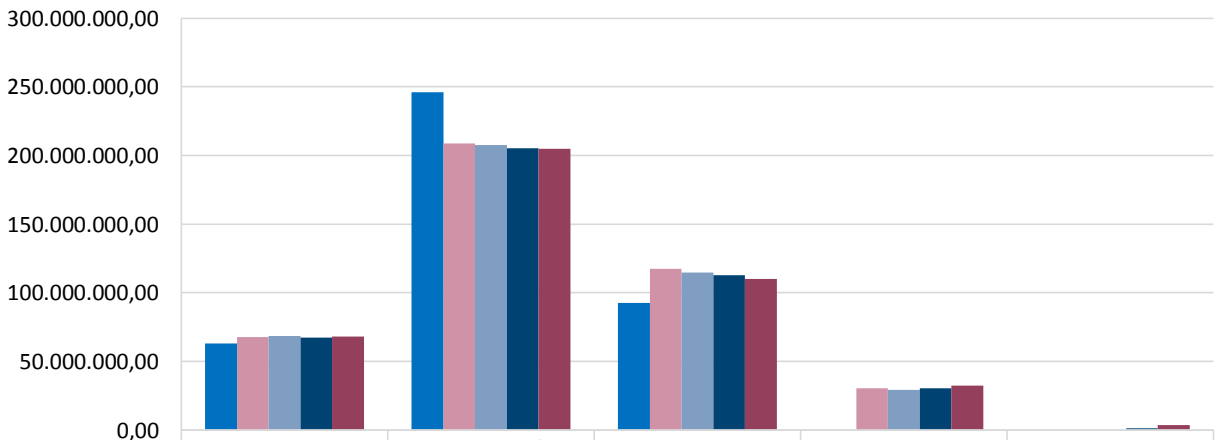
	03 meses	06 meses	12 meses	24 meses	36 meses
Carteira	-0,88	3,65	7,93	18,13	29,45
Meta Atuarial	3,27	8,26	13,05	23,81	37,28

6.9- Aplicação por enquadramento

Com relação ao enquadramento, os recursos do IPMU estão corretamente distribuídos conforme os artigos da Resolução 3.922/10 alterada pelas Resoluções 4.604/17 e 4.695/18.

Os investimentos também estão distribuídos em atendimento aos limites estabelecidos na Política de Investimentos elaborada pelo Comitê de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pelo Comitê de Investimentos.

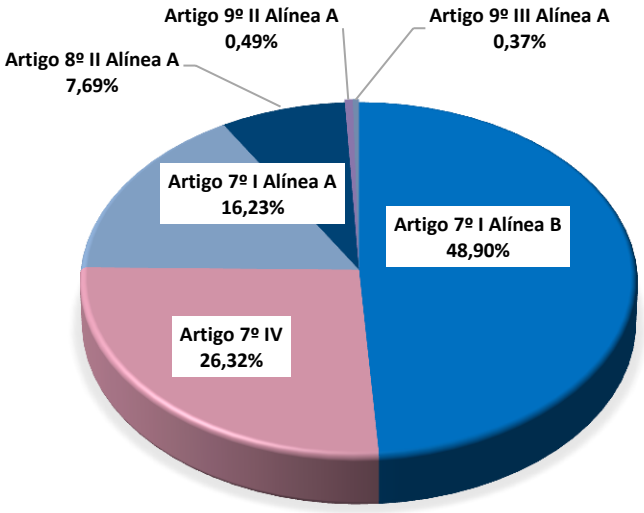
Enquadramento - Resolução					% Aplicação	Política de Investimentos		
Segmento	Artigo	Inciso	Alínea	Limite		Mínimo	Objetivo	Máximo
Renda Fixa	7	I	A	100%	16,23%	15%	15%	100%
	7	I	B	100%	48,90%	0%	50%	100%
	7	IV	A	40%	26,32%	0%	20%	40%
Renda Variável	8	I	A	30%	0,00%	0%	4%	30%
	8	I	B	30%	0,00%	0%	1%	30%
	8	II	A	20%	7,69%	0%	5%	20%
	8	II	B	20%	0,00%	0%	1%	20%
	8	III		10%	0,00%	0%	1%	20%
	9	I	A	10%	0,00%	0%	1%	10%
	9	II	A	10%	0,00%	0%	1%	10%
	9	III	A	10%	0,86%	0%	1%	10%

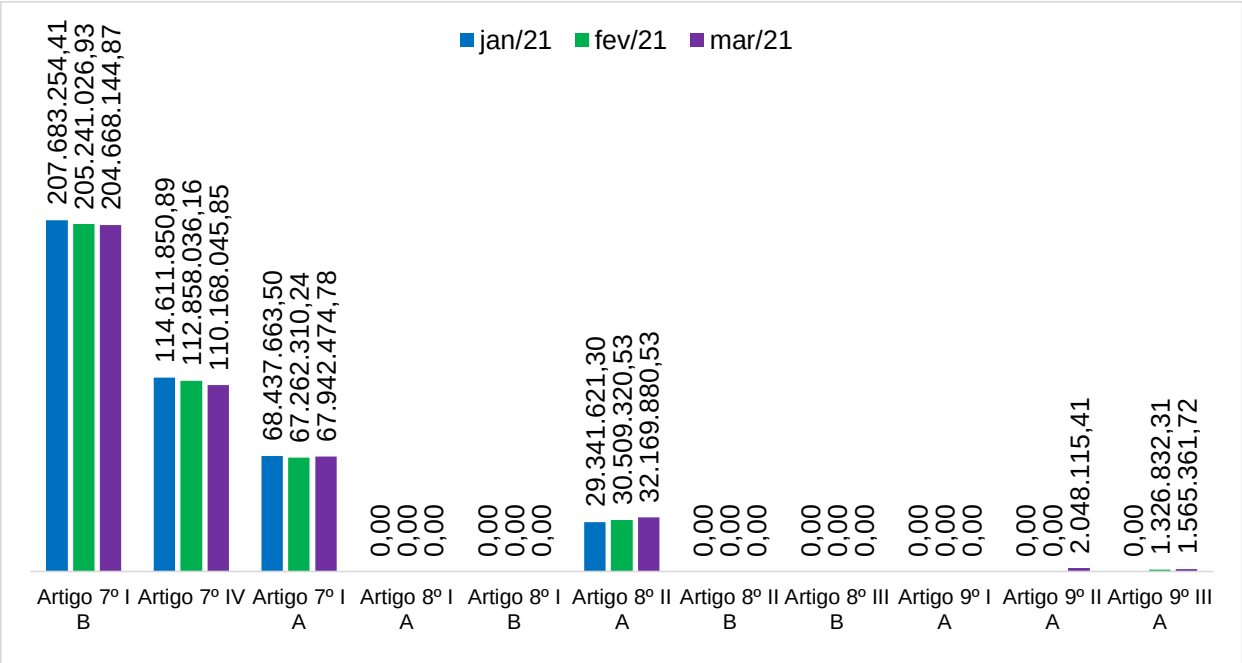


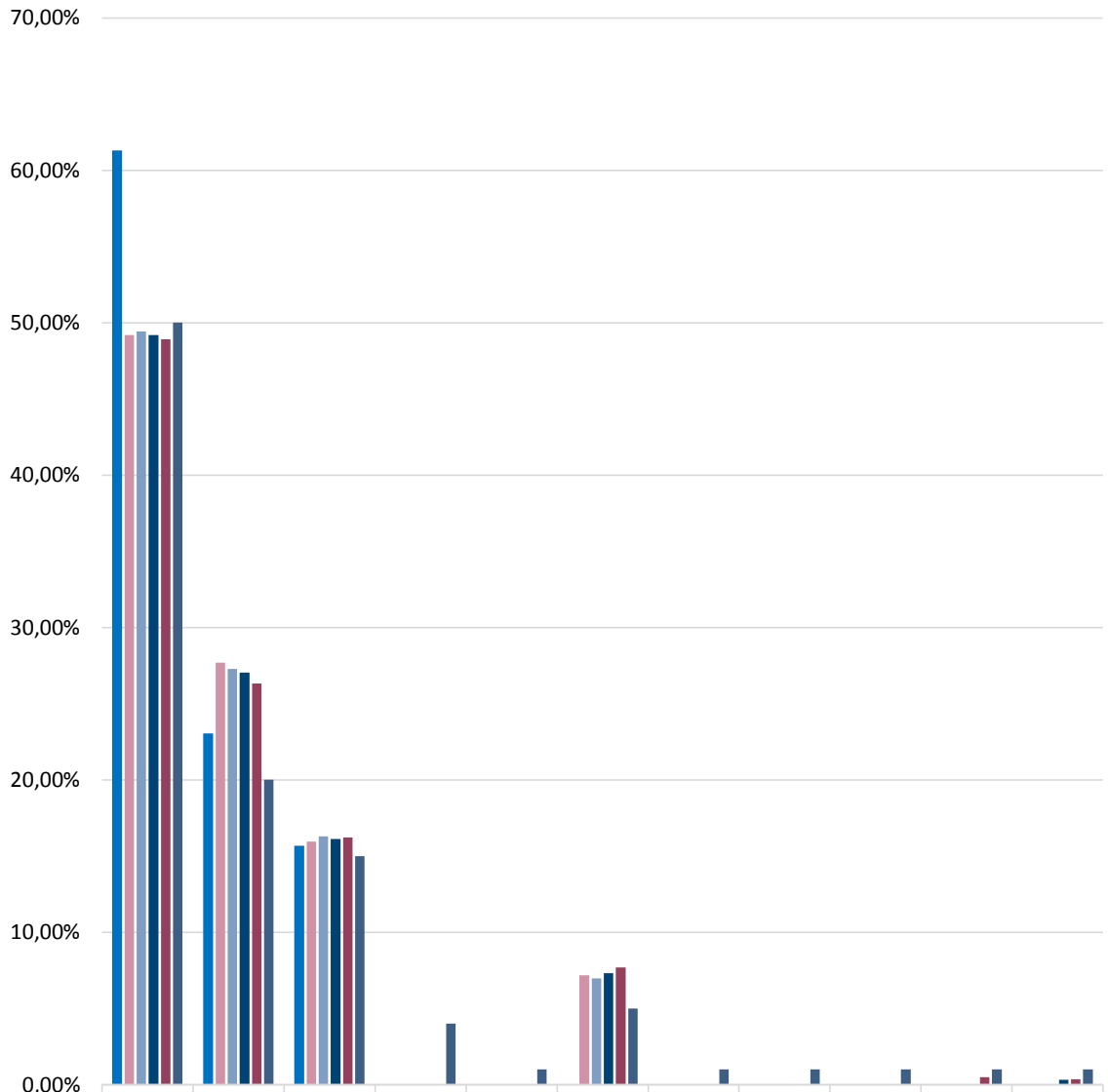
	Artigo 7º I A	Artigo 7º I b	Artigo 7º IV	Artigo 8º II	Artigo 9º III
31/12/2019	62.877.843,20	246.181.192,14	92.509.807,22	0,00	0,00
31/12/2020	67.704.345,18	208.876.680,80	117.515.392,17	30.499.354,88	0,00
Jan/2021	68.437.663,50	207.683.254,41	114.611.850,89	29.341.621,30	0,00
Fev/2021	67.262.310,24	205.241.026,93	112.858.036,16	30.509.320,53	1.326.832,31
Março/2021	67.942.474,78	204.668.144,87	110.168.045,85	32.169.880,53	3.617.477,13

6.10- Diversificação por classe de ativos

Com relação à diversificação por classe de ativos/fatores de risco, observamos a seguinte distribuição: quadro-resumo em percentual detalha as alocações do IPMU por enquadramento à Resolução, por classe e categoria de ativos, percentual aprovado na Política de Investimentos e permitido pela legislação. Esta segregação é muito importante para observar o balanceamento da carteira do IPMU, identificando um aumento na diversificação e na posição em renda variável.







	Artigo 7º I Alínea B	Artigo 7º IV	Artigo 7º I Alínea A	Artigo 8º I Alínea A	Artigo 8º I Alínea B	Artigo 8º II Alínea A	Artigo 8º II Alínea B	Artigo 8º III Alínea B	Artigo 9º I Alínea A	Artigo 9º II Alínea A	Artigo 9º III Alínea A
dez/19	61,30%	23,04%	15,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/20	49,19%	27,68%	15,95%	0,00%	0,00%	7,18%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jan/212	49,44%	27,28%	16,29%	0,00%	0,00%	6,98%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
fev/212	49,20%	27,05%	16,12%	0,00%	0,00%	7,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,32%
mar/21	48,90%	26,32%	16,23%	0,00%	0,00%	7,69%	0,00%	0,00%	0,00%	0,49%	0,37%
Política 2021	50,00%	20,00%	15,00%	4,00%	1,00%	5,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%

6.11- Análise de liquidez

Liquidez, em contabilidade, corresponde à velocidade e facilidade com a qual um ativo pode ser convertido em caixa. Na realidade, a liquidez possui duas dimensões: facilidade de conversão versus perda de valor. Qualquer ativo pode ser convertido em caixa rapidamente, desde que se reduza suficientemente o preço.

Com relação à liquidez na carteira de investimentos, verifica-se que **82,177%** das aplicações financeiras tem liquidez de até 30 dias, a maior parte dos ativos financeiros podem ser resgatados e monetizados dentro desse período de tempo.

Período	Valor (R$)	(%)	Valor Acumulado (R$)	(%) Acum.
de 0 a 30 dias	343.960.041,72	82,177%	343.960.041,72	82,18%
de 31 a 364 dias	24.919.190,45	5,954%	368.879.232,17	88,13%
acima de 365 dias	49.682.790,99	11,870%	**418.562.023,16**	100,00%

DE 0 A 30 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
CAIXA BRASIL IMA B 5+ TÍP RF LP	D+0		13.123.711,11
CAIXA BRASIL IMA-B TP RF LP	D+0		55.775.873,12
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF	D+0		61.145.351,00
CAIXA BRASIL RF ATIVA LP	D +1		8.119.287,79
ITAU DINAMICA RF FICFI	D+1 du		58.521.598,62
SANTANDER RF ATIVO FIC (150)	D+1 du		12.552.538,99
SANTANDER RF ATIVO FIC (350)	D+1 du		1.797.835,42
BB PREV RF IMA-B5+ TP FI	D+2 du		8.985.805,63
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA FIC FI	D+3 du		58.977.897,35
BB PREVIDENCIÁRIO RETORNO TOTAL	D+3 du		12.095.825,90
CAIXA INFRAESTRUTURA	D+3 du		15.740.118,93
CAIXA SMALL CAPS ATIVO	D+3 du		16.429.761,60
BB AÇÕES ESG GLOBAIS BDR NÍVEL I	D+4 du		180.318,35
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	D+4 du		1.385.043,37
BRADESCO ALOCACAO DINAMICA	D+4 du		17.080.959,13
SANTANDER GLOBAL EQUITIES	D+8 du		1.078.528,49
CAIXA MULTIGESTOR EQUITIES	D+12 du		969.586,92
			343.960.041,72

DE 31 A 364 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
NTN-C 010421		01/04/2021	**24.919.190,45**

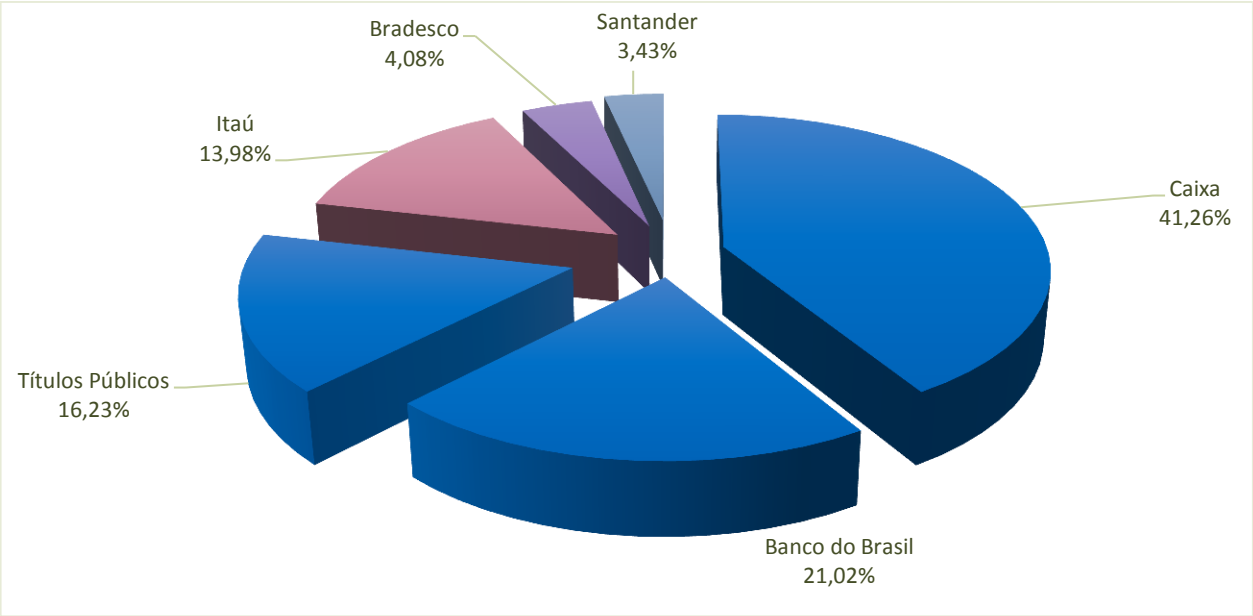
ACIMA DE 365 DIAS

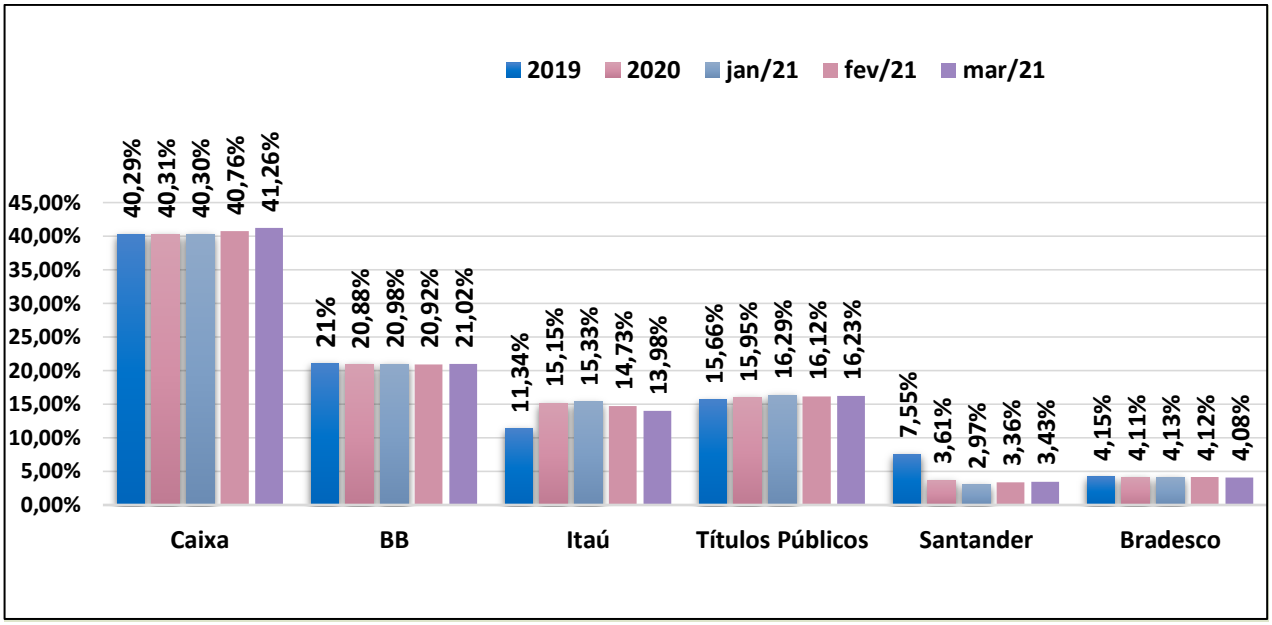
Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R$)
BB PREVIDENCIÁRIO XI TP	D+0	15/08/2022	6.659.506,66
NTN-B 150824		15/08/2024	43.023.284,33
			49.682.790,99

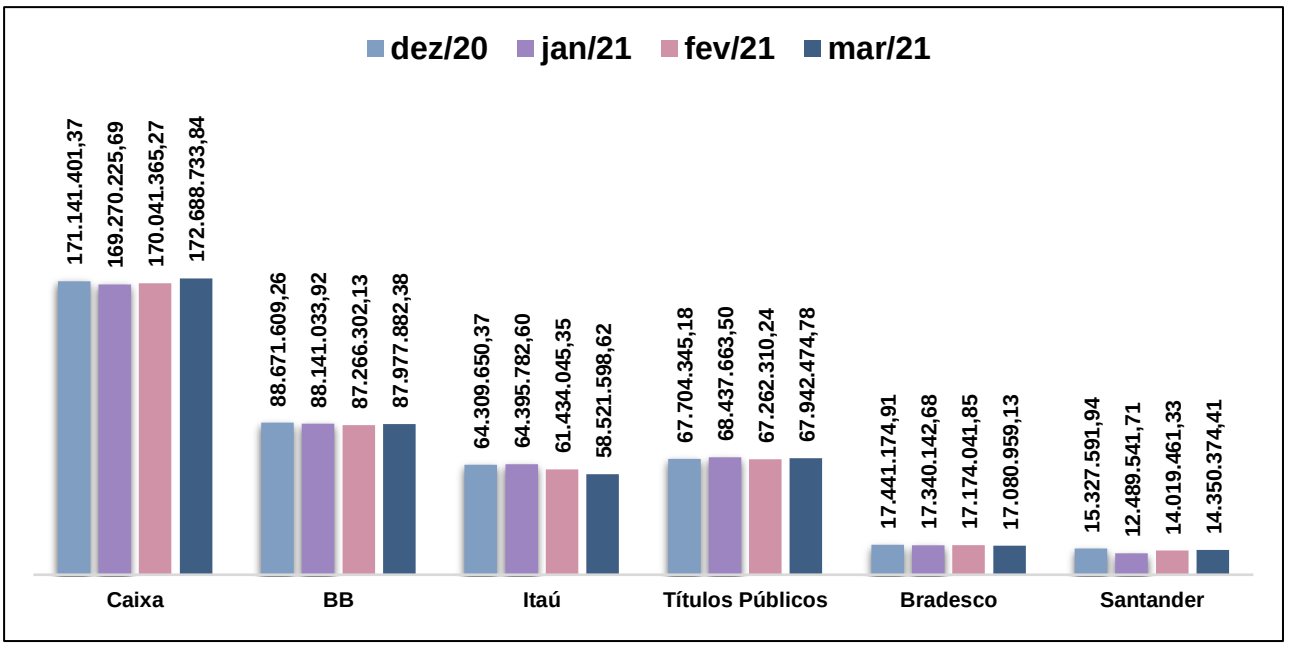
6.12- Alocação por gestor

Para a diversificação de ativos, a Política de Investimentos para 2021 estabelece que o IPMU deverá manter seus recursos em no mínimo 03 (três) e no máximo 12 (doze) instituições financeiras, devidamente autorizadas a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cujos gestores e administradores figurem entre os 10 (dez) primeiros colocados no ranking da Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital, não ocorrendo limitação de alocação por gestor/administrador.

Os recursos aplicados pelo IPMU distribuem-se entre instituições financeiras objeto de prévio credenciamento, que atendem aos parâmetros traçados pela Resolução CMN nº 3.922 e suas atualizações e pela Portaria MPS nº 519.




2019
2020
jan/21
fev/21
mar/21
45,00%
40,00%
35,00%
30,00%
25,00%
20,00%
15,00%
10,00%
5,00%
0,00%
40,29% 40,31% 40,30% 40,76% 41,26%
21% 20,88% 20,98% 20,92% 21,02%
11,34% 15,15% 15,33% 14,73% 13,98%
15,66% 15,95% 16,29% 16,12% 16,23%
7,55% 3,61% 2,97% 3,36% 3,43%
4,15% 4,11% 4,13% 4,12% 4,08%
Caixa
BB
Itaú
Títulos Públicos
Santander
Bradesco


dez/20
jan/21
fev/21
mar/21
171.141.401,37 169.270.225,69 170.041.365,27 172.688.733,84
88.671.609,26 88.141.033,92 87.266.302,13 87.977.882,38
64.309.650,37 64.395.782,60 61.434.045,35 58.521.598,62
67.704.345,18 68.437.663,50 67.262.310,24 67.942.474,78
17.441.174,91 17.340.142,68 17.174.041,85 17.080.959,13
15.327.591,94 12.489.541,71 14.019.461,33 14.350.374,41
Caixa
BB
Itaú
Títulos Públicos
Bradesco
Santander

6.13. Relatório de Verificação de Regularidade das Instituições Financeiras.

A verificação da regularidade dar-se-á por após consulta ao sítio do Banco Central do Brasil - BACEN, Relação das Instituições Financeiras em Funcionamento Regular no País, Banco Comercial, Múltiplos e Caixa Econômica.

https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao_instituicoes_funcionamento

As instituições financeiras investidas, relacionadas encontram-se registradas e em funcionamento regular, conforme dados do Banco Central do Brasil:

- BANCO DO BRASIL S.A. (CNPJ 00.000.000/0001-91)
- BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A (CNPJ 30.822.936/0001-69)
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
- BANCO SANTANDER S.A. (CNPJ 90.400.888/0001-42)
- BANCO BRADESCO S.A (CNPJ 60.746.948/0001-12)
- ITAÚ UNIBANCO S.A (CNJPJ 60.701.190/0001-04)

6.14- Relatório de Verificação de Lastro

A verificação de lastro dar-se-á com consulta ao sítio da CVM – Comissão de Valores Mobiliários: composição das carteiras, comparando-se com os respectivos regulamentos e lâminas registradas.

https://cvmweb.cvm.gov.br/swb/default.asp?sg_sistema=fundosreg

No mês em analise, os lastros referentes aos fundos investidos abaixo, estão de acordo com a composição das carteiras aprovadas em seus regulamentos.

	Fundo	CNPJ	Enquadramento
1	BB Previdenciário RF Alocação Ativa	25.078.994/0001-90	Artigo 7º Inciso I Alínea B
2	BB Ações ESG Globais	22.632.237/0001-28	Artigo 7º Inciso IV
3	BB Previdenciário Alocação Retorno Total	35.292.588/0001-89	Artigo 9º Inciso III Alínea A
4	BB Previdenciário RF IMA-B 5+	13.327.340/0001-73	Artigo 7º Inciso I Alínea B
5	BB Previdenciário RF TP 2022	24.117.278/0001-01	Artigo 7º Inciso I Alínea B
6	Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica	28.515.874/0001-09	Artigo 7º Inciso IV
7	Caixa Ações BDR Nível I	17.502.937/0001-68	Artigo 9º Inciso III Alínea A
8	Caixa Brasil IMA-B	10.740.658/0001-93	Artigo 7º Inciso I Alínea B
9	Caixa Brasil IMA-B 5+	10.577.503/0001-88	Artigo 7º Inciso I Alínea B
10	Caixa Brasil RF Ativo	35.536.532/0001-22	Artigo 7º Inciso IV
11	Caixa Gestão Estratégica	23.215.097/0001-55	Artigo 7º Inciso I Alínea B

12	Caixa FI Ações Infraestrutura	10.551.382/0001-03	Artigo 8º Inciso II Alínea B
13	Caixa FI Ações Small Caps	15.154.220/0001-47	Artigo 8º Inciso II Alínea B
14	Caixa FIC FIM Multigestor global Equities IE	39.528.038/0001-77	Artigo 9º Inciso II Alínea A
15	Itaú Institucional Alocação Dinâmica	21.838.150/0001-49	Artigo 7º Inciso IV
16	Santander Ativo Renda Fixa (150)	26.507.132/0001-06	Artigo 7º Inciso IV
	Santander Ativo Renda Fixa (350)	26.507.132/0001-06	Artigo 7º Inciso IV
17	Santander Global Equities Dólar Master	17.804.792/0001-50	Artigo 9º Inciso II Alínea A

6.15- Acompanhamento dos artigos 13 e 14 da Resolução CMN nº 3.922 (com alterações resolução CMN 4.695/ 2018).

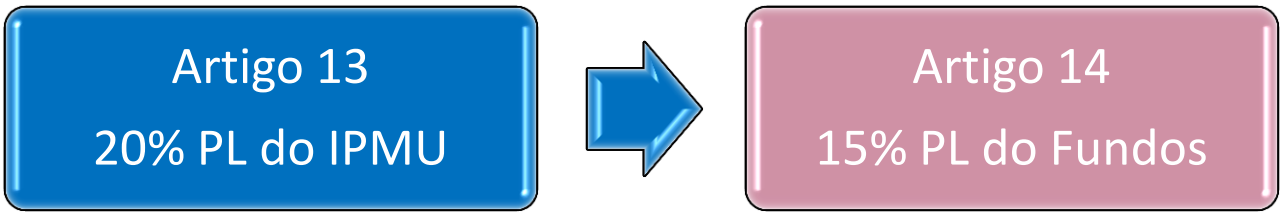
Os desenquadramentos pelo **artigo 13** da Resolução CMN nº 3.922 ocorrem quando as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento, fundo de investimento em cotas de fundos de investimento ou fundo de índice excederem, direta ou indiretamente, 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do RPPS.

Já os desenquadramentos pelo **artigo 14** da Resolução ocorrem se o total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento representar mais de 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo.

Quanto ao **artigo 13**, o IPMU não apresenta desenquadramentos, verificando-se a diversificação entre fundos de distintos benchmarks, administradores, gestores e estratégias.

Quanto ao **artigo 14** da Resolução, o IPMU também não apresenta desenquadramento: a relação (total das aplicações do RPPS no fundo) / (Patrimônio Líquido do fundo) está dentro dos limites estabelecidos.

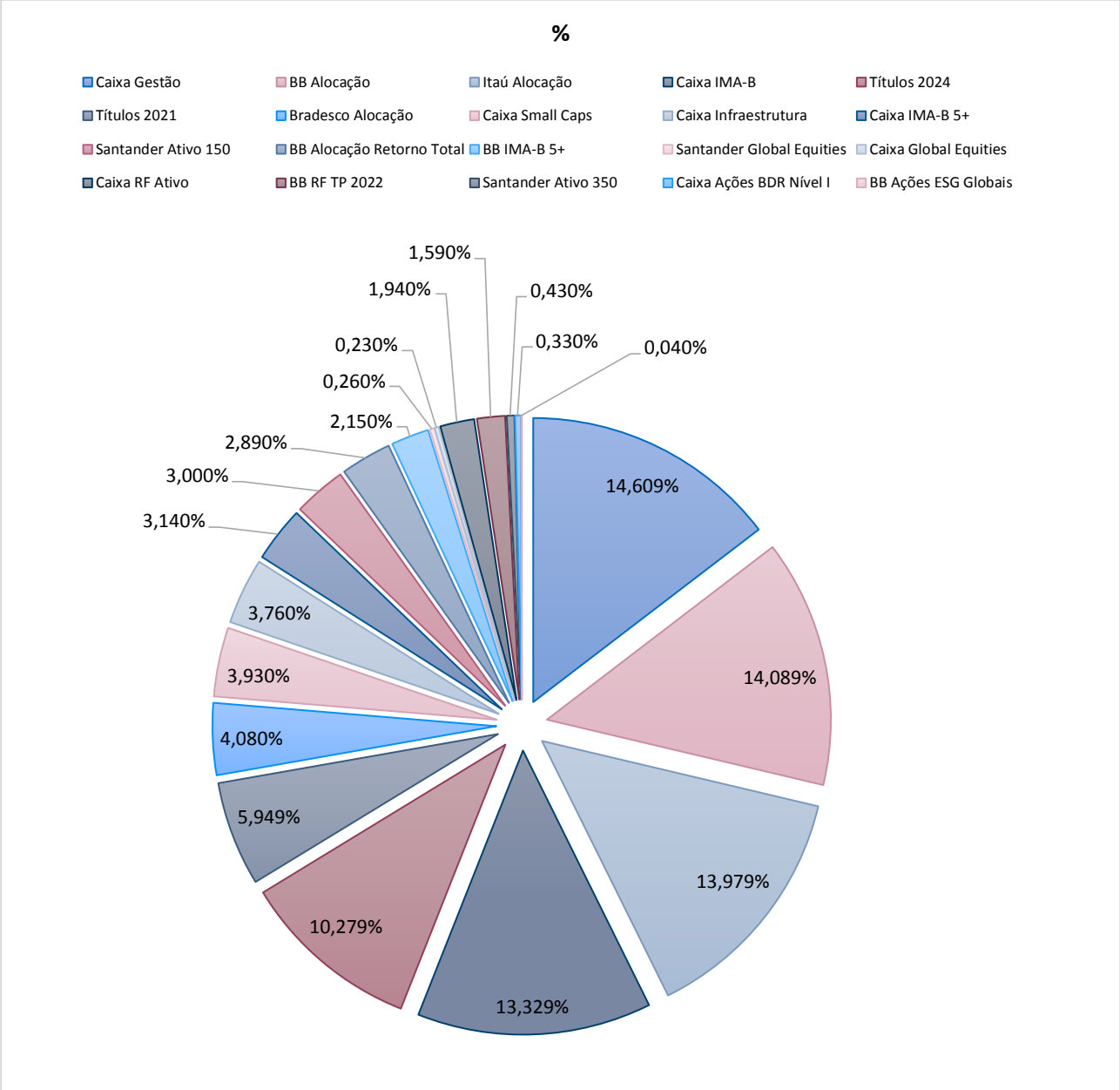
A Resolução estabelece, ainda, que as aplicações que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimento previstas em seu regulamento então vigente poderão ser mantidas em carteira até a respectiva data.



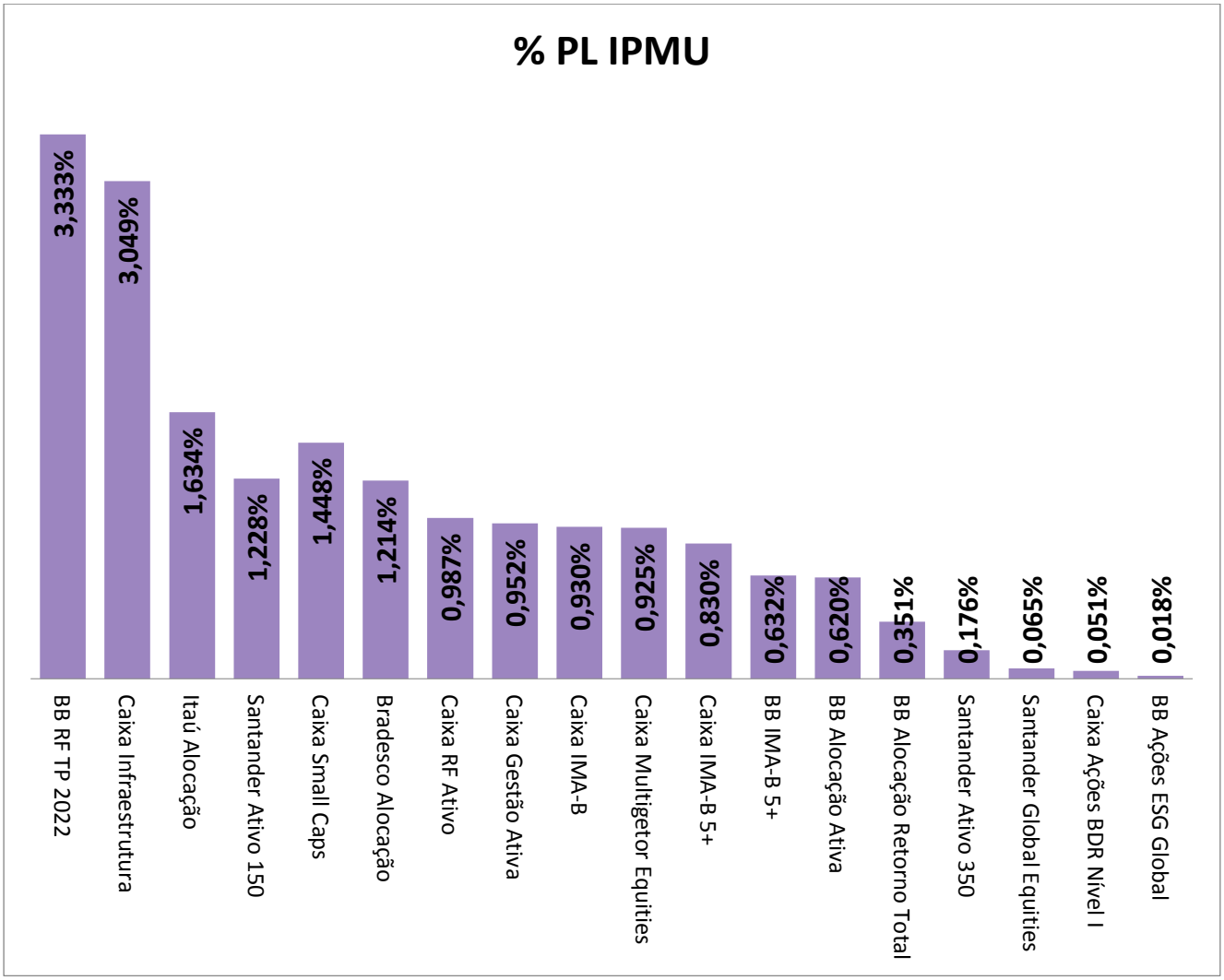
MARÇO	Valor	% PL
Artigo 7º – Inciso I – Alínea A (até 100%)	**67.942.474,78**	**16,23%**
4.400 NTN-C 01.04.2021 (IGPM)	24.919.190,45	5,95%
11.150 NTN-B 15.08.2024 (IPCA)	43.023.284,33	10,28%
Artigo 7º – Inciso I – Alínea B (até 100%)	**204.668.144,87**	**48,90%**
BB Previdenciário RF Alocação Ativa	58.977.897,35	14,09%
BB Previdenciário RF TP XI 2022	6.659.506,66	1,59%
BB Previdenciário RF IMA-B 5+	8.985.805,63	2,15%
Caixa FI Brasil IMA-B	55.775.873,12	13,33%
Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica	61.145.351,00	14,61%
Caixa FI Brasil IMA-B 5+	13.123.711,11	3,14%
7º – Inciso IV (até 40%)	**110.168.045,85**	**26,32%**
Itaú Alocação Ativa	58.521.598,62	13,98%
Santander Ativo Renda Fixa (150)	12.552.538,99	3,00%
BB RF Retorno Total	12.095.825,90	2,89%
Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica	17.080.959,13	4,08%
Caixa FIC Brasil RF Ativa	8.119.287,79	1,94%
Santander Ativo Renda Fixa (350)	1.797.835,42	0,43%
Artigo 8º – Inciso I - A (até 30%)	**0,00**	**0,00%**
Artigo 8º – Inciso I - B (até 30%)	**0,00**	**0,00%**
Artigo 8º – Inciso II - A (até 20%)	**32.169.880,53**	**7,69%**
Caixa Small Caps Ativo	16.429.761,60	3,93%
Caixa Infraestrutura	15.740.118,93	3,76%
Artigo 8º – Inciso II - B (até 20%)	**0,00**	**0,00%**
Artigo 8º – Inciso III - B (até 10%)	**0,00**	**0,00%**
Artigo 9º – Inciso I - A (até 10%)	**0,00**	**0,00%**
Artigo 9º – Inciso II - A (até 10%)	**2.048.115,41**	**0,49%**
Caixa Multigestor Global Equities IE	969.586,92	0,23%
Santander Global Equities	1.078.528,49	0,26%
Artigo 9º – Inciso III - A (até 10%)	**1.565.361,72**	**0,37%**
BB Ações ESG Globais	180.318,35	0,04%
Caixa Ações BDR Nível I	1.385.043,37	0,33%

Consolidado	**418.562.023,16**	**100,00%**

Artigo 13 – Limite 20% PL do IPMU



Artigo 14 – Limite 15% PL do Fundo de Investimentos



8. Conclusão

Este **Relatório Financeiro** objetiva apresentar a evolução patrimonial e os principais aspectos dos investimentos dos recursos financeiros do IPMU (rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos), em consonância com a legislação em vigor e a transparência da gestão.

Os recursos do IPMU devem seguir as diretrizes do Ministério da Economia, do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução CMN 3922/2010 e a Portaria MPS 519/2011 dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos RPPS, estabelecendo limitações e condições para a alocação.

O IPMU busca rentabilidade ainda que moderada, sem expor o patrimônio a maiores riscos. Consequentemente, os recursos estão alocados em fundos de investimentos de renda fixa e renda variável de grau de risco "muito baixo/baixo/médio". Carteira de investimentos com perfil "Moderado" com "Tendência Conservadora" busca manter a maior parte dos investimentos em fundos que tendem a ter retornos positivos, direcionando um percentual para aplicação em fundos com mais riscos que tendem a ter maiores retornos, na busca de cumprir a Meta Atuarial (equilíbrio atuarial e financeiro) para assegurar o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão.

No **Cenário Econômico**, como visto em 2020, continua desafiador e altamente volátil nos primeiros meses de 2021. Em um contexto de pandemia, com taxas de juros nas mínimas históricas, no cenário de investimentos, tem exigido muito dos investidores na tomada de decisão, ficando atentos aos movimentos de mercado, principalmente os RPPSs que devem rentabilizar a carteira de investimentos para buscar o equilíbrio atuarial e financeiro no longo prazo. Embora a economia mundial pareça ter entrado em um período de recuperação moderada, quando comparada com o desempenho de 2020, os responsáveis pelas políticas públicas ainda enfrentam grandes desafios (crise sanitária, crise econômica, crise fiscal) ao tentar garantir que a recuperação global ganhe força e mantenha um crescimento robusto.

A **Carteira de Investimentos** do IPMU, que reflete as decisões de investimentos e alocações deliberadas pelo Comitê de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pelos membros do Conselho Fiscal, apresentou rentabilidade negativa no encerramento do 1º Trimestre de 2021 (**-0,882%**), não conseguindo atingir a meta atuarial (3,2739%), fato atribuído ainda pela crise do Covid 19 que iniciou em 2020, causando incerteza nos mercados, paralisando as economias em todo mundo, fechando empresas, causando desemprego, aumentando os gastos públicos, paralisando as indústrias, o mercado de turismo, e consequentemente, desvalorização econômica ao redor do mundo.

O IPMU mantém seus investimentos de acordo com a Política de Investimentos, com aplicações de acordo com a Resolução 3.922/2010 e seus enquadramentos em fundos de investimentos de renda fixa e renda variável, com Perfil Moderado/Conservador, optando por mais segurança, com baixo

risco de crédito, com maior objetivo de vencer a crise do coronavírus, mantendo os recursos do IPMU com maior segurança.

O **saldo das aplicações** financeiras do IPMU em 2020 sofreu com a volatilidade do mercado financeiro, devido à evolução da crise Covid 19 a nível mundial e com a questão fiscal no caso mercado doméstico. Iniciando 2021, no primeiro mês do ano, as aplicações financeiras também sofreram com a volatilidade do mercado:

A rentabilidade da Carteira de Investimentos no 1º Trimestre de 2021:

201	Renda Fixa		Renda Variável		Total
	Valorização	Desvalorização	Valorização	Desvalorização	
Janeiro	927.887,29	-1.451.536,64	0,00	-1.157.733,58	-1.681.382,93
Fevereiro	616.675,91	-3.222.437,25	4.240,27	-1.248.300,77	-3.849.821,84
Março	1.016.638,10	-917.345,93	1.709.089,41	-36.884,59	1.771.496,99
Total	**2.561.201,30**	**-5.591.319,82**	**1.713.329,68**	**-2.442.918,94**	**-3.759.707,78**

O **quadro-resumo em percentual** detalha as alocações do IPMU por enquadramento à Resolução, por classe e categoria de ativos, percentual aprovado na Política de Investimentos e permitido pela legislação, e valores identificados por Instituição Financeira no formato integral, por renda fixa e por renda variável. Esta segregação é muito importante para observar o balanceamento da carteira do IPMU identificando uma diversificação e uma posição em renda variável.

Enquadramento - Resolução					% Aplicação	Política de Investimentos		
Segmento	Artigo	Inciso	Alínea	Limite		Mínimo	Objetivo	Máximo
Renda Fixa	7	I	A	100%	16,23%	15%	15%	100%
	7	I	B	100%	48,90%	0%	50%	100%
	7	IV	A	40%	26,32%	0%	20%	40%
Renda Variável	8	I	A	30%	0,00%	0%	4%	30%
	8	I	B	30%	0,00%	0%	1%	30%
	8	II	A	20%	7,69%	0%	5%	20%
	8	II	B	20%	0,00%	0%	1%	20%
	8	III		10%	0,00%	0%	1%	20%
	9	I	A	10%	0,00%	0%	1%	10%
	9	II	A	10%	0,00%	0%	1%	10%
	9	III	A	10%	0,86%	0%	1%	10%

As **alocações dos recursos do RPPS** encontram-se em sintonia com as melhores práticas de gestão financeira do mercado para este segmento, considerando que a performance geral da autarquia acompanhou o desempenho do mercado financeiro.

O **cenário internacional** tem como maior incerteza o ainda persistente avanço do coronavírus, e como contrapartida o avanço da vacina no mundo. Em relação à questão sanitária, os próximos meses serão de monitoramento acerca de eventuais prorrogações dos *lockdowns,* em especial nos

países europeus, e ao surgimento de novas cepas, se for o caso. Outro ponto de destaque é a questão da inflação nos EUA, mas que, por ora, não deve impactar na trajetória das taxas de juros futuras. Por fim, eventuais conflitos geopolíticos também devem estar no radar. De toda forma, o contexto global é positivo, principalmente por conta da recuperação da economia dos EUA e da China, as duas maiores do mundo.

Já no **cenário doméstico** o ambiente encontra-se mais conturbado em função do pico da doença, da velocidade reduzida de vacinação e das expectativas e dúvidas sobre o futuro das contas públicas. Dessa forma, ativos locais vêm sofrendo no ano de 2021 e devem seguir sendo impactados pelas crescentes incertezas. Continua pesando a pandemia Covid 19, lentidão na entrega de vacinas e o preocupante aumento do número de casos de infecção e mortes por Covid-19, com os respectivos impactos negativos sobre a economia, pressão inflacionária de custos, via câmbio, incertezas fiscais, constantes ruídos políticos, e a necessidade de aprovação de importantes reformas, tais como a reforma tributária e a administrativa, dentre outras, que adicionalmente incrementam o grau de incerteza e de volatilidade nos mercados locais. Por isso, os analistas entendem que seja prudencial o monitoramento contínuo dos desdobramentos políticos, econômicos e sanitários no ambiente local.

Na **Renda Fixa**, as incertezas no campo fiscal e ausência de indicadores que corroborem para o controle do teto de gastos mantiveram a volatilidade e a abertura das curvas de juros nos meses de janeiro e fevereiro de 2021. Em que pese a volatilidade no curto prazo, ocasionada principalmente pelas incertezas no campo fiscal, analistas financeiros continuam vendo bons prêmios no médio prazo, dado que temos perspectiva de fechamento das curvas tão logo tenhamos uma maior transparência nos pontos de atenção aqui elencados. Os investimentos em renda fixa estão bem distribuídos concentrando maior volume em "fundos de híbridos".

Na **Renda Variável** doméstica, como já era esperado, observamos grande volatilidade, agravada pelas preocupações com o cenário político/fiscal do Brasil e com a pandemia ao redor do mundo. Com isso, o IBOVESPA que subiu ao longo do mês de dezembro/2020, apresentou resultado negativo no primeiro mês de 2021. Para os próximos meses se mantém a percepção de volatilidade, dado que precisamos de um cenário mais transparente do governo quanto às reformas administrativa e fiscal, bem como a busca pelo equilíbrio orçamentário. Mesmo assim, dado que o IBOVESPA continua sendo um dos mercados que menos valorizou no mundo, a avaliação é de que o momento é uma boa janela de alocação, olhando um horizonte de médio/longo prazo.

Fundo de renda variável investimento no exterior. Visão positiva para a renda variável local e internacional dado o ambiente de ampla liquidez e expectativa de normalização das economias globais com o progresso das vacinações. No exterior, os principais bancos centrais devem manter as taxas de juros em níveis estimulativos por um bom tempo. Nos Estados Unidos, o Fed indicou que manterá os juros estáveis pelo menos até 2023. Após a aprovação de um pacote fiscal de

USD1,9 trilhões, o governo americano já começa a discutir um novo pacote de USD3 trilhões focado em infraestrutura. As taxas de juros das *Treasuries* de dez anos começaram a subir, demonstrando uma expectativa de recuperação da economia americana que poderia pressionar a inflação, causando uma certa volatilidade nas bolsas globais. Além disso, o progresso no programa de vacinações deve levar a uma normalização das economias no segundo semestre desse ano.

Fundos renda variável bolsa local. O mercado local também pode se beneficiar de um ambiente de ampla liquidez global. O fluxo de investidores estrangeiro deixou de ser positivo, porém o mercado de capitais permanece aquecido. O aumento de casos de COVID-19, assim como seus efeitos colaterais, tem pesado sobre a bolsa brasileira. A gestão segue com visão positiva para a renda variável local no médio e longo prazo. Podemos destacar fatores como a expectativa de retomada da agenda de reformas do governo e retomada do crescimento do PIB com progresso nas vacinações. Apesar de o Banco Central ter iniciado o ciclo de alta da taxa Selic, a taxa de juros seguirá em patamares historicamente baixos, trazendo fluxo do investidor local para a bolsa. O risco de aumento de novos casos da COVID, assim como eventuais dificuldades na recuperação da economia brasileira permanecem como pontos de atenção no curto prazo.

Fundos híbridos (multimercado). Temos uma visão positiva para os fundos híbridos no curto e no longo prazo. Apesar da classe ter sofrido com a abertura das curvas de juros no curto prazo, esses fundos possuem agilidade para navegar um período de grande incerteza e volatilidade, podendo aproveitar oportunidades de investimentos em diversas classes de ativos tanto no mercado local quanto no mercado internacional, através da compra de moedas. Acreditamos que essa classe seja um importante componente de alocação estrutural para as carteiras.

Os **riscos da carteira de investimentos** do **IPMU** permanecem elevados na medida em que segue o cenário de fortes oscilações das cotações das ações e dos preços dos ativos de emissores públicos e privados. No tocante ao risco de crédito na medida em que há uma concentração dos recursos investidos em fundos com carteiras formadas exclusivamente por títulos públicos federais, podemos afirmar que este fator de risco foi bem gerenciado. Há uma nova palavra de ordem nas recomendações de analistas e nas ofertas das plataformas digitais: incluir na carteira de investimentos no exterior, para diversificação de risco frente a possíveis choques internacionais (como a covid-19) ou nacionais (com os quais estamos habituados), em um momento em que o investidor procura manter o retorno em meio aos juros baixos. Para os analistas, diante desse contexto, temos uma melhor expectativa para fundos de investimento no exterior, seguido de fundos de bolsa local (na expectativa de um segundo semestre melhor por conta da vacinação) e por fim, fundos de renda fixa, onde os prêmios encontram-se muito escassos.

O IPMU iniciou **investimentos no exterior no mês de fevereiro**, de maneira cautelosa, mas com ótimas perspectivas. No cenário externo, apesar da volatilidade causada pelo aumento de casos de Covid, analistas financeiros mantem visão do mercado americano como sendo uma boa alternativa de diversificação, dado ao momento de retomada econômica e a provável liberação de novos

estímulos logo após a conclusão das eleições. Diversificar tornou-se mais do que uma opção para investidores, tornou-se uma obrigação. Quem não diversifica está fadado a acontecimentos surpresas que podem abalar uma carteira ou fundo de investimento.

Conforme aumenta o nível de incerteza sobre a condução da política fiscal, o mercado passa a exigir maior prêmio para comprar os títulos emitidos pelo governo, o que leva a uma queda nos preços dos papéis na mão dos investidores. Essa dinâmica é conhecida como marcação a mercado. O que de um lado preocupou parte dos investidores pode ser visto como oportunidade para outros.

As demais "más notícias" são consequências da pandemia e todos os desequilíbrios refletidos nos gastos públicos, desemprego, crescimento econômico, risco de crédito e saúde pública. Adicionamos também os desequilíbrios advindos da enorme injeção de liquidez na economia que, em caso de uma 2ª onda, tende a se prolongar e que, em algum momento, terá de ser encerrado.

Todos estes ingredientes não tornam o ambiente propício aos negócios, ao planejamento e investimentos por parte a maioria do empresariado de todos os setores da nossa economia.

No tocante a **distribuição legal dos recursos**, assim como por gestores, o IPMU vem mantendo a totalidade de seus recursos aplicados em fundos de investimentos de 05 gestores, implementando assim uma boa gestão no tocante a diversificação, tanto de gestores como de índices de referência dos investimentos realizados.

Os investimentos do IPMU, além de estarem de acordo com a Política de Investimentos, também estão corretamente distribuídos conforme os artigos da Resolução nº 3.922/10, alterada pelas Resoluções nº 4.604/17 e nº 4.695/18.

Ubatuba, 13 de Abril de 2021

Sirleide da Silva
Presidente do Instituto de Previdência
Municipal de Ubatuba